

# Revista Comunicação & Sociedade

Comunicação Social  
e Desenvolvimento  
em Moçambique



## MISSÃO DO CEC

A missão do CEC é de produzir conhecimentos na área de comunicação social que contribuam para o desenvolvimento da sociedade.

## VISÃO DO CEC

O CEC tem uma visão de um país onde a pesquisa e a formação em comunicação social contribuam para o desenvolvimento das diversas esferas.

## PARCEIROS



# Comunicação Social e Desenvolvimento em Moçambique

Eduardo J. Siteo

António Hohlfeldt

Carlos Augusto Chefo

João Miguel e Leonor Joana Manuel do Amaral

Crescêncio B. G. Pereira

Egídio Guilherme Vaz Raposo

António Ndapassoa

Autores  
nesta  
edição:

Presidente António Eduardo Namburete

Director Ernesto Nhanale

Revisão Francisco Vicente

Conselho Científico João Miguel (Universidade Eduardo Mondlane)  
Isabel Ferin Cunha (Universidade de Coimbra – Portugal)  
Helge Ronning (Universidade de Oslo/Noruega)  
Luca Bussotti (ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa)  
António Hohlfeldt (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)

Conselho de redacção Egídio Guilherme Vaz  
Constantino Gemusse  
Mário Moisés da Fonseca  
Leonilda Sanveca

Nº de Registo: 7723/RLINLD/2013

Endereço da Redacção Av. Marian Nguabi, nº1475, Maputo, Moçambique  
Email: [info@cec.org.mz](mailto:info@cec.org.mz)

Sobre as normas de publicação, consulte a página n.º 94

## ÍNDICE

EDITORIAL.....	4
ARTIGOS	
O Papel do Direito à Informação no processo de democratização e desenvolvimento de Moçambique .....	6
<i>SITOE, Eduardo J.</i>	
O papel da comunicação para o verdadeiro desenvolvimento do Brasil.....	17
<i>HOHLFELDT, António</i>	
O tema da pobreza na Imprensa escrita de Moçambique (2001 – 2005): O caso do Jornal “Notícias”.....	31
<i>CHEFO, Carlos Augusto</i>	
Balanço geral: quando a ética e a informação não estão de mãos dadas.....	49
<i>MIGUEL, João e AMARAL, Leonor Joana Manuel</i>	
A “cor política” da imprensa moçambicana em campanhas eleitorais: O caso dos semanários Domingo e Savana nas eleições de 1994, 1999 e 2004.....	63
<i>PEREIRA, Crescêncio B. G.</i>	
A Centralidade das Redes Sociais no acesso ao Estado pelos Cidadãos em Moçambique - Que desafios para os actuais modelos de comunicação política? .....	80
<i>RAPOSO, Egídio Guilherme Vaz</i>	
ANÁLISES	
Programação e cobertura geográfica e Linguística das Emissões provinciais da Rádio Moçambique .....	89
<i>NDAPASSOA, António</i>	

# Editorial

Este segundo número da revista *Comunicação & Sociedade*, do qual nos orgulhamos, não pretende esgotar todas as problemáticas que possam ser levantadas sobre o papel da comunicação social para o desenvolvimento. Pretende, sim, ser uma singela contribuição do Centro de Estudos Interdisciplinares de Comunicação (CEC) no debate sobre questões de relevo que marcam a sociedade moçambicana.

O debate sobre o desenvolvimento não é aqui apresentado como novo, mas aparece como fazendo parte do dicionário de uma sociedade que procura, a todos os níveis, meios para superar tremendos problemas sociais como a pobreza, a fome, a subnutrição, a privação dos direitos fundamentais, a criminalidade, etc. Para além de ser uma palavra fortemente repetida em vários contextos de comunicação do quotidiano da sociedade moçambicana, o desenvolvimento aparece não simplesmente como um conceito mas significando um ideal sob o qual todas as esferas sociais procuram dar sentido das suas acções.

Certamente que, enquanto actores e pesquisadores do campo da comunicação, não poderíamos escapar à pretensão de discutir uma temática que faz parte do debate actual da nossa sociedade. O debate que o CEC levanta sobre o papel da comunicação social na promoção do desenvolvimento deverá prestar um tributo ao incontornável trabalho de Amartya Sen que, no seu livro “Desenvolvimento como liberdade”, lança a ideia de que não pode haver desenvolvimento sem o exercício das liberdades pelos cidadãos.

Desde a realização da conferência que discutiu grande parte dos artigos publicados nesta edição, nos dias 22 e 23 de Novembro de 2012, na cidade de Maputo, o CEC procurou focalizar o debate sobre a relação entre a comunicação social e o desenvolvimento. Tal decorre da responsabilidade que os media têm de garantir o exercício das liberdades, a participação, a igualdade, a transparência na governação e na defesa dos mais desfavorecidos.

Abarcando diversos temas e diversas experiências, os trabalhos aqui apresentados também definem e discutem conceitos que podem ser úteis para quem se interesse pelos assuntos abordados. Esta abordagem destaca, acima de tudo, que o papel fulcral dos meios de comunicação social na promoção do desenvolvimento em Moçambique passa pelo seu fortalecimento como uma entidade que garanta uma informação responsável, isenta; promova a transparência na governação e a inclusão.

A finalizar este editorial, queremos agradecer aos nossos autores por terem enriquecido este número com as suas contribuições e esperamos contar com eles nas próximas edições da presente revista. Aos nossos leitores queremos desejar uma boa leitura e, considerando a transversalidade do tema abordado na revista, também queremos prometer, para as próximas edições, retomar e tratar com mais profundidade alguns dos assuntos discutidos nesta edição. Aos nossos parceiros do Sub-programa Acesso à Informação, gerido pela IBIS, no âmbito do Programa AGIR, queremos, mais uma vez, endereçar a nossa gratidão pelo apoio que nos prestam.

A Direcção

# O Papel do Direito à Informação no processo de democratização e desenvolvimento de Moçambique

Eduardo J. Siteo, Ph.D.\*

UMA VISÃO GERAL <sup>1</sup>

## Resumo

O paradigma de desenvolvimento social e económico que actualmente vigora no mundo - a chamada 'nova economia' - alicerça-se no papel central da informação. A ideia-chave é que a produção/circulação da informação aprofunda o conhecimento humano que, quando devidamente empregue no processo produtivo, funciona como catalizador da produção da riqueza dos povos, das nações. Sobretudo esta informação, este conhecimento humano e o processo da geração da riqueza são igualmente fulcrais para o desenvolvimento de sociedades abertas, aí onde a democracia prospera. Todavia, a globalização e o liberalismo extremo apresentam perigos que devem ser desvendados e assim evitar-se uma actuação distorcida dos media que pode substituir a razão humana pelo mecanicismo dos robots.

Palavras chaves: Direito à Informação, Democracia, Desenvolvimento e Desafios presentes e futuros dos Media.

## 1. Premissas Introdutórias

Dizer primeiro, acerca dos Media, o sobejamente conhecido, designadamente que a sua função clássica tem uma dimensão tríplice: informação, educação e entretenimento. Se deixarmos a parte de lazer de fora, o que fica é similar ao que Ignacio Ramonet diz sobre a função dos Media em contextos democráticos, i.e., formação da opinião pública e educação cívica do eleitorado. Ora, este pressuposto

---

\* Investigador e Professor Universitário

<sup>1</sup> Este texto destaca algumas observações relacionadas com o tema já apresentadas e discutidas pelo autor durante uma década [1994-2004]. Algumas destas abordagens foram destacadas pelo autor numa Conferência organizada pelo CEC em 2012 sobre Media e Perspectivas de Desenvolvimento.

básico sugere, primeiro, que há uma passagem da dimensão quantitativa de informação para a dimensão qualitativa, em que os Media, por um lado, e consumidores, doutro, intervêm.

Outrossim, os Media têm uma relação importante com três factores/pilares do mundo contemporâneo, a saber: a democracia, o desenvolvimento e a identidade nacional. Vou aqui auxiliar-me de algumas autoridades internacionais da América Latina e africanas para expor brevemente as principais ideias sobre este assunto.

A primeira indagação é colocada por David Beetham e Kevin Boyle (1995) num trabalho para a UNESCO, no sentido de aferir a importância dos Media para a democracia. Eles destacam, na sua análise, três funções importantes dos Media: (a) a função investigativa/informativa no combate ao secretismo na acção governativa; (b) a função de providenciar um espaço/fórum público de debate e (c) a função de veículo/canal de expressão da opinião pública. Aqui Frederico Mayor, quando Director-Geral da UNESCO, concluiu a este propósito, em 1995, que “A democracia só é possível num contexto de cidadãos informados e responsáveis”. Com efeito, numa sociedade democrática, o DIÁLOGO entre governantes e governados é uma base fundamental para que o desenvolvimento possa ocorrer. Por outro lado, sem a participação activa, informada, com propriedade e conhecimento de causa, dos cidadãos, nos processos de formulação de políticas e de tomada de decisão, não é possível falar de democracia e seria questionável conceber um processo de desenvolvimento que também incluísse a sua dimensão humana e social.

O segundo ponto tem a ver com a relação entre informação, comunicação e desenvolvimento. A este respeito, Henry Ssewanyana, quando Director Executivo do Foundation for African Development, afirmou em 1991 que “comunicação, informação e desenvolvimento constituem uma trilogia importante na qual todos os três estão interligados e são interdependentes. Nenhuma destas dimensões tem qualquer papel em separado. O desenvolvimento não é possível sem informação e a informação não pode desempenhar qualquer papel se não for comunicada”. De facto, para todas as pessoas suficientemente instruídas, ou ainda, medianamente inteligentes, a relação intrínseca entre informação e desenvolvimento é óbvia: por um lado, o desenvolvimento está equacionado com a superação da estagnação, implica progresso e, por isso, pressupõe a adopção e uso de tecnologias cada vez mais aperfeiçoadas; por outro lado, a apropriação de técnicas e tecnologias progressivas não ocorre num processo caótico de contínua “reinvenção da pólvora”; é, sim, produto do intercâmbio de ideias e de informação entre as pessoas dos vários quadrantes do globo.

No que respeita à questão da identidade nacional, o Professor Syed Abidi,

Académico do Uganda, afirmou o seguinte em 1991: “Todo o meio de comunicação traz consigo uma parcela ou dimensão de cultura, seja ele livro, revista, filme, rádio, televisão ou música. Destas dimensões, na vida de uma nação, resulta a identidade nacional”. Tendo dito isto, antes de abordar mais directamente o conteúdo e os limites do direito à informação no contexto moçambicano, passo a seguir, a aflorar alguns antecedentes históricos do domínio dos Media no país.

## **2. Alguns antecedentes históricos?**

A situação que prevaleceu no país de 1975 a 1990, e para os objectivos desta análise, no domínio político, pode ser sumariamente descrita do seguinte modo: (a) o germe de um Estado que emerge duma guerra colonial que dura uma década; (b) um quadro político monopartidário e (c) um projecto político de construção do socialismo secundado por uma certa euforia popular ao qual visceralmente se opunham forças políticas de dentro e de fora do país que cresciam (e recrudesciam a sua acção) à medida que os anos se sucediam.

No domínio da informação, o período é caracterizado por: propriedade e controlo de todos os órgãos de informação pelo Governo; definição da política editorial confiada ao Partido Frelimo, através do seu Departamento do Trabalho Ideológico; tendo o Ministério da Informação o papel de alocar os recursos materiais e financeiros e de coordenar a implementação da política editorial, incluindo a indicação do pessoal directivo dos órgãos de informação.

Neste quadro político monista prevalece o projecto político em construção sobre as liberdades de expressão e de imprensa e o direito do povo à informação. Na verdade, o jornalista não está ao serviço destas liberdades individuais (alheias ao projecto) mas aparece, sim, como mobilizador, propagandista do projecto político em acção (Moreira: 1984, 2012).

Este quadro acabou sendo alterado com a conjugação de certos factores do ambiente político nacional e internacional. Ao nível global, verifica-se o fim da guerra fria no fim dos anos 80, a distensão ideológica no relacionamento entre o Ocidente e a Europa de Leste e o avanço dos processos de liberalização económica e democratização política na própria Europa de Leste, na América Latina, África e sul da Ásia.

Ao nível nacional verifica-se a deterioração da situação política devido ao avanço do conflito armado que opunha o Governo e a Renamo e, corolariamente, a exacerbação da situação de pobreza que atingia e atinge a maioria dos moçambicanos.

(i) A queda do socialismo, de inspiração soviética, enquanto modelo de

organização social e política, (ii) a necessidade sentida e vivida pela liderança do Partido Frelimo e do seu Governo de acomodar a Renamo na arena política nacional e (iii) a imperiosidade de receber ajuda económica e financeira da comunidade internacional sob o beneplácito das agências multilaterais de financiamento para acabar com o sofrimento desumano da família moçambicana, são os principais factores que propiciam a instauração do liberalismo económico e do pluralismo político no país, o que culminou com a adopção duma constituição política liberal a 30 de Novembro de 1990.

Embora alguns analistas possam aduzir vicissitudes de causalidade, este processo é simultâneo, no sentido de co-relação, com uma dinâmica específica que ocorre no domínio da informação, nomeadamente a crescente erosão da capacidade do Governo de continuar a manter o monopólio dos órgãos de informação e, ao mesmo tempo, garantir a qualidade do seu desempenho. Ou seja, verifica-se uma deterioração manifesta da qualidade da informação que é veiculada pelos órgãos de informação nacionais, tanto pelo quadro político e legal limitativo, pela preparação insuficiente e/ou deficiente dos próprios profissionais como pelas condições materiais de trabalho e de remuneração do trabalho que são ostensivamente frágeis. Não admira, pois, que os próprios dirigentes do país – na altura - não atribuíssem qualquer credibilidade a esta informação, preferindo-a a favor da BBC, VOA, LUSA e quejandos. Mais significativo ainda, o descontentamento cresce no interior da família dos profissionais de informação que, aproveitando-se do ambiente que antecede à discussão do novo quadro político constitucional do país, vão desempenhar um papel instrumental preponderante na inscrição das liberdades de expressão e de imprensa na Constituição do País e a sua subsequente consagração na Lei de Imprensa.

### **3. Conteúdo e limites do direito à informação no contexto moçambicano**

No que respeita ao conteúdo do direito à informação, cumpre-me indicar que, no nosso ordenamento político-jurídico, o direito dos cidadãos à informação integra essencialmente duas componentes, designadamente (a) a faculdade de cada cidadão se informar e ser informado de factos e opiniões relevantes a nível nacional e internacional e (b) o direito de cada cidadão divulgar informação, opiniões e ideias através da imprensa (Lei 18/91 de 10 de Agosto). Nesta base, o direito dos cidadãos à informação incorpora em si e concretiza as liberdades de expressão e de imprensa e, sobretudo, constitui-se em veículo de viabilização de qualquer processo democrático.

Especificamente, no que tange às liberdades de expressão e de imprensa, é fundamental indicar que a Lei de Imprensa moçambicana surge, sobretudo, como uma vitória da consciência e maturidade profissional dos jornalistas e técnicos de comunicação social moçambicano e, igualmente, como a demonstração da discrição, discernimento e da tolerância política ao nível do poder político no país. Acima de tudo, reflecte e condiciona, o novo panorama político nacional caracterizado pelo respeito e observância dos direitos e liberdades individuais dos cidadãos no quadro da edificação de uma democracia liberal e participativa.

Por isso, esta lei anuncia o fim do monopólio estatal dos órgãos de informação e prenuncia a abolição do Ministério da Informação como órgão do Governo encarregue pelo controlo do desempenho dos órgãos de informação. Sobretudo, esta lei propicia a erupção do fenómeno da informação alternativa, isto é, não estatal e pública, que hoje constitui uma presença significativa no panorama informativo plural do país.

De igual modo, constata-se uma tendência do poder político, em particular o Governo, de observar estritamente os dispositivos desta lei. Trata-se de uma observância estrita amiúde caracterizada por uma preocupação especial em não hostilizar o exercício da liberdade de imprensa mesmo quando o articulado da lei pudesse dar azo à tomada de outras posições. Quiçá, isso tenha um conteúdo pedagógico/libertário no sentido de encorajar os cidadãos a serem mais opinativos e participativos e vencerem as barreiras do medo do poder que foram cimentadas pela história. Ou não será isso o reflexo da aprendizagem política dum novo estilo de governação assente no respeito e observância da opinião popular? Cinicamente, pode atribuir-se esta tomada de atitude à subserviência do poder político nacional em relação à comunidade internacional, conhecida que é a sensibilidade desta em relação a fenómenos de limitação dos direitos humanos e, em particular, das liberdades de expressão e de imprensa.

No entanto, a circunstância de o poder político não utilizar determinadas provisões da Lei de Imprensa que pudessem limitar o exercício da liberdade de informação, em virtude e a despeito de qualquer das razões retrocitadas, sugere que a dinâmica política, sobretudo das duas últimas décadas, no país superou o consenso político que foi traduzido no espírito e na letra da lei de imprensa aprovada em 1991.

Por outro lado, a prática da imprensa à luz das disposições da presente lei, revela algumas lacunas nela constantes que urge examinar e corrigir, nomeadamente (a) a regulamentação do acesso às fontes oficiais de informação; (b) a questão da nomeação das direcções das instituições estatais e empresas públicas de

Comunicação Social; (c) as condições de participação do capital estrangeiro em empresas nacionais de comunicação social; (d) as modalidades de constituição e funcionamento do Conselho Superior da Comunicação Social; (e) a questão dos princípios de ética e deontologia profissional dos jornalistas e técnicos de comunicação social; entre outros aspectos.

Portanto, afirmar que o direito dos cidadãos à informação é um requisito imprescindível para a viabilização de qualquer processo democrático parte da compreensão e entendimento da democracia não somente como um sistema e regime político que persegue determinados fins (estabilidade política, desenvolvimento económico e justiça social) como também, e sobretudo, um sistema e regime político caracterizado por procedimentos institucionais que garantem a participação efectiva dos cidadãos, quer nos processos políticos, quer nos processos de governação. Ou seja, aqui o entendimento do processo democrático parte duma conceptualização que afere a democraticidade do sistema político não da justeza, oportunidade e propriedade das políticas adoptadas e empreendidas pelo Estado, mas do envolvimento e preponderância dos cidadãos na definição e prossecução dessas políticas.

Ainda na esteira deste raciocínio, pode-se argumentar, doutra maneira, que o que é (ou deve ser) democrático é cada vez menos identificado (i) com o conteúdo e a finalidade das políticas formuladas e (ii) com o alcance e implicações das decisões tomadas e (iii) mais com os procedimentos institucionais através dos quais se chega a tais escolhas. Lógica e historicamente, algumas ditaduras benignas também desenharam políticas válidas que impulsionaram o desenvolvimento dos seus povos, mas não se tratavam de sistemas e regimes democráticos. Portanto, a participação e a competição políticas transformam-se não só no *modus vivendi* tributário de uma sociedade democrática aos olhos do cidadão do século XXI, como também na *conditio sine qua non* para que uma sociedade política seja considerada, neste paradigma, democrática. Participação e competição políticas que se materializam no trinómio de participação, inclusão e diálogo.

Esta revolução paradigmática acompanha a evolução das sociedades modernas mais heterogéneas e crescentemente mais complexas do que as cidades gregas, os cantões suíços e os burgos medievais. Ao mesmo tempo, concentra a atenção do analista na dinâmica da escolha individual e, concomitantemente, nas resultantes sociopolíticas desse processo.

Ora, o envolvimento informado, com conhecimento de causa, dos cidadãos nos processos políticos (participação em processos de votação; militância em

partidos políticos; e participação em diversas associações horizontais do âmbito da sociedade civil), bem como, e fundamentalmente, a sua participação decisiva nos processos de governação (processos de formulação de políticas e de tomada de decisões e resolução de assuntos de interesse público) requer que os cidadãos gozem e façam uso do direito à informação e que encontrem meios de comunicação e um ambiente institucional e legal conducente à realização plena desse direito.

Doutro lado, a lei de Imprensa estabelece, no seu capítulo IV, sobre jornalistas, concretamente no que respeita ao acesso às fontes oficiais de informação que: “... não será consentido em relação aos processos em segredo de justiça, aos factos e documentos considerados pelas entidades competentes segredos militares ou segredo de Estado, aos que sejam secretos ou confidenciais por imposição legal e, ainda, aos que digam respeito à vida privada dos cidadãos” (artigo 29, nº 2).

Este articulado relativo às circunstâncias limitativas ao acesso às fontes oficiais de informação está consubstanciado no capítulo relativo aos princípios fundamentais que a Lei de Imprensa estabelece, em especial quanto aos deveres dos jornalistas e da imprensa, que implicam: “... respeito pela Constituição, pela dignidade da pessoa humana, e pelos imperativos da política externa e da defesa nacional “(artigo 5, nº.2).

Quer parecer-me que, do ponto de vista filosófico-político, é defensável que a faculdade de cada cidadão se informar e ser informado sobre factos e opiniões relevantes a todos os níveis não possa, legitimamente, prevalecer sobre o direito de outro(s) cidadão(s) à honra, bom nome e imagem. Dito de forma frontal, e quiçá numa linguagem mais técnica, o cidadão goza da presunção de inocência até que seja declarado culpado pelas instâncias responsáveis pela administração de justiça, ou seja, não poderá o seu nome, a sua imagem serem maculados publicamente em nome do direito dos cidadãos (outros) à informação enquanto, efectivamente, não tiver sido responsabilizado de forma concludente pelas autoridades competentes.

De algum modo, acesos debates são ateados no que concerne à possibilidade (legitimidade) de publicitação de aspectos da vida privada de figuras públicas, sendo esta uma instância em que o direito à privacidade (independentemente da posição que o indivíduo ocupa) conflitua com o direito dos cidadãos à informação. Parece-me, aqui, que a privacidade deve prevalecer até que a sua sustentação e defesa ponha em causa o desempenho das funções públicas acometidas ao indivíduo.

Por outro lado, no plano eminentemente político, a preservação da ordem política instituída, em virtude do contrato social assumido, requer que assuntos de

defesa e segurança e integridade territorial do Estado, porque constituintes do corpo político em questão, prevaleçam acima do âmbito em que as liberdades individuais, tornadas por si exequíveis, possam manifestar-se e florescer. Com excepção, quiçá, das situações em que estas liberdades individuais se circunscrevam ao direito à própria vida ou à defesa e protecção de propriedade própria do cidadão.

Por outro lado ainda, e do ponto de vista prático, a limitação do acesso às fontes por imperativos do segredo de justiça encontra sustentação em duas categorias de razões: (a) a protecção dos magistrados, funcionários de justiça e dos visados e (b) a necessidade de limitação da influência e/ou pressão externa na solução de assuntos entregues à justiça. Na base desta argumentação, parece legítimo afirmar que, no caso de Moçambique, os limites estabelecidos para o exercício do direito dos cidadãos à informação contribuem decisivamente para o alcance e preservação do conteúdo desse direito. Sobretudo, estes limites actuam no sentido de prevenir que, em virtude e em nome do seu exercício, outros direitos fundamentais dos cidadãos sejam sonogados e, por essa circunstância, sejam descaracterizadas a natureza e finalidade da consagração, quer do direito à informação, quer da liberdade de imprensa.

#### **4. Desafios presentes e futuros**

No que respeita à problemática da imprensa vis-a-vis o direito dos cidadãos à informação, pode-se começar por citar a definição de K. Bucher sobre jornais (citado por António Guerreiro: 1997<sup>2</sup>): “ Um jornal reveste o carácter de uma empresa cujas mercadorias que produz são os espaços reservados aos anúncios, estando a parte reservada à redacção encarregue de os vender”. João Caraça (J. Caraça: 1997<sup>3</sup>) escreveria no Expresso sobre a televisão algo idêntico ao referido por Bucher quando procurava identificar a função da televisão: “... a televisão serve essencialmente para passar anúncios”.

Estas asseverações relativas à imprensa reflectem ora a perplexidade, a insignificância, ora a agonia que se apodera do cidadão comum nesta era de economia de mercado global e globalizante e de domínio e proliferação das novas tecnologias de informação, em que a informação se afasta cada vez mais da sua função tradicional (informação, educação e entretenimento) e se sujeita, convenientemente e de modo inexorável, ao dogmatismo do mercado, em que a relação custos-benefícios, a procura do lucro e as vicissitudes da publicidade relevam na definição da política editorial e na estruturação dos conteúdos programáticos. Uma sujeição que comporta consigo ora o enfeudamento da imprensa aos poderes constituídos; quer políticos, económicos, religiosos, e demais; ora a pretensão

da própria imprensa em constituir-se num poder acima e alheia ao cidadão que constitui o princípio e o destino da sua razão de existência e exercício.

A este facto alia-se também, e quiçá ainda pelas razões supracitadas, a aposta no drama e a preferência pelo sensacionalismo (talvez para vender mais e cada vez mais depressa) relegando-se para um plano marginal o exercício profissional sóbrio, profundo e comprometido no seu sentido técnico, humano, moral e ético (João Caraça: 1997).

Outrossim, todos aqueles que se debruçam seriamente sobre o futuro da comunicação social em Moçambique devem reflectir em profundidade sobre algumas das tendências que o panorama dos Media apresenta tanto em Moçambique como no globo. Verifica-se que o processo da globalização, desatado pelas forças do liberalismo económico, propicia o surgimento de poderosos impérios dos media, com raízes nacionais e/ou transnacionais, que crescem sem parar, contra o cenário da imprensa local e comunitária que apenas pugna pela sobrevivência. O atraso tecnológico, a falta de recursos e formação não só ameaça a existência deste sector dos Media, como também diminui severamente a oportunidade de vários sectores da sociedade de poderem exercer o seu direito à informação.

Por outro lado, o processo da globalização incorpora a praxis da homogeneização cultural, recusa das diferenças, o que significa uma afronta à própria ideia do pluralismo e da necessidade da preservação da identidade e diversidade culturais. É que, num contexto em que alguns são produtores de informação enquanto outros são meros consumidores, a informação que estes últimos recebem carrega de forma impiedosa valores e culturas alheias ao seu meio.

Nesta base, esta comunicação apresenta como aspectos desafiantes à sociedade moçambicana, no domínio dos Media, os seguintes:

(1) Necessidade de prevenir que se parta do monopólio do Estado para o dogmatismo do mercado que, em todo o caso, marginaliza o cidadão. Isto implica, sobretudo, uma maior responsabilização do Estado em relação ao sector público dos Media: o financiamento público tem de ser ou proporcionalmente superior ao comercial ou até exclusivo; implica ainda a necessidade de promover e viabilizar os Media comunitários; bem como a necessidade de criar facilidades à indústria dos Media (incluindo o sector privado) de modo que os preços a praticar sejam comportáveis para as condições económicas do grande público; e

(2) É preciso, com igual acuidade e propriedade, garantir a observância da responsabilização social e moral dos Media: é imperioso que existam condições de ética e deontologia (mesmo que sejam os próprios Media e seus profissionais a

elaborarem esses instrumentos e a garantirem a sua implementação) para que os Media cumpram a sua função no reforço do processo democrático em curso no país no respeito pela cultura e valores da sociedade moçambicana na sua identidade e diversidade assumidas.

## **5. Referências:**

Abidi, S. H. (1991) *Communication, Information and Development in Africa*, Kampala: Bano Abidi Publications.

Beetham, D. & Boyle, K. (1995) *Introducing Democracy*, Polity Press & UNESCO Publishing.

Gouveia, J. B. (1993, 2000) *As Constituições dos Estados Lusófonos*, 2ªed., Lisboa: Editorial Notícias.

Heywood, A. (1997, 2000) *Politics*, 2ªed., Basingstoke: Palgrave.

Mazula, B. (ed.) (1995) *Moçambique: Eleições, Democracia e Desenvolvimento*, Maputo.

UNESCO/UNDP (2001) *PANORAMA do Pluralismo dos Media*, Maputo (Baseado no estudo realizado por Marie-Hélène Bonin em Julho de 1999).

Siteo, E. (1998) “Chapter Three: Mozambique” in Aida Opoku-Mensah (ed.) *Up In The Air? The state of broadcasting in Southern Africa*, Lusaka: PANOS Southern Africa.

UNESCO (1996) *Media and Democracy in Latin America and the Caribbean*, Paris: UNESCO Publishing.

Resolução no. 3/97 de 18 de Fevereiro, do Conselho de Ministros, que aprova a “Política e Estratégias da Informação” do Governo.

Diploma Ministerial no. 99/2003 de 13 de Agosto, dos Ministérios do Plano e Finanças e da Indústria e Comércio, que aprova o “Regulamento do Regime Aduaneiro para a Indústria Transformadora”.

Lei no. 18/91 de 10 de Agosto (Lei de Imprensa), da Assembleia da República, que define os “princípios que regem a actividade de imprensa e estabelece os direitos e deveres dos seus profissionais”.

Lei no.22/92 de 31 de Dezembro que “Define as bases gerais a que obedecerá o estabelecimento, gestão e exploração das infra-estruturas e serviços de telecomunicações”

Decreto no. 9/93 de 22 de Junho, do Conselho de Ministros, que regulamenta

“as condições de participação dos sectores cooperativo, misto e privado na radiodifusão e televisão”

Decreto no. 18/94 de 16 de Junho, do Conselho de Ministros, que “Transforma em empresa pública a Rádio Moçambique, E.P.-RM e aprova os seus respectivos estatutos”.

Decreto no. 19/94 de 16 de Junho, do Conselho de Ministros, que “Cria a Televisão de Moçambique, E.P. –TVM e aprova os seus respectivos estatutos”.

Relatório do Mandato 1996-2001 do Conselho Superior de Comunicação Social.

---

<sup>2</sup> Na altura da elaboração deste texto António Guerreiro pertencia aos quadros do Jornal Português “Expresso” e exercia as funções de crítico literário e jornalista cultural.

<sup>3</sup> João Caraça é, actualmente, Director do Serviço de Ciência da Fundação Calouste Gulbenkian e Consultor, para a Ciência, do Presidente da República de Portugal.

# O papel da comunicação para o verdadeiro desenvolvimento do Brasil <sup>1</sup>

Prof. Dr. Antônio Hohlfeldt \*

## Resumo

A partir da constituição da imprensa no Brasil, em 1808, procura-se mostrar que, embora dirigida a uma elite, ela terá uma influência significativa nos acontecimentos que ocorrerão sucessivamente: independência da colônia, em relação a Portugal; extinção da escravatura e declaração da república. Também se destaca o facto de ter sido a imprensa o principal veículo do movimento literário na nova nação, a partir do Romantismo, e ao longo de todo o período subsequente. Por outro lado, o desenvolvimento da urbanização e a industrialização do país, iniciada em fins do século XIX, traz novas feições ao jornalismo praticado no Brasil que, primeiro, filia-se à experiência francesa e, já no final da primeira metade do século XX, aos princípios do jornalismo norte-americano. Ao final do mesmo século, o desenvolvimento das chamadas novas tecnologias da informação e da comunicação criam importantes alternativas para a sociedade brasileira, na medida em que democratiza os seus processos comunicacionais e o acesso da população a um grande conjunto de informações. Perduram, contudo, diferentes desafios, sendo o principal de todos o analfabetismo absoluto ou funcional, existente ainda, em percentuais significativos.

Palavras-chave: comunicação social; história da comunicação social no Brasil; imprensa e história; história cultural; novas tecnologias da informação e da comunicação; desenvolvimento social.

---

<sup>1</sup> Comunicação apresentada à II Conferência do Centro de Estudos Interdisciplinares de Comunicação (CEC), realizada no Centro de Estudos Interdisciplinares de Comunicação, em Maputo, entre 22 e 23 de Novembro de 2012.

\* Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Professor do Programa de Pós-Graduação em Literatura, da PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Presidente da INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação; pesquisador do CNPq; membro do IHGRGS – Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Apesar de ter iniciado o seu ciclo de ocupação em 1500, com a chegada da frota de Pedro Álvares Cabral, e a partir de 1530 ganhar um governo central, depois da experiência das capitanias, a então colônia de Vera Cruz ou de Santa Cruz, hoje Brasil, só viu a imprensa a partir de setembro de 1808, quando foi editado o primeiro número do jornal *Gazeta do Rio de Janeiro*, que adoptava esse título, em substituição ao de *Gazeta de Lisboa*. Esta era editada em Lisboa, sede do império português, mas aquando da invasão de Portugal pelo exército napoleónico, e a transferência da monarquia portuguesa para o Brasil, que foi elevado à condição de reino unido ao de Portugal e Algarve, também aquele jornal foi transplantado. Tal aconteceu na medida em que um novo prelo, então recém-adquirido, foi trazido a bordo das naus lusitanas que deixaram o porto de Lisboa já sob o tiroteio francês.

Recém instalada no Rio de Janeiro, a coroa portuguesa tratou de reorganizar a vida cotidiana e institucional de Lisboa na nova capital, dentre cujas medidas se encontra a criação da Imprensa Nacional e, de imediato, a fundação da *Gazeta do Rio de Janeiro*, sob a responsabilidade do mesmo Frei Tibúrcio José da Rocha, que a editava em Lisboa. No Brasil, ele a comandou de 10 de setembro de 1808 – data da primeira edição – e a primeira semana de Março de 1812, quando adoeceu e acabou afastado da função, por desentendimento com o novo Ministro da Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Conde das Galveias, sucessor do falecido D. Rodrigo de Sousa Coutinho, protetor do religioso português.

Simultaneamente, do outro lado do Atlântico, e no exílio forçado pela Inquisição, Hipólito José da Costa lançava, em junho daquele mesmo ano, o *Correio Braziliense*, que deve ter chegado ao Rio de Janeiro, saído de Londres, apenas em outubro, portanto, depois de iniciada a circulação da *Gazeta do Rio de Janeiro*.

A esta publicação, seguiram-se as de Manoel Antonio da Silva Serva e Diogo Soares da Silva Bivar, responsáveis pelo jornal *Idade d'Ouro do Brasil*, lançado na Bahia em 1811; e *As Variedades ou Ensaios de Literatura*, de 1812; Manoel Ferreira de Araújo Guimarães, idealizador de *O Patriota*, primeira publicação com perceptível propósito académico lançada em 1813; Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa, do *Revérbero Constitucional Fluminense*; João Soares Lisboa, do *Correio do Rio de Janeiro* e Zeferino Vitor Meirelles, do *Diário do Rio de Janeiro*. Sem contar, nos anos seguintes, as expressivas iniciativas de Cipriano Barata, Frei Caneca e José Bonifácio de Andrada e Silva.

José Marques de Melo, em amplo estudo sobre a história da imprensa nas colônias portuguesas, especialmente no Brasil, mostra que, enquanto a Espanha faz a introdução de prelos nas colônias americanas já em 1533, a partir do México, Portugal manterá distância desta prática, à exceção da colônia asiática de Goa (atual Índia), onde o prelo é levado e introduzido ainda em 1557 (2003). Em ambos os casos, são os jesuítas os autores de tais práticas. Nos dois casos, contudo, haver prelos não significa haver imprensa em sentido estrito. Publicam-se catecismos, documentos administrativos e alguns livros, inclusive, no caso de Goa, em línguas autóctones, mas não jornais. Neste caso, vai-se esperar até chegar o século XVIII para que isto ocorra: em 1715 começa a circular *La gaceta de Lima* e em 1732 a *Gaceta de México*. Em ambos os casos, verificamos que a imprensa e o jornalismo são coincidentes com o desenvolvimento das próprias sedes coloniais, que se urbanizam, e com a fundação de instituições universitárias. Em ambos os casos, também coincide que havia, antes da chegada dos conquistadores coloniais, sociedades autóctones bastante desenvolvidas que, se não chegavam a possuir escrita, evidenciavam uma organização sócio-cultural bem superior ao que os portugueses encontrarão em África ou no Brasil. Explicar-se-ia, assim, porque em Goa se tem imprensa – embora não se encontre nenhum periódico ali publicado – e nas demais colônias portuguesas isso não ocorra. Também na Índia havia uma sociedade muito desenvolvida e já urbanizada, inclusive com um sistema linguístico altamente refinado. Nos dois casos, na América espanhola e em Goa, os conquistadores vão utilizar a imprensa como um meio de conquista e domínio destas sociedades, enquanto que isso não foi necessário na África ou no Brasil, pois tais sociedades eram ágrafas e pouco desenvolvidas: não apresentavam maior resistência à colonização.

Reitere-se, contudo, que uma vez instalada a Corte no Rio de Janeiro, imediatamente se introduz ali o prelo, primeiro para imprimir documentos burocráticos de interesse do próprio governo e, depois, para dar sequência à impressão de obras (leia-se, livros) como já se fazia em Lisboa. Ao mesmo tempo, introduz-se a prática jornalística, propriamente dita, transferida que é da antiga capital, Lisboa, para a nova, Rio de Janeiro. No entanto, tanto a *Gazeta do Rio de Janeiro* (1808) quanto a *Idade d'Ouro do Brasil* (1811) são publicações, se não oficiais, oficiosas, do mesmo modo que, um século antes, ocorrera com as publicações do Lima e do México.

A independência do Brasil, em 1822, aparentemente mudará a disposição portuguesa para com a imprensa, provocando profunda reviravolta naquela

política. Foi Sá da Bandeira quem, em 1836, por orientação da Rainha D. Maria II, no artigo 13º. do Decreto de 7 de dezembro, determina que se criem, nas possessões ultramarinas, publicações capazes de transmitir informações legais, comerciais e gerais, necessárias ao público residente nas colónias (LOURENÇO, 2003). Em Angola, a primeira máquina de imprimir foi trazida por Joaquim António de Carvalho Menezes, um filho do país, em 1842. Enviada para Luanda, através de navio, curiosamente o barco afundou, segundo José de Fontes Pereira, por orientação da metrópole. Em 1845, o Governador Geral, Pedro Alexandrino da Cunha, importa outra prensa, e a partir de 13 de setembro se publica a primeira edição do Boletim Oficial. Em Moçambique, a imprensa se inicia em 1854, também com a criação de um Boletim Oficial, que se publica a partir de 13 de maio daquele ano. Da mesma maneira, em Cabo Verde: o Boletim Oficial do Governo Geral de Cabo Verde começa a circular a partir de 24 de agosto de 1842, portanto, ainda antes que em Angola.

A esta primeira imprensa, oficiosa<sup>2</sup>, seguir-se-á uma imprensa não-oficial, que pode ser assim referenciada: no Brasil, encontraremos o Correio Braziliense, editado por Hipólito José da Costa, a partir de junho de 1808, desde Londres<sup>3</sup>. Em Angola, segundo Júlio de Castro Lopo (1964), o semanário *A civilização da África portuguesa*, de 6 de dezembro de 1866, em Luanda, abre este novo período. O jornal era editado por Urbano de Castro e Alfredo Mântua, contando já com tipografia própria. Tratava-se de um “semanário dedicado a tratar dos interesses administrativos, econômicos, mercantis, agrícolas e industriais da África portuguesa” (EVERDOSA, 2001, p. 25).

O progresso, de 9 de abril de 1868, inicia o processo em Moçambique, editado a partir da ilha do mesmo nome. O jornal se propunha a ser um “hebdomadário religioso, instrutivo, comercial e agrícola”, mas sofreu a censura já na sua primeira edição e assim se extinguiu...

Em Cabo Verde, o primeiro jornal oficial é de 1º de outubro de 1877 e se chamava *Independente*, por si só mais do que significativo. Tratava-se de um “semanário noticioso, literário e político” (GONÇALVES, 1966).

E em Goa, teria sido, segundo António dos Mártires Lopes, o jornal *A imprensa de Goa*, publicado a partir de 22 de dezembro de 1821, que teria estreado tal processo (LOPES, 1971).

O que se tem em comum, em todos esses jornais oficiais, são aquelas mesmas características que encontramos na *Gazeta do Rio de Janeiro*, ou seja: são publicações informativas, sob a perspectiva do governo colonial, mas que

eventualmente abrem espaços para a divulgação de pequenos anúncios e até mesmo artigos sob ótica variada, desde que não contrária à da Coroa. Quando surgem os jornais independentes, muitas vezes eles são impressos na mesma imprensa nacional da administração governamental, variando os graus de controle que sobre eles pesarão, até que, de facto, se independentizem, na medida em que passem a ser impressos em oficinas gráficas próprias.

Interessa-nos, contudo, a perspectiva específica do Correio Braziliense, bem diferente dessas publicações. Ainda hoje, causam estupefação as palavras de abertura do jornal, assinadas por Hipólito José da Costa. Vale a pena transcrever alguns itens:

“O primeiro dever do homem em sociedade he de ser util aos membros della; e cada um deve, segundo as suas forças Phisicas, ou Moraes, administrar, em beneficio da mesma, os conhecimentos, ou talentos, que a natureza, a arte, ou a educação lhe prestou. O individuo, que abrange o bem geral d’uma sociedade, vem a ser o membro mais distincto della: as luzes, que elle espalha, tîram das trevas, ou da illuzaõ, aquelles, que a ignorancia precipitou no labyrintho da apathia, da inepcia, e do engano. Ninguem mais util pois do que aquelle que se destina a mostrar, com evidencia, os acontecimentos do presente, e desenvolver as sombras do futuro. Tal tem sido os trabalhos dos redactores das folhas publicas, quando estes, munidos de uma critica saã, e de uma censura adequada, representam os factos do momento, as reflexoens sobre o passado, e as solidas conjecturas sobre o futuro”<sup>4</sup>.

Ou seja, Hipólito José da Costa, dirigindo-se a um leitor claramente de elite, bem informado e consciente, pretende mantê-lo a par do que ocorre no mundo, a partir do principal centro hegemónico de então, Londres. Ele prossegue:

Neste folheto se vîam os factos, taes quaes a verdade os devia pintar(...) Levado destes sentimentos de Patriotismo, e desejando aclarar os meus compatriotas, sobre os factos politicos civis, e literarios da Europa, emprendi este projeto, o qual espero mereça a geral aceitação daquelles a quem o dedico.

Longe de imitar só, o primeiro despertador da opinião pública nos factos, que excitão a curiosiade dos povos, quero, alem disso, traçar as melhorias das Sciencias, das artes, e n’uma palavra de tudo aquillo, que se pode ser util á sociedade em geral. Feliz eu se posso transmittir a uma Nação longinqua, e socegada, na lingua, que lhe he mais natural, e conhecida, os acontecimentos desta Parte do mundo, que a confusa ambição dos homens vai levando ao estado da mais perfeita barbaridade.

O meu unico desejo será de acertar na geral opiniaõ de todos, e para o que dedico a esta empreza todas as minhas forças, na persuasão de que o fructo do meu trabalho tocará a méta da esperança, a que me propus. Londres, 1 de junho, de 1808.

Fiel, pois, à tradição do publicismo inglês, oriundo do século XVIII, Hipólito José da Costa edita um periódico que tem a feição enciclopédica, sendo, por isso mesmo, um jornal para ser guardado e colecionado<sup>5</sup>.

Ficava ultrapassado, assim, aquele período em que, segundo José Marques de Melo (2003), independente da disposição das autoridades portuguesas, o jornal não fazia sentido na colônia, pela quase inexistência de alfabetizados; pela ausência de centros urbanos; pelo extremo das distâncias e, sobretudo, pela falta de leitores, enfim, como giza outro estudioso da imprensa brasileira, que é Nelson Werneck Sodré (1977)<sup>6</sup>.

O Correio Braziliense nasce, e assim de manterá, até o final do ano de 1822, fiel a seu objetivo de ser pedagógico, trazendo novidades e provocando reflexões sobre a realidade circundante, quer da Europa, quer das colônias. Cite-se, a título de exemplo, o fato de que, na sua edição 8, de janeiro de 1809, o seu editor traduz, adapta e comenta um artigo que circulou na Inglaterra a respeito da necessidade da construção de um canal marítimo, que ligasse os oceanos Atlântico e Pacífico, facilitando, assim, a navegação comercial. Ora, um século depois, este canal seria construído, exatamente na região indicada, que é, hoje, o canal do Panamá.

O segundo momento importante da evolução histórica da imprensa brasileira diz respeito ao período compreendido entre os reinados de Dom Pedro I e Dom Pedro II, a que os historiadores do Brasil chamam de regências, pois sendo Dom Pedro II menor de idade e, portanto, não podendo reinar, foram administradores do país a partir de 7 de abril de 1831, quando Dom Pedro I renuncia ao governo, até 23 de julho de 1840, quando Dom Pedro II é declarado maior e assume o trono.

A imprensa conheceu um crescimento até então não visto no país. Em 1837, Manuel de Araújo Porto-Alegre publica a primeira caricatura do Brasil, retratando as disputas que ocorrem no seio das Regências; a litografia mostra Justiniano José da Rocha - jornalista que fora contratado por grande salário para ser o redator do jornal Correio Oficial e, na gravura, aparece de joelhos, recebendo um saco de dinheiro do governante. No Recife, o jornal O Carapuceiro, que circulou de 1832 a 1842, é um paradigma da imprensa do período, especialmente nas províncias. Ali encontra-se a crítica social, além da política, em que o objetivo declarado era

publicar suas observações que serviriam de carapuça a quem lhes couber; seu editor e redator, o padre Miguel do Sacramento Lopes Gama, passaria à história pela alcunha de Padre Carapuceiro (MELLO, 1996).

Embora na Europa o crescimento das tiragens tenha possibilitado, na década de 1830, a criação de revistas literárias e científicas, e a publicação de romances nos periódicos, esse fenômeno ainda veio a demorar no país, onde os jornais estavam, antes, engajados nas disputas políticas entre os partidos e facções em formação - e este tipo de publicação somente veio a lume no Brasil quando sedimentadas as disputas, durante o Segundo Reinado: até lá, imperavam as disputas políticas e a partidarização da imprensa.

A imprensa da época, portanto, tinha por principal objetivo a formação de opinião, intervindo diretamente na vida política. Chamava-se, por isso mesmo, de pasquim, tipo de publicação que Nelson Werneck Sodré estudou detidamente, na obra já mencionada, e que significou talvez o primeiro e quase único período de verdadeira e absoluta liberdade de imprensa no Brasil. Diz ele:

A historiografia oficial tem se preocupado em transmitir a impressão de que a Regência foi o caos. Se analisarmos a sua gestação, entretanto (...) e o seu desenvolvimento (...) verificaremos que, nesse caos aparente, há uma ordem, há forças que se defrontam e lutam, surgindo com clareza, por bons e sólidos motivos (SODRÉ, 1977).

Sodré mostra que, se houve riscos para a independência, por causa dos movimentos revolucionários que explodiram ao longo do período, também foi o momento de confronto entre conceitos diferentes sobre democracia e modelos de governo, expressos fundamentalmente através da imprensa, com os jornais chamados pasquins, virulentos porque profundamente combativos em relação às ideias que pregavam.

Facto digno de nota é a existência até mesmo de jornais voltados aos negros e mestiços, surgidos durante a Regência Permanente, cujos títulos deixavam claro o público ao qual se dirigiam: O Crioulinho, O Homem de Cor ou O Mulato e O Brasileiro Pardo, que discutiam a questão racial. O tema demorará até 1888 para ser resolvido, mas nasceu, claramente, também a partir do período regencial, expressando-se igualmente através de pasquins variados.

Uma exceção, no período, foi a revista Niterói, editada na França por Francisco de Sales Torres Homem, Domingos José Gonçalves de Magalhães e Manuel de Araújo Porto-Alegre, em 1836, cujo fim declarado era o de mostrar as letras, artes

e economia brasileira. É considerada uma precursora do romantismo no Brasil. Niterói teve apenas duas edições. Pela natureza e variedade dos assuntos, situa-se a Niterói na linha dos periódicos dedicados à difusão da cultura literária e científica e à actualização da inteligência. Os seus antecessores imediatos são o *Journal de connaissances utiles* (1830), na França, e, entre nós, o “Jornal literário político, mercantil etc.” e O Patriota, que circulou no Rio de Janeiro, em 1813. Com um espírito semelhante, no ano seguinte ao do aparecimento da Niterói, Alexandre Herculano fundaria o jornal O Panorama, órgão da “Sociedade Propagadora dos conhecimentos úteis”, em Lisboa.

A ideia de conhecimento útil, aplicada ao desenvolvimento da civilização e ao aumento da glória nacional, comparece logo no prefácio “Ao leitor”, que abre o primeiro número da Niterói. Ali, a nova revista se apresenta em oposição aos demais periódicos, que desviam a atenção pública com “discussões sobre causas de pouca utilidade”. Pode-se dizer que este tipo de publicação é parte intrínseca dos programas do Romantismo.

A imprensa foi evoluindo gradualmente no Brasil. A partir de 1880, ingressa-se no que se poderia denominar de imprensa industrial, quando os periódicos se distanciam da perspectiva partidária e ideológica e se tornam empreendimentos industriais, visando o lucro. É o modelo de jornalismo introduzido na França a partir de 1836, com Eugène de Girardin e seu *La presse*.

A industrialização brasileira, a exemplo do que ocorrera com a Europa, um século antes, produz a urbanização e, em consequência, o fenómeno do surgimento das grandes massas urbanas. O trabalhador da indústria – o operário – e o trabalhador do comércio entram em cena. Daí que aumenta a circulação dos jornais, cujas tiragens crescem significativamente. Mas para obter sucesso junto à massa de leitores, os jornais precisam atender a um novo tipo de gosto: a reportagem sensacionalista, a cobertura policial, a divulgação das queixas e denúncias populares começam a ocupar os espaços dos periódicos. A partir de 1874, instalara-se no Rio de Janeiro a agência de notícias Havas, cujos despachos são imediatamente aproveitados pelos jornais Gazeta de Notícias e Jornal do Commercio. Multiplicam-se as gráficas. Os operários organizam-se em sindicatos e associações. O Jornal do Brasil, em 1900, orgulha-se de ser popularíssimo, alcançando a tiragem de 60 mil exemplares, numa cidade de 500 mil habitantes (BARBOSA, 2010, p.118): o jornal se gaba de ter a maior tiragem da América do Sul e costuma empregar expressões como folha popular por excelência, paladino de todas as boas causas ou eco de todas as queixas e necessidades do público (BARBOSA, 2010, p. 134).

Cria-se, no Rio de Janeiro, desde os anos 1880, e com mais intensidade a partir da década seguinte, um novo jornalismo que muda o padrão editorial das publicações. Agora, os textos pretendem, sobretudo, informar, com isenção, neutralidade, imparcialidade e veracidade, sobre a realidade. E esses adjectivos se repetem nos periódicos (BARBOSA, 2010, p. 121).

Surge a fotografia, a grande reportagem de rua: o cidadão popular ganha espaço e relevo: o jornal se torna uma fábrica de notícias (BARBOSA, 2010, P. 123). Aparece o chamado pequeno anúncio classificado: é a oportunidade de todos e de cada um comprar e vender o que bem entender. A partir deste momento, a popularidade do jornal está directamente vinculada à participação do leitor: “vendo sua fala ou identificando-se com os personagens cotidianos que ocupam agora aquelas páginas, este sente-se mais próximo da imprensa. Valendo-se disso, os jornais buscam mais e mais a inclusão dos leitores e a publicação de personagens saídos do cotidiano” (BARBOSA, 2010, p. 137).

Ao longo do século XX, a imprensa brasileira vai trocar o modelo francês do nariz de cera e do jornal literário pela perspectiva das publicações norte-americanas, sobretudo após 1950, quando uma nova geração de profissionais invade as redacções do Rio de Janeiro e, logo depois, de São Paulo, trazendo o conceito do *lead* e da objetividade. A transformação sofrida pelo Brasil entre as décadas de 1950 e 1970 faz com que o país deixe de ter uma perspectiva rural: se na metade do século XX apenas 30% da população era urbana, ao final do mesmo século a situação se inverteu: apenas 20% da população permanece rural. A migração para as grandes cidades, decorrente da forte industrialização, desestabiliza as grandes cidades. Enormes bolsões de miséria marcam a paisagem urbana, constituindo o maior desafio para os administradores municipais e estaduais a solução sobre as necessidades de infraestrutura, como transporte colectivo, serviços de água e esgoto, atendimento de saúde e escolaridade, etc. É, também, neste momento, que surge a chamada imprensa popular sensacionalista: jornais tabloides, quase sempre vespertinos, surgem com grandes manchetes, relatos emocionados e atrativos, apresentação de brindes e difusão de colecionáveis, de revistas e discos ou CDs a talheres, pratos e panelas.

No Brasil, vivemos hoje, ao contrário da Europa, um crescimento significativo de jornais impressos, graças à circulação desses novos títulos de jornais populares e também à chegada da imprensa gratuita que, a exemplo do jornal Metro, já existente em Portugal e Espanha, circula hoje em dia em todas as grandes

capitais do país, sendo distribuído em cruzamentos das grandes avenidas: boa diagramação, imagens fotográficas destacadas, textos relativamente pequenos e linguagem acessível: são jornais feitos para quem não tem o hábito de ler. São jornais para serem lidos durante as viagens de ônibus, ou nos intervalos das paradas nos semáforos. São jornais, enfim que, uma vez lidos, devem ser deixados para outros potenciais leitores. Mas são jornais, sobretudo, que conquistaram uma significativa parcela de público até então pouco afeita à leitura do periódico de tamanho *standart*, a chamada imprensa de referência, com um vocabulário mais denso e textos mais longos.

Ao lado de todo esse processo formal, que implica também o surgimento do rádio, a partir dos anos 1920, e da televisão, a partir dos anos 1950 e, enfim, da internet, a partir dos anos 1990, processo esse que constitui o que denominamos de comunicação de massa, o pesquisador Luís Beltrão, pioneiro no Brasil dos estudos comunicacionais, descobriu a existência de um outro circuito de troca de informações e expressão de ideias, a que denominou de folkcomunicação. Trata-se daquele circuito que funciona à parte ou paralelamente ao da comunicação de massa, industrializada: são os folhetos de cordel dos cantadores do nordeste brasileiro; os pequenos bares e restaurantes de bairros ou de beirada de estradas; as feiras livres; os rituais religiosos católicos ou umbandistas; os dizeres em placas de caminhão; os ditados e cantigas populares, as brincadeiras e jogos que fazem parte das tradições populares a que chamamos folclore. Longe de visualizar tais práticas enquanto congeladas num tradicionalismo a ser mantido no presente, em relação ao passado, Beltrão entende que, ainda que sem perderem a sua essência, tais práticas criam canais de intercâmbio com os circuitos urbanos industrializados da comunicação de massa. Assim, num país com tantas e tão grandes diferenças sociais e culturais, estes circuitos comunicacionais populares permitem uma integração que, sem tais alternativas, seria impossível. Por exemplo, se a grande imprensa da capital pode falar em corrupção e crime do colarinho branco, as camadas populares preferem entender como caloteiros e ladrões, pura e simplesmente, os personagens envolvidos em tais acontecimentos.

E as antigas práticas comunicacionais se adaptam rapidamente a novas tecnologias: os velhos ex votos da religiosidade nordestina hoje se travestem de anúncios em jornais com agradecimentos por uma graça alcançada ou até mesmo em mensagens que podem ser escolhidas na própria internet. Não se paga mais uma bênção recebida do padroeiro ou protector indo-se à igreja e lá acendendo uma ou

mais velas: basta entrar em algum sítio da internet e, mediante a identificação do cartão de crédito, escolhe-se a vela e a duração pela qual ela queimará, conforme o valor que for depositado antecipadamente.

Essas antigas histórias, contadas por narradores dramáticos e emocionados-emocionantes, ao pé de fogueiras, ao longo das madrugadas, hoje são encontráveis em endereços variados de lendas urbanas que apenas redimensionam a narrativa.

No Brasil, encontramos hoje aldeias indígenas com telefones públicos; líderes dos índios com telefones celulares e uso de tablets, dirigindo grandes camionetas e participando de associação com homens brancos na produção de soja ou de milho. Governos municipais garantem a existência de lanhouses gratuitas nos bairros populares; quartéis posicionados em regiões de miserabilidade recebem jovens para alfabetizá-los na linguagem cibernética. O Brasil deu um enorme salto qualitativo e quantitativo, quanto ao acesso à tecnologia de comunicação e de informação, a partir da década de 1990, com a desestatização da telefonia. Agora, discutem-se as políticas da digitalização para a televisão – já em implantação – o rádio e, logo, a presença dos jornais cujo suporte hoje em dia é ainda o papel, começam a migrar ou buscar a dupla edição, em papel e em tablets, cujos preços vão sendo gradualmente barateados, na medida em que se popularizam.

Não há dúvidas de que no Brasil contemporâneo a acessibilidade à informação é muito mais ampla do que há algumas décadas. A própria escola, mesmo a escola pública, aquela pequena escola municipal distante dos grandes centros, começa a ter acesso à internet e a se valer da informática na sala de aula. Não é mais uma situação extraordinária a existência de equipamentos de data show em salas de aula, dos cursos primários às universidades, através dos quais o professor e os alunos podem, numa mesma sala, alcançarem o mundo e as suas imagens.

Evidentemente, ainda há muito por fazer. Em 2011, a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, no Brasil, foi estimada em 8,6% (PNAD, 2011). A taxa de analfabetismo funcional foi estimada em 20,4%, um pequeno aumento em relação a 2009, quando o índice foi de 20,3%. Em 2011, foram contabilizados, entre as pessoas de 15 anos ou mais, 30,5 milhões de analfabetos funcionais no país. Segundo o IBGE, analfabetos funcionais são pessoas com 15 anos ou mais de idade e menos de quatro anos de estudo. Especialistas também classificam este grupo como pessoas que sabem ler e escrever, mas não entendem aquilo que leem. Outras pesquisas indicam a mesma dificuldade em relação aos telespectadores, que enfrentam dificuldades para compreender o que ouvem

nos telejornais. Por outro lado, o surgimento das chamadas redes sociais mudou por completo e radicalmente as possibilidades de trocas entre os indivíduos. O Brasil já foi o campeão do Orkut e agora repete a performance com o Twitter. A quantidade de usuários do Twitter, no Brasil, já é a segunda maior do mundo, com 33,3 milhões de pessoas, perdendo somente para os Estados Unidos, com 107,7 milhões de internautas, segundo um estudo recente da Semiocast. O número de perfis existentes no Twitter, antes de janeiro de 2012, era de 383 milhões em todo o mundo<sup>7</sup>. Não obstante, mais da metade dos brasileiros (54,4%) nunca usou um computador. Menos de 20% têm o equipamento em casa, e apenas 14,5% dos domicílios com computador estão ligados à rede mundial. Entretanto, 45,6% dos entrevistados afirmaram já ter usado um computador, e 33% acessaram a internet pelo menos uma vez na vida – ou seja: 67% nunca navegaram na internet<sup>8</sup>. Por certo, estes números já estão ultrapassados, pela rapidez com que as novas TICs vem sendo implantadas e assumidas no país.

Por todos esses aspectos levantados, pode-se dizer que no Brasil, hoje em dia, avança-se, ainda que gradualmente, para uma certa universalização de competências e possibilidades de acesso e troca de informações entre os cidadãos. O grande desafio tem a ver com as pessoas mais velhas, que precisam de se adaptar às novas tecnologias. De qualquer modo, sabe-se que no Brasil 97% das casas possuem aparelho de televisão, mais de 90% têm rádio, enquanto 49,7% contam com telefone fixo, e 68% com telefone celular. Houve um aumento na presença de computadores nos domicílios, passando de 16,6%, em 2005, para 19,6%, em 2006. O Brasil, em 2025, será o sexto país no mundo em número de Idosos (RIBAS Jr., sem data). Dados do Datafolha indicam que 29% dos idosos brasileiros declaram utilizar um computador; 55% entre eles têm ensino superior; 43% possuem o ensino médio e 25% o curso fundamental. 5% dos idosos que utilizam computador acessam a internet (2008).

Esses dados, por mais voláteis que sejam, ou por causa disso mesmo, indicam a imensa mudança que o país vem sofrendo quanto à acessibilidade a estas tecnologias. Isso significa maior sociabilidade e integração, mais democratização e maior circulação de informações e de opiniões, o que é fundamental para uma verdadeira democracia. Levando-se em conta as imensas distâncias físicas existentes no Brasil, a comunicação virtualizada, propiciada pelas novas TICs, é uma alternativa fundamental para a integração de todos os cidadãos no país.

## Referências bibliográficas

Barbosa, Marialva (2010). História cultural da imprensa – Brasil – 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad X.

Correio Braziliense ou Armazém Literário(2009 [1808-1822]). São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo [Londres: W. Lewis, Paternoster-Row].

“Da introdução da tipografia à passagem de Lourenço Marques a cidade. Contexto histórico (1854-1887)” in [www.macua.org/livros/DAINTRODUCAODATIPOGRAFIA.htm](http://www.macua.org/livros/DAINTRODUCAODATIPOGRAFIA.htm) Na verdade, trata-se de passagem do livro de ROCHA, Ilídio – A imprensa de Moçambique, Lisboa, Livros do Brasil. 2000.

Datafolha, novembro de 2008.

Everdosa, Carlos (2001). Roteiro da literatura angolana. Lisboa: Edições 70.

Gonçalves, José Júlio (1966). A informação na Guiné, Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe. Lisboa: ICSPU.

Lopes, António dos Mártires (1971). Imprensa de Goa. Lisboa: Comissariado do Governo para os Assuntos do Estado da Índia.

Lopo, Júlio de Castro (1964). Jornalismo de Angola. Subsídios para a sua história. Luanda: Centro de Informação e Turismo de Angola.

Lourenço, João Pedro da (2003). A imprensa e a problemática da liberdade de imprensa em Angola. Luanda: Instituto Superior de Ciências da Educação. Mimeo.

Mello, Evaldo Cabral de (1996 [1832-1845]). O carapuceiro. São Paulo: Cia. das Letras.

Melo, José Marques de (2003). História social da imprensa. Porto Alegre: EDIPUCRS.

Pesquisa sobre o Uso domiciliar das tecnologias de informação e de comunicação (2005 e 2006). São Paulo: Instituto Ipsos Opinión.

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2011). Brasília: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Ribas Jr., Osny Tabor da (sem data). Florianópolis: Governo do Estado de Santa Catarina: Secretaria de Estado da Administração. Diretoria de Governança Eletrônica.

Sodré, Nelson Werneck (1977). História da imprensa no Brasil. São Paulo: Graal.

---

<sup>2</sup> É interessante observar-se, como já remarcaram os historiadores desses boletins, que tal imprensa oficiosa, tal como ocorreu com a Gazeta do Rio de Janeiro, não se limitava a publicar os documentos oficiais do governo, mas terminava por divulgar informações variadas, inclusive sobre bailes e outros acontecimentos das sedes do governo, podendo, por isso mesmo, serem consideradas como jornais, em sentido mais estrito.

<sup>3</sup> Embora o Brasil gozasse, naquele momento, de um status diferenciado, o critério de periodização também pode ser a ele aplicado.

<sup>4</sup> Manteve-se a redação original, tal como a encontramos na edição facsimilada: CORREIO BRAZILIENSE ou ARMAZEM LITERÁRIO, Londres, W. Lewis, Paternoster-Row, junho de 1808. Reedição da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo. 2009.

<sup>5</sup> Não por acaso, a cada seis edições, o próprio editor prevê que a publicação, em formato de livro e normalmente com cerca de 100 páginas, com paginação corrida de uma edição para a outra, deva ser encadernada. Para isso, ele mesmo providencia a edição de índices para cada volume, prática que perdura até dezembro de 1822, quando a publicação se encerra.

<sup>6</sup> Em que pese a leitura equivocada que o autor faz, tanto da Gazeta do Rio de Janeiro quanto do Correio Braziliense, algumas observações do historiador são pertinentes, como esta que vincula a gênese da imprensa à existência de uma classe burguesa ou comerciante.

<sup>7</sup><http://www.wsiconsultoria.com>

<sup>8</sup>Os resultados são da Pesquisa sobre o Uso Domiciliar das Tecnologias de Informação e Comunicação – a chamada TIC Domicílios –, realizada pelo instituto Ipsos Opinion, a pedido do Comitê Gestor da Internet (CGI) em 2005 e 2006. Na consulta a 10,5 milhões de domicílios brasileiros, algumas tendências se confirmaram, outras apresentaram novidades.

# O tema da pobreza na Imprensa escrita de Moçambique (2001 – 2005): O caso do Jornal “Notícias”

Carlos Augusto Chefo\*

## Resumo

Os meios de comunicação social têm o poder de agendar e tratar os temas importantes da actualidade. Em Moçambique, a pobreza é um tema candente na imprensa.

Este artigo analisa o discurso da Imprensa escrita de Moçambique sobre o tema da pobreza. Para tal, toma-se como caso de estudo o Jornal Notícias, examinando-se o seu papel na abordagem a este tema. Recorrendo-se ao método de análise de conteúdo quantitativo e qualitativo, verificou-se que o tema da pobreza figura no jornal quando é referido pelas autoridades governamentais. Neste âmbito, o conteúdo das notícias sobre a pobreza é, sobretudo, o que as autoridades governamentais dizem acerca da pobreza. O quotidiano dos que vivem em situação de pobreza absoluta é quase ausente. Conclui-se que o jornal Notícias reproduz o discurso oficial e governamental, desempenhando, assim, um papel marginal, ao não proporcionar ao público informação e conhecimento que permitam uma compreensão mais ampla do tema da pobreza.

Palavras-chave: pobreza; imprensa escrita; jornal “Notícias”; agendamento.

---

\*Licenciado em Sociologia pela Universidade Eduardo Mondlane, Mestre em Estudos Africanos pelo ISCTE-IUL-Instituto Universitário de Lisboa e Docente no Instituto Superior de Artes e Cultura.

## 1. Introdução

Neste artigo, cuja pesquisa foi realizada no âmbito de uma formação académica em 2008, analisa-se o discurso produzido pela imprensa escrita de Moçambique no período entre 2001 e 2005 em torno do tema da pobreza, tomando-se como caso de estudo o Jornal “Notícias”. Especificamente, pretende-se saber se a cobertura efectuada pelo jornal contribui para informar sobre a pobreza ou, pelo contrário, tende a reproduzir o discurso oficial sobre este fenómeno. Procura-se, assim, perceber o papel desempenhado por este jornal na cobertura desta problemática.

Segundo a literatura sobre a sociologia da comunicação social, em qualquer sociedade, os meios de comunicação social têm o poder de, por um lado, definir a agenda dos temas importantes da actualidade e, por outro, de fazer os respectivos enquadramentos na abordagem a esses temas. Os media desempenham um papel importante ao determinar os assuntos merecedores de notícia como desafios que se colocam à opinião pública. Definem os significados desses assuntos, oferecendo interpretações de como compreendê-los (McCombs e Shaw, 1972; Traquina, 2000/1999; Rieffel, 2003; Neveu, 2005; Monteiro et al., 2006).

Os tópicos da pobreza têm vindo a ser evidenciados em diversos domínios da vida social e política e a serem recorrentemente referidos nos meios de comunicação social (Capucha, 2005).

De facto, em Moçambique, a pobreza é um assunto candente que preocupa a sociedade, suscitando, por isso, debates académicos, discursos políticos em seu torno e a definição de políticas de luta contra este fenómeno que afecta a maioria da população moçambicana. Com a introdução do Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (o PARPA) em 2001<sup>1</sup>, o tema da pobreza ganhou muita relevância nas preocupações nacionais. Neste contexto, o governo tem vindo a proferir vários discursos apelando para o envolvimento de todos os cidadãos e instituições na luta contra este problema. A imprensa escrita, especificamente o Jornal “Notícias”, também tem incluído nas suas páginas assuntos sobre a pobreza.

Com base na revisão bibliográfica realizada, constatou-se que, em Moçambique, não existem estudos sociológicos que analisem o conteúdo do discurso da imprensa escrita, muito menos pesquisas no âmbito da sociologia da comunicação sobre o tema da pobreza na imprensa escrita. A única pesquisa sobre a cobertura da pobreza nos media foi efectuada por Libombo (2006) e visava, entre outros objectivos, rever a cobertura do PARPA pelos meios de comunicação social em

Moçambique, avaliar os desafios dessa cobertura, os níveis, a qualidade e os tipos de cobertura dos media sobre o PARPA e os debates mais alargados sobre a estratégia oficial de luta contra a pobreza absoluta no país. Porém, esta pesquisa foi realizada sem se recorrer às teorias sociológicas da comunicação social. É por estas razões que se escolheu o tema da pobreza para a presente análise, desenvolvida à luz dos pressupostos da teoria sociológica de agendamento e do modelo do Newsmaking.

Rieffel (2003) afirma que a Sociologia dos media fornece ferramentas que permitem compreender o papel dos media no nosso quotidiano e contribui para a descodificação de fenómenos relacionados com a mediatização na sociedade. Por sua vez, Traquina (1999, p.12) refere que “a postura crítica da investigação académica não pretende denegrir os jornalistas, mas sim compreender a actividade jornalística e o produto resultante dessa actividade – as notícias”.

Assim, pensa-se que esta análise é relevante, pois preenche a lacuna existente no que respeita aos estudos sociológicos sobre a imprensa escrita e que os resultados desta pesquisa permitirão a realização de debates e reflexões em torno da prática jornalística em Moçambique.

Optou-se pelo Jornal “Notícias” para a análise por ser um jornal de informação geral (uma publicação periódica destinada ao grande público, constituindo uma fonte original de informação escrita sobre acontecimentos e assuntos públicos, questões internacionais, políticas da actualidade e de maior circulação no país (Lopes<sup>2</sup>, s/d) e lido por um público maior (Sopa, s/d).

### **Questões de pesquisa**

A pesquisa que originou o presente artigo procurou responder às seguintes questões:

- 1) De que maneira a imprensa escrita moçambicana (no caso, o Jornal «Notícias») cobre o tema da pobreza durante o PARPA I (2001 – 2005)?
- 2) Estará o Jornal «Notícias» a abordar o tema da pobreza enquanto um problema social e a fornecer ao público informação e conhecimento acerca do tema ou, pelo contrário, reproduz o discurso oficial sobre a pobreza?
- 3) Que fontes dominam a cobertura jornalística do tema da pobreza?
- 4) Através de que géneros jornalísticos o Jornal “Notícias” aborda o tema da pobreza?
- 5) Em que consiste o conteúdo da mensagem das notícias com referência à pobreza enquanto problema social abordado pelo Jornal Notícias? Ou seja, que informações relativas ao tema da pobreza estão presentes ou ausentes no conteúdo das notícias sobre pobreza?

## Hipóteses

Para esta pesquisa, formularam-se três hipóteses de investigação. Tais hipóteses baseiam-se em pressupostos apresentados por autores (i) da área da sociologia da comunicação social e do jornalismo e inscrevem-se, especificamente, no quadro do modelo do Newsmaking (processo de produção de notícias pelos media) (Neveu, 2005; Rebelo, 2000; McQuail, 2003; Kovach e Rosenstiel, 2004; Traquina, 2002; Traquina, 1999, 1995; (ii) em trabalhos sobre a cobertura jornalística de problemáticas sociais (iii) sobre “Imprensa e Drogas. A toxicodependência no Discurso Jornalístico” (Coelho e Gonçalves, 1992); (iv) sobre “A problemática da SIDA como notícia” (Traquina et al., 2007); (v) sobre “A droga e toxicodependência na imprensa escrita” (Dias, 2001); (vi) sobre “A cobertura jornalística das crianças na imprensa de informação geral” (Ponte, 2005) e (vii) sobre “A cobertura do PARPA II pelos media moçambicanos” (Libombo, 2006).

Hipótese 1: No discurso do jornal “Notícias” sobre o tema da pobreza predominam as fontes oficiais (institucionais), designadamente os políticos, as autoridades governamentais e os dirigentes da estrutura administrativa e representantes de instituições internacionais. As pessoas absolutamente pobres e as histórias da condição em que vivem quase que não são objecto de referência no jornal.

Hipótese 2: O Jornal Notícias cobre o tema da pobreza predominantemente através do género de notícia, em detrimento de reportagens e de outros géneros que estimulam a análise e comentários, sendo rara a iniciativa na cobertura feita ao tema.

Hipótese 3: A cobertura do tema da pobreza feita pelo Jornal “Notícias” baseia-se no discurso oficial, visto que o conteúdo da maioria dos artigos que se referem à pobreza consiste em citações de declarações de fontes oficiais, principalmente das autoridades governamentais referindo-se à pobreza.

## 2. Enquadramento teórico e conceptual

O enquadramento teórico base da pesquisa de que derivou este artigo inscreve-se na área da Sociologia da Comunicação ou do Jornalismo, na qual se insere o tema deste artigo. Assim, o quadro teórico da presente análise baseia-se na teoria do agendamento (agenda-setting) dos académicos norte-americanos Maxwell E. McCombs e Donald L. Shaw (1972) em articulação com os pressupostos do modelo teórico do Newsmaking (processo de produção de notícias pelos media).

A teoria do agendamento pressupõe que, em qualquer sociedade, os meios de comunicação social têm o poder de, por um lado, agendar os assuntos mais importantes da actualidade e que, conseqüentemente, figuram na agenda das preocupações como temas relevantes e, por outro, de fazer o respectivo tratamento dos mesmos (McCombs e Shaw, 1972 apud Traquina, 2000), definindo os significados desses assuntos e oferecendo interpretações de como compreendê-los (Rieffel, 2003; Neveu, 2005). Ao estabelecerem a agenda, os media definem as ordens de importância dos desafios colocados à opinião pública (Monteiro *et al.*, 2006). Assim, desempenham um papel decisivo no aumento da consciência e da preocupação sobre determinados desafios da sociedade (Traquina, 2000; Saperas, 2000).

De acordo com esta teoria, em consequência da acção dos jornais, da televisão e dos outros meios de informação, o público sabe ou ignora, presta atenção ou descarta, realça ou negligencia elementos específicos dos assuntos. O público tende a incluir ou a excluir dos seus conhecimentos aquilo que os mass media incluem ou excluem do seu próprio conteúdo. Além disso, as pessoas atribuem àquilo que esse conteúdo inclui uma importância que reflecte a ênfase que os media atribuem aos acontecimentos ou temas. Descrevendo e precisando a realidade exterior, os meios de comunicação de massas apresentam ao público uma lista daquilo sobre que é necessário pensar, opinar e discutir (Shaw, 1979 apud Wolf, 2006).

### **3. A perspectiva do Newsmaking**

O modelo analítico do Newsmaking, uma área pertinente da sociologia do jornalismo, é o estudo do processo organizacional e rotineiro de produção das notícias. De acordo com este modelo, a imagem da realidade social fornecida pelos meios de comunicação de massas está relacionada com a organização e as rotinas das instituições jornalísticas (Wolf, *op. cit.*; Esteves, 2002).

A questão central colocada pela perspectiva do Newsmaking, que constitui um dos seus temas essenciais no contexto dos recentes estudos da teoria do agendamento que tem a ver com as influências mútuas entre as agendas política, jornalística e pública, é sobre quem determina a agenda jornalística. A perspectiva do Newsmaking responde a esta questão explicando que entre os factores que influem na construção da agenda jornalística incluem-se as rotinas dos media, a actuação dos jornalistas no seu processo de produção de notícias e os critérios de noticiabilidade (os valores sobre a importância ou interesse que um assunto poderá ter para constituir notícia) utilizados na selecção das ocorrências ou assuntos.

Ainda de acordo com este modelo, a influência entre as agendas decorre da acção dos diferentes agentes sociais envolvidos no processo de produção de informação como fontes promotoras de notícias, onde sobressaem, principalmente, as fontes oficiais ou institucionais, particularmente as do campo político (Traquina, 2000).

Quanto à relação entre jornalistas e as suas fontes, a perspectiva do Newsmaking revela que o campo jornalístico é permeável às fontes oficiais ou institucionais, especialmente às fontes detentoras de poder, poder esse que deriva, portanto, da sua representatividade institucional. Estas fontes desempenham um papel fundamental no processo de produção de notícias, visto que é às fontes oficiais que os jornalistas recorrem na busca de notícias. Deste modo, verifica-se uma grande representação de fontes da área político-institucional na informação presente nos meios de informação de massas, como resultado dos procedimentos rotineiros de recolha dos materiais de onde se extraem as notícias. No processo rotineiro de produção de notícias, os órgãos de informação criam uma rede de fontes que serve de instrumento essencial para o seu funcionamento. Essa rede reflecte a estrutura social e de poder existente. Assim, os indivíduos com poder económico ou político facilmente podem aceder aos jornalistas e, por sua vez, são acessíveis a estes. Contrariamente, os que não têm qualquer poder, dificilmente se tornam fontes. Por isso, não são procurados pelos jornalistas até que as suas acções produzam efeitos noticiáveis por serem moral ou socialmente negativos (Ibidem; Wolf, 2006, op. cit.; Hall et al., 1978; McQuail, 2003).

No estabelecimento das agendas e na influência entre elas no processo de produção de informação, a acção das fontes oficiais políticas tem um grande peso através da promoção das notícias. A influência destas fontes faz com que a agenda política influencie a agenda jornalística, pois os temas valorizados no meio político passam a ser referidos na agenda jornalística. Esta agenda influencia a agenda pública e a agenda política à medida que esses assuntos são sinalizados pelos media (Sousa, 2008; Traquina, 2000; Wolf, op. cit.; Molotch e Lester, 1974; McCombs e Shaw, 1972; Faustino, 2006).

#### **4. Enquadramento conceptual**

##### **Conceito de pobreza**

Nesta secção, são definidos os conceitos de pobreza e de Imprensa escrita.

A pobreza é um fenómeno multidimensional, definido, por isso, sob várias perspectivas. Na presente análise, define-se o conceito de pobreza absoluta por ser

o que mais se relaciona com o objecto de análise neste artigo, visto que é o mais evidenciado nos discursos políticos sobre a pobreza.

Pobreza absoluta - Refere-se à condição em que pessoas, famílias e grupos de famílias vivem na indigência, na carência alimentar extrema, na mendicidade, na vida austera e de penúria e na absoluta miséria, com vestes pobres, sem saúde, habitação, educação e informação, com um estatuto social precário, padecimentos, portanto, sem recursos suficientes para a satisfação das suas necessidades básicas e garantir a sua manutenção física (Capucha, 2005; Geremek, 1995 apud Garcia et al, 2000; Sen, 1999; Gordon, 2000; PNUD, 1997).

Imprensa escrita - O conceito de Imprensa escrita designa o conjunto de publicações periódicas impressas editadas regularmente, designadamente jornais e revistas de informação periódicas, tanto de informação geral como de informação especializada que veiculam informação em forma de notícias para um público diversificado e vasto (Jean Cazeneuve, 1976/1996).

### **O Jornal “Notícias”**

O seu estatuto editorial<sup>3</sup> refere que o “Notícias” é (i) um jornal diário privado e nacional cuja actividade se baseia no rigor e criatividade que independe de qualquer vinculação ideológica, política, económica ou religiosa; (ii) visa informar, esclarecer, dar ao público notícias de todas as origens; (iii) exerce um jornalismo exigente e de qualidade, privilegiando a verdade dos factos sobre a especulação e o sensacionalismo, potenciando as principais aspirações da maioria do público leitor; (iv) aposta numa informação diversificada e abrangente que corresponde ao interesse público igualmente diversificado; (v) tem a obrigação de inserir nas suas páginas as principais preocupações nacionais; (vi) defende a liberdade de expressão e de imprensa, reservando-se o direito de noticiar e comentar tudo o que se considera que possa concorrer para o engrandecimento de Moçambique e do povo, dentro das tradições democráticas universais; (viii) é activo no debate dos principais problemas nacionais e internacionais, privilegiando a diversificação das ideias; (ix) é responsável apenas perante os leitores, numa relação rigorosa, transparente, autónoma do poder político e independente de poderes particulares.

### **5. Metodologia**

A pesquisa que originou este artigo baseiou-se na análise de conteúdo, considerada na sociologia do jornalismo como a mais adequada no estudo dos conteúdos da produção jornalística (Traquina, 2000). É um método ou técnica de investigação

científica que consiste na descrição objectiva, sistemática do conteúdo manifesto da comunicação. Este método visa inferir através da identificação e contagem da ocorrência de características/dimensões específicas dos textos dos media e do exame de padrões do conteúdo desses textos (Berelson, 1972; McQuail, 2003; Cazeneuve, 1996/1976; Wolf, 2006; Bardin, 2006; Vala, 2005; Da Silva, 2006).

### **Sequência básica de aplicação da análise de conteúdo (McQuail, 2003):**

- 1) Escolha de um universo ou amostra;
- 2) Definição de um esquema de categorias de referentes externos do conteúdo e especificação dos termos de cada uma das categorias individualizadas relevantes para as finalidades da pesquisa;
- 3) Escolha de uma ‘unidade de análise’ do conteúdo (uma palavra, frase, item ou notícia completa);
- 4) Correspondência do conteúdo ao esquema de categorias pela contagem de frequência das referências aos itens relevantes do esquema de categorias do conteúdo em análise;
- 5) Apresentação dos resultados em termos de frequências de ocorrência dos referentes tendo em conta as categorias do conteúdo em análise. Por outro, a frequência de ocorrências das categorias escolhidas deverá expressar válida e objectivamente o significado predominante no conteúdo analisado (McQuail, 2003).

O método da análise de conteúdo comporta duas abordagens: A análise de conteúdo quantitativa e a análise de conteúdo qualitativa. A análise de conteúdo quantitativa baseia-se na análise estatística das categorias do conteúdo em análise. Nesta abordagem, o que constitui informação é a frequência com que aparecem certas características do conteúdo. A análise de conteúdo qualitativa procura decifrar o latente e o sentido das comunicações, onde o que constitui informação é a presença ou a ausência de determinadas características ou conjunto de características do conteúdo do fragmento da mensagem considerada (Bardin, op.cit).

Na presente análise, e à luz das regras e passos do método já descritos, aplicando-se a técnica da análise categorial, foram classificadas e quantificadas notícias completas referentes ao tema da pobreza (como unidades de registo). Tal é feito de acordo com as categorias do conteúdo das notícias, conforme a tabela 1.

Tabela 1- Categorias de conteúdo sobre a pobreza presentes nos artigos Jornalísticos<sup>4</sup>.

1	Artigos cujo conteúdo são citações de declarações sobre a pobreza proferidas por dirigentes da estrutura administrativa/governamental (Consistindo na reprodução do discurso das fontes oficiais).
2	Artigos cujo conteúdo sobre a pobreza se baseia em citações de declarações de representantes de ONG's ou instituições internacionais.
3	Artigos cuja referência é o tema da pobreza em si, nos seus variados aspectos, em que se citam depoimentos de pessoas em situação de pobreza absoluta (em que o conteúdo é referente ao quotidiano das pessoas pobres).
4	Artigos cujo conteúdo sobre a pobreza são citações de cientistas sociais ou académicos ou de documentos da autoria destes.
5	Artigos cujo conteúdo sobre a pobreza aparece no jornal por iniciativa do jornalista com o recurso a reportagens ou entrevistas

Esta categorização permitiu, durante a leitura de artigos do jornal o enquadramento de cada artigo na categoria correspondente conforme a natureza do seu conteúdo, através da identificação daquilo de que se fala nas notícias acerca da pobreza.

Efectuou-se uma análise quantitativa, apurando as frequências da presença de cada categoria de conteúdo, considerando-se o pressuposto de que a importância de uma categoria é determinada pela frequência com que aparece no conteúdo analisado. Na análise qualitativa, foi examinado o conteúdo dos artigos, identificando os aspectos acerca da pobreza presentes e ausentes nesses artigos.

Por outro lado, fez-se o levantamento dos géneros jornalísticos utilizados contendo informação sobre a pobreza. O objectivo é identificar os géneros jornalísticos dominantes na bordagem do tema da pobreza. Tal permitirá perceber se o modo de tratamento do tema incide sobre a pobreza em si, com base numa análise ou comentários, ou se apenas se limita na reprodução de discursos das fontes oficiais sobre a pobreza.

Para o efeito, adoptou-se a seguinte classificação de géneros jornalísticos, comumente utilizada na imprensa escrita (Rebello, 2000): Notícia<sup>5</sup>; Editorial<sup>6</sup>; Artigo<sup>7</sup>; Entrevista<sup>8</sup>; Crónica<sup>9</sup>, Carta do leitor<sup>10</sup>.

## Universo e Amostra

A constituição da amostra teve como referência geral um universo de edições produzidas durante o período de implementação do PARPA I (2001 - 2005). Neste período, e tendo em conta que o jornal é diário, o universo foi constituído por jornais editados durante oito meses (de Outubro de 2004 a Fevereiro de 2005). Relativamente a 2001, o primeiro ano em que se implementou o PARPA I, foram analisados os jornais editados na primeira semana de cada mês, de Janeiro a Dezembro, correspondendo a edições de três meses.

Preferiu-se este espaço temporal para se abarcar o período de 17 de Outubro a 28 de Novembro de 2004, no qual decorreram a campanha para as eleições legislativas e presidenciais de 1 e 2 de Dezembro de 2004<sup>11</sup> e a investidura do presidente da República (5 de Fevereiro de 2005<sup>12</sup>). Esperava-se que neste período fossem produzidas mais notícias relacionadas com o tema da pobreza.

A consulta de jornais decorreu de Janeiro a Abril de 2008 no Arquivo Histórico de Moçambique, onde os jornais estão devidamente organizados.

## Resultados da análise de conteúdo dos artigos com referência à pobreza.

Quadro 1 - Número de edições com notícias referentes à pobreza e número de jornais que não fazem referência ao assunto.

Jornais	Número	Percentagem
N.º de jornais com referência à pobreza	64	37%
N.º de jornais sem referência à pobreza	109	63%
Total	173	100,0%

O quadro revela que, no período analisado, o jornal produziu um total de 173 edições. Destas apenas 64 (37%) fazem referência à pobreza, sendo que a maioria das edições - 109 (63%) - não se referem ao assunto, o que mostra que o jornal produziu um número reduzido de notícias sobre o tema da pobreza.

Quadro 2 - Géneros jornalísticos utilizados na abordagem ao tema da pobreza.

Géneros jornalísticos	Frequências	Percentagem
Notícia	51	79,6%
Reportagem	4	6,2%
Crónica	4	6,2%
Artigo (de opinião/de divulgação)	3	4,6%
Carta do leitor	1	1,5%
Editorial	1	1,5%
Total	64	100,0%

O quadro mostra que a informação referente à pobreza aparece mais frequentemente em género de notícia, com cerca de 80% de todos os artigos produzidos. Os restantes géneros, todos juntos, representam apenas 20%.

**Categorias de conteúdo de informação sobre a pobreza presentes nos artigos analisados.**

Quadro 3 – Resultados de categorias de conteúdo sobre a pobreza presentes nos jornais.

Categorias de conteúdo sobre a pobreza	Frequências	Percentagem
Artigos cujo conteúdo são citações de declarações sobre a pobreza proferidas por dirigentes da estrutura administrativa/governamental (Consistindo na reprodução do discurso oficial sobre a pobreza).	36	56,2%
Artigos cujo conteúdo sobre a pobreza se baseia em citações de declarações de representantes de ONG's ou instituições internacionais.	17	26,5%
Artigos cuja referência é o tema da pobreza em si, nos seus variados aspectos, em que se citam depoimentos de pessoas em situação de pobreza absoluta (em que o conteúdo é referente ao quotidiano das pessoas pobres).	5	7,8%
Artigos cujo conteúdo sobre a pobreza são citações de cientistas sociais ou académicos ou de documentos da autoria destes.	4	6,2%
Artigos cujo conteúdo sobre a pobreza aparece no jornal por iniciativa do jornalista, com recurso a reportagens ou entrevistas.	2	3,1%
Total	64	100,0%
Total	64	100,0%

O quadro mostra a predominância da categoria de artigos cujo conteúdo é constituído por citações de declarações sobre a pobreza proferidas por dirigentes da estrutura administrativa/governamental (consistindo na reprodução do discurso oficial sobre a pobreza), aparecendo na primeira posição com pouco mais de metade de todos os artigos.

Segue-se-lhe imediatamente a categoria de artigos cujo conteúdo sobre a pobreza consiste em citações de declarações de representantes das ONG’s ou instituições internacionais, com cerca de 25 % do total dos artigos.

Com menor destaque, somados perfazendo pouco menos de 20%, figuram as categorias de (i) artigos cuja referência é o tema da pobreza em si, nos seus variados aspectos, em que se citam depoimentos de pessoas em situação de pobreza absoluta (em que o conteúdo é referente ao quotidiano das pessoas pobres); (ii) artigos em que o conteúdo sobre a pobreza é constituído por citações de cientistas sociais ou académicos ou ainda de documentos da autoria destes; e (iii) artigos cujo conteúdo sobre a pobreza aparece no jornal por iniciativa do jornalista com o recurso a reportagens ou entrevistas.

## **6. Discussão dos resultados**

A análise das edições do jornal parece mostrar que o jornal em análise coloca nas suas páginas notícias sobre a pobreza por influência da agenda política. Na maioria dos casos, o tema da pobreza é colocado no jornal quando é referido, em eventos relacionados com o exercício das suas funções, por membros da estrutura governamental ou por outros políticos e por representantes de organizações nacionais ou não governamentais.

A este respeito, o director do “Notícias” confirmou, aquando do encontro ocorrido no seu gabinete de trabalho, a 27 de Março de 2008, durante a pesquisa em Maputo, que foi a partir do início da implementação do PARPA I e, principalmente, desde o início do PARPA II, que o assunto da pobreza passou a ser recorrentemente colocado na agenda do jornal.

No período da implementação do PARPA, os políticos e as autoridades governamentais proferiram discursos sobre a pobreza, considerando esta como assunto prioritário e problema a resolver, apelando aos cidadãos e às instituições a se envolverem no desafio de luta para a sua erradicação. Neste contexto, o tema da pobreza tornou-se num assunto central na agenda política, passando, por isso, a marcar presença permanente no jornal.

Esta constatação confirma o pressuposto de que a introdução e manutenção da cobertura de assuntos na agenda dos media são asseguradas, sobretudo, pela introdução e manutenção dos temas na agenda política e que os media definem os assuntos à medida que lhes são sinalizados pelas elites políticas (Traquina, 2000). São estas elites que definem os assuntos considerados importantes na sociedade, passando, assim, a fazer parte da agenda dos media (Wolf, 2006).

### **Análise dos artigos com referência à pobreza quanto aos géneros jornalísticos utilizados.**

A análise dos artigos quanto aos géneros jornalísticos em que se baseia o discurso do jornal sobre o tema da pobreza revela, conforme o quadro 2, atrás apresentado, o predomínio do género notícia (79, 6% dos artigos) e a escassez de artigos dos restantes géneros jornalísticos, nomeadamente a reportagem (6,2 %), a crónica (6,2%), o artigo de opinião/divulgação (4, 6%), o editorial (1,5%) e a carta do leitor (1,5%).

A crónica e o editorial, géneros eminentemente opinativos, através dos quais se fazem a reflexão, a crítica, os comentários espelhando o ponto de vista formal ou posição do jornal sobre um determinado assunto (Rebello, 2002), são quase inexistentes no jornal na sua abordagem ao tema da pobreza. Não se faz um relato em torno da pobreza que suscite comentários do público em artigos de opinião e em cartas dos leitores. Desta maneira, o jornal não contribui para a participação do público no debate sobre a pobreza.

Por meio de reportagens, os jornalistas tomam a iniciativa, saem da redacção e dão a palavra a actores sociais que normalmente estariam ausentes das notícias (Traquina et al., 2007). A imprensa escrita promove um fórum de debate, por exemplo, com as suas colunas e artigos de opinião, onde os leitores fazem comentários, reagindo ao relato detalhado dos assuntos (Kovach e Resenstiel, 2004),

Entretanto, a maior utilização do género notícia e o menor recurso a reportagens e artigos de opinião indica que o princípio acima referido por estes autores não foi observado. Os jornalistas raramente tomaram a iniciativa de agendar e desenvolver

o assunto da pobreza e realizar reportagens, descrevendo a realidade da pobreza, dando aos pobres a oportunidade para apresentarem a sua visão sobre a situação em que vivem.

Considerando a história do “Notícias<sup>13</sup>” e o papel que este desempenhou ao longo da história do país, percebe-se que durante o período colonial o “Notícias” serviu os interesses coloniais, ao cobrir as realizações do governo. Nos períodos de transição e pós-independência, serviu os interesses do governo, cobrindo os acontecimentos que tinham lugar no contexto da luta pela reconstrução nacional, sob o lema fazer informação ao serviço do povo e da revolução, informando sobre o que se passava em todo o país. Reportava-se o quotidiano do país através da publicação de textos críticos sobre atitudes erradas, encorajando-se a colaboração dos próprios leitores através da correspondência popular.

Conforme o seu estatuto editorial, actualmente o “Notícias” tem a obrigação de inserir nas suas páginas as principais preocupações nacionais e ser uma parte activa no debate dos principais problemas nacionais e internacionais. Porém, no caso da abordagem do tema da pobreza, parece que este jornal continua a desempenhar o papel que cumpria nos períodos colonial, de transição e nos primeiros anos de independência, em que servia os interesses do governo, reportando as suas realizações. Desta vez, reporta o que as autoridades governamentais dizem a respeito da pobreza.

## **7. Considerações finais**

Neste artigo, analisou-se o discurso produzido pelo jornal “Notícias” para se perceber o papel desempenhado por este jornal no tratamento do tema da pobreza.

Recorrendo-se à análise do conteúdo dos artigos com referência ao tema da pobreza, constatou-se que, na maioria das vezes, o tema da pobreza aparece na agenda do jornal associado às declarações das fontes oficiais, nomeadamente as autoridades governamentais e dirigentes da estrutura administrativa.

O conteúdo da informação dos artigos com referência à pobreza é maioritariamente constituído por declarações das autoridades políticas e governamentais e dos representantes das instituições nacionais e internacionais referindo-se ao tema da pobreza. A informação sobre os diferentes aspectos relacionados com a pobreza e a situação em que os pobres vivem, bem como a sua visão sobre este fenómeno, é quase inexistente. O jornal não deu voz aos que não a têm. Isto mostra que, na sua abordagem, o jornal recorreu às fontes oficiais, principalmente aos agentes

governamentais e estatais, sendo estes os principais comunicadores para o jornal. Assim, este jornal privilegia o discurso oficial, ao invés de investir na produção de informação a respeito da pobreza enquanto problema social que afecta grande parte das famílias moçambicanas.

O jornal abordou o tema de um modo descritivo, limitando-se a informar sobre o que as autoridades políticas e governamentais dizem a respeito da pobreza. Não privilegiou a reflexão e análise sobre a pobreza enquanto preocupação social, não permitindo, por isso, ao público leitor compreender e obter conhecimento em seu torno.

Em última análise, o Jornal “Notícias” desempenhou um papel marginal na abordagem do tema da pobreza.

Os resultados da presente análise confirmam as hipóteses formuladas e as conclusões de estudos anteriores, a nível internacional, sobre a cobertura jornalística das problemáticas sociais e, em Moçambique, sobre a pobreza.

Os resultados e as conclusões aqui apresentados não devem ser considerados extensivos a toda a imprensa escrita moçambicana nem a um período muito vasto, pelo que fica pela frente o desafio de se aprofundar o estudo da abordagem do tema da pobreza pela imprensa escrita moçambicana.

### **Referências bibliográficas**

- Augusto, Mário. E et al (2006), Eleições Gerais-2004, Maputo: STAE.
- Carrasco, António. G. et al (2001). Eleições Gerais-1999. Maputo: STAE.
- Cazeneuve, Jean (1996/76/). Guia Alfabético das Comunicações de Massas, Lisboa: Edições 70.
- Coelho, M.Z.P e Gonçalves, M.H. (1992). Imprensa e Drogas. A toxicodependência no Discurso Jornalístico. In Cadernos do Noroeste, vol.5, nº 1-2, Instituto de Ciências. Braga: Universidade do Minho
- Crespo, António P. Albernaz (2002). Pobreza como um fenómeno multidimensional. In RAE – Electrónica- vol1 nº jul – dez// [www.Rae.com.br/electrónica/index.cfm](http://www.Rae.com.br/electrónica/index.cfm). Acesso em 01/02/08.
- De Brum, Juliana (2003). A hipótese do agenda setting: estudos e perspectivas, nº 35, número actual. In [www.razonypalabra.org.mx](http://www.razonypalabra.org.mx). Acesso em 24/01/2008.
- Dias, Fernando Nogueira (2001). Droga e Toxicodependência na Imprensa escrita - discurso e percurso. Lisboa: Instituto Piaget.

- Freixo, Manuel João. V. (2006). *Teorias e Modelos de Comunicação*. Lisboa: Instituto Piaget, Epistemologia e Sociedade.
- Gutmann, J. Freire (2006). Quadros narrativos pautados pela mídia: framing como segundo nível do agenda – setting? In: *Contemporanea*. Vol.4. nº 1 p. 25 – 50.
- Hall, Stuart et al. (1999). A produção social das notícias: O mugging nos media. In Traquina, Nelson (Org), *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*. Comunicação e Linguagens, 2ª edição, Lisboa, Vega, PP. 224 – 248.
- Kovach, Bill e Rosenstiel. (2004). *Os elementos do Jornalismo. O que os profissionais do jornalismo devem saber e o público deve exigir*, Porto – Portugal: Porto Editora.
- Lopes, Arlindo (s/d). O Notícias Em Tempo de Transição – Éramos também agentes revolucionários - Depoimento de Arlindo Lopes, primeiro director do jornal após a Independência<sup>14</sup>.
- Machiana, Emídio (2002). *A Revista “Tempo” e a Revolução Moçambicana: Da Mobilização Popular ao Problema da Crítica na Informação, 1974 – 1977*. Maputo: Promédia.
- Magaia, Albino (s/d). *Notícias. 80 Anos de vida e experiência*<sup>15</sup>.
- Massingue, Maria C. (2000). *A Imprensa, o Estado e a Democracia*, S.L: Promédia.
- Monteiro, Ana C. et al. (2006). *Fundamentos de Comunicação*. Lisboa: Edições Sílabo.
- McCombs, Maxwell. E e Shaw, Donald L. (1993). A evolução da pesquisa sobre o agendamento: vinte e cinco anos no mercado de ideias. In: Traquina, Nelson (2000). *O Poder do Jornalismo: análise e textos da teoria do agendamento*. Coimbra: Minerva.
- McCombs, Maxwell. E e Shaw, Donald L. (1972) A função do agendamento dos media 1972. In: Traquina, Nelson (2000). *O Poder do Jornalismo: análise e textos da teoria do agendamento*. Coimbra: Minerva
- Mcquail, Dennis (2003). *Teorias da comunicação de massas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Namburete, Eduardo (1995). A imprensa no processo da democratização de Moçambique. In Mazula, Brazão, *MOÇAMBIQUE: eleições, democracia e desenvolvimento*. Maputo: Brazão Mazula.
- Pnud (1997). *Relatório de Desenvolvimento Humano*, Maputo.
- Rebelo, José (2002). *O discurso do jornal: como e porquê*. Lisboa: Notícias editorial.
- República de Moçambique (2001). *Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA)*, 2001 – 2005. Maputo.
- República de Moçambique (2006). *Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA II)*, 2006 – 2009. Maputo.

- Rocha, Ilídio (2000). *A Imprensa de Moçambique: história a catálogo (1854-1975)*. Lisboa: Livros do Brasil.
- SCHLESINGER, Philip (1999). Os jornalistas e a sua máquina do tempo. In Traquina, Nelson (Org), *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*. Comunicação e Linguagens (pp. 177 – 190), 2ª edição. Lisboa: Veja.
- Silva, Marisa Torres da (2007). *A voz dos Leitores na Imprensa. Um estudo de caso sobre as ‘Cartas ao Director’ no jornal público*.
- Sopa, António (s/d), *Nos 75 anos do «Notícias»*<sup>16</sup>.
- SOUSA, Jorge Pedro (1999). *As notícias e os seus efeitos. As teorias do jornalismo e dos efeitos sociais dos media*. – acesso a 22 de Janeiro de 2008.  
[ HTML 984 KB]. Disponível no [www.bocc.ubi.pt](http://www.bocc.ubi.pt). Acesso em 01/02/08.
- Tomás, Celestino Vaz (2005). *Visão Crítica dos Media moçambicanos*. In MISA – Moçambique, *Relatório Anual Sobre o Estado da Liberdade de Imprensa em Moçambique*. Maputo: MISA Moçambique.
- Traquina, Nelson, (1999). *As notícias*. In Traquina, Nelson (Org), *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*. Comunicação e Linguagens (pp. 167 – 176), 2ª edição. Lisboa: Veja,
- Traquina, Nelson (Org) (1999). *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”*. Comunicação e Linguagens, 2ª edição. Lisboa: Veja.
- Traquina, Nelson (1995). *O Paradigma do ‘agenda – Setting’*. *Redescoberta do Poder do Jornalismo*. *Revista de Comunicação e Linguagem*, 21/22: Edições Cosmos.
- Traquina, Nelson (2002). *Uma comunidade interpretativa transnacional: a tribo jornalística*. In *Media e Jornalismo*. *Revista semestral*. N° 1 ano 1, Minerva Coimbra ( pp. 44 – 64).
- Traquina, Nelson (2000). *O Poder do Jornalismo: análise e textos da teoria do agendamento*. Coimbra: Minerva.
- Traquina, Nelson et al. (2007). *A Problemática da SIDA como Notícia*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Wolf, Mauro (2006). *Teorias da Comunicação*, 9ª edição. Lisboa: Editorial Presença.
- Vala, Jorge (2005). *Análise de Conteúdo*. In Silva, Augusto.S e Pinto, José M.(orgs), *Metodologia das Ciências Sociais*, 13ª edição. Porto:Edições Afrontamento.  
[Http://www.jornalnoticias.co.mz/pls/notimz2/getxml/pt/sociedade](http://www.jornalnoticias.co.mz/pls/notimz2/getxml/pt/sociedade). Acesso em 01/02/08.
- [Http://WWW.Observatório da imprensa.com.br/artigos de 200520032](http://WWW.Observatório_da_imprensa.com.br/artigos_de_200520032) htt. Acesso em 17/04/09.

<sup>1</sup>República de Moçambique, Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (2001 – 2005).

<sup>2</sup>«O Notícias em tempo de transição. Éramos também agentes revolucionários». – Depoimento de Arlindo Lopes, primeiro director do jornal após a independência. Texto fornecido pela direcção do «Notícias».

<sup>3</sup>ESTATUTO EDITORIAL DO NOTÍCIAS. Texto fornecido pela Direcção do «Notícias». O mesmo pode ser consultado em <http://www.jornalnoticias.co.mz/pls/notimz2/getxml/pt/sociedade>.

<sup>4</sup>Esta categorização permite perceber a tendência do Jornal «Notícias» na sua abordagem do assunto da pobreza; verificar a natureza do conteúdo dos seus artigos.

<sup>5</sup>Pertencente a classe de textos puramente informativos na qual se incluem o relato de factos ou acontecimentos da actualidade e de interesse geral.

<sup>6</sup>Pertencente à classe de textos jornalísticos interpretativos e opinativos: texto particularmente ligado à redacção do jornal manifestando a posição do jornal sobre um determinado tema. Espelha, do ponto de vista formal, a posição da empresa jornalística.

<sup>7</sup>Texto de análise e reflexão.

<sup>8</sup>Texto em que se dá a conhecer o ponto de vista do entrevistado sobre determinado assunto.

<sup>9</sup>Texto eminentemente opinativo, que reúne informações e comentários sobre a ocorrência

<sup>10</sup>As cartas dos leitores constituem um lugar onde os cidadãos podem ter voz. Garantem o acesso dos cidadãos à discussão dos vários temas (Silva, 2006:15).

<sup>11</sup>Estes dados foram extraídos da obra de Augusto Mário Ernesto et al. “Eleições Gerais”, Maputo, STAE, 2006.

<sup>12</sup>A partir desta data os discursos do Presidente da República e do governo que se veio a formar centraram-se no apelo a envolvimento de todos os actores da Sociedade e instituições no desafio de luta contra a pobreza absoluta.

<sup>13</sup>Não é aqui apresentada a história do “Notícias” por limitação do espaço, estando presente o seu conteúdo nor elatório de pesquisa que orinou este artigo.

<sup>14</sup>Texto cedido pela direcção do “Notícias”.

<sup>15</sup>Texto cedido pela direcção do “Notícias”

<sup>16</sup>Texto cedido pela direcção do “Notícias”.

# Balanço geral: quando a ética e a informação não estão de mãos dadas

João Miguel\*

Leonor Joana Manuel do Amaral\*

## Resumo

Faz-se, neste artigo, uma reflexão sobre as estratégias produtivas do programa Balanço geral, veiculado pela Televisão Miramar. Descrevem-se e analisam-se os critérios através dos quais são seleccionadas as fontes de informação. O estudo mostrou que, neste programa, a informação é fabricada a partir de uma relação promíscua entre o jornalista e as suas fontes. Esse aspecto pode ser constatado na forma como se faz a recolha, a selecção, a elaboração e a apresentação pública dos acontecimentos. O sensacionalismo e merchandising social constituem-se como recursos estratégicos privilegiados para a fidelização da audiência.

Palavras-chave: Balanço geral, fontes de informação, sensacionalismo, manipulação.

## 1. Considerações iniciais

O programa Balanço geral da TV Miramar, transmitido de segunda a sábado, das 12 às 14 horas, é dividido em quatro blocos de 30 minutos e é apresentado, em directo, por Ernesto Martinho. Na sua abordagem jornalística, Martinho traz notícias dos problemas que assolam o país, tais como a saúde e a segurança da população. Talvez seja por isso que o programa ostenta uma audiência considerável. As vinhetas de abertura e de encerramento são semelhantes às dos programas congéneres apresentados pela rede Record de Televisão no território brasileiro.

---

\* Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS); docente e director adjunto da Escola de Comunicação Artes da Universidade Eduardo Mondlane (ECA/UEM); membro do grupo de pesquisa Comunicação, Economia Política e Sociedade (CEPOS); E-mail: <joaomiguelmz@yahoo.com.br>.

\* Graduada em Jornalismo pela Universidade Eduardo Mondlane (UEM); Técnica do Instituto de Comunicação Social (ICS); E-mail: <amaral.leonor1@gmail.com>.

No Balanço geral, o apresentador desempenha o papel de comentarista, de conselheiro, de juiz, diante dos acontecimentos que, na sua maioria, versam sobre o quotidiano violento das comunidades. Embora não apresente a violência de forma explícita, o programa segue a linha dos seus antecessores brasileiros, como “Aqui e Agora”, “Ratinho Livre” e o próprio “Cidade Alerta”, cujo ponto forte é incutir no telespectador uma visão bastante distorcida da realidade social. A linguagem usada, a ocultação premeditada dos factos e a gestualidade do apresentador moçambicano remetem ao sensacionalismo que, aliás, é marca de todos. Segundo WANE (2011), “a imitação do padrão estético da Record pelo Balanço geral moçambicano acaba por reproduzir conceitos e pressupostos problemáticos para abordar questões sociais locais”. Assim, como ocorre no Brasil, é possível identificar afinidades entre o discurso noticioso (explícito na performance do apresentador) e o discurso religioso de inspiração “evangélica” (subjacente).

Neste caso, interessa transmitir ao público uma imagem de degradação humana, a partir da forma espectacular e banalizada com que os factos são tratados. Não se propõe uma reflexão ou diálogo aberto na abordagem de fenómenos complexos mas, pelo contrário, “reforça-se o simplismo do senso comum para legitimar posições autoritárias. É justamente aí que o discurso religioso encontra campo fértil para se contrapor ao apocalipse social e levar a sua mensagem de salvação”(WANE, 2011).

Um exemplo da espectacularização da violência preferido por estes programas deu-se recentemente, quando os moçambicanos tiveram a oportunidade de acompanhar, em directo, as operações das forças de segurança contra o narcotráfico no Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro. Exposto à visão parcial dada pelos meios de comunicação brasileiros, aliado ao desconhecimento da realidade brasileira, o público encarou as reportagens como mais um espectáculo, igual àquele que costumeiramente recebe através das novelas.

Na sua abordagem jornalística, o Balanço geral legitima actos de denúncias, casos de maus tratos, corrupção, despejos, agressões físicas, e etc. Na visão do apresentador, os males que as vítimas sofrem provêm da falta de postura cidadã. Ao partir desse pressuposto, este se apresenta como o solucionador dos problemas enfrentados pelas pessoas.

A título de exemplo, no Balanço geral transmitido no dia 3 de Maio de 2012, uma mulher denuncia, em directo, a venda de terra no município da Matola.

O apresentador, tecendo comentários em torno do assunto e demonstrando evidência de que tem amizade pessoal com a fonte, concluiu: *dona Almina ocupa um estatuto aqui no Balanço geral e não se preocupe que o seu problema será resolvido, pois, tem toda razão*. É nestes moldes que deriva a promiscuidade na relação apresentador e seus telespectadores/fontes de informação.

O critério de selecção das fontes de informação na abordagem jornalística do Balanço geral é aleatório, dependendo da matéria recolhida no terreno. Entretanto, as fontes de informação, segundo Sousa (2006), “são um capital imprescindível do jornalismo e dos jornalistas”. Não existiria uma investigação jornalística sem fontes de informação porque o discurso noticioso é resultado da interacção entre os jornalistas e as fontes. A partir de um contexto social e cultural, “são os jornalistas que agendam a informação, definindo o enquadramento e o destaque a ser dado, mas as fontes também têm um enorme poder de interferência sobre os processos jornalísticos” (Marôpo, 2009).

Contudo, vale ressaltar que o registo de imagens, apesar de ser um dado importante, não oferece garantias de que a colecta desse material fora acompanhada por um jornalista. Isso porque é uma prática comum na TV Miramar o envio de profissionais para a cobertura de alguns factos apenas por indução/influência das fontes de informação que se dirigem à emissora ou telefonam para o programa quando suas demandas não são devidamente resolvidas por quem de direito.

No Balanço geral, o apuramento ou auscultação das informações é, primeiro, feito por uma assistente do programa e, depois, pelos produtores da redacção da própria emissora. Outras vezes, esse trabalho de colecta de dados audiovisuais e informações é realizado pelos próprios telespectadores nos locais dos factos, usando câmaras amadoras, tornando-se, assim, ouvintes repórteres. A relevância dos assuntos apresentados pela audiência depende da análise do apresentador.

Face ao acima exposto, surgiu a seguinte questão: não estaria o programa Balanço geral a usar estrategicamente as fontes de informação para captar a audiência e fazer face à concorrência, desrespeitando os princípios básicos da ética da informação?

Segundo Gomes (2001: 84), “o direito à informação postula que a informação seja, quanto a seu objecto, sempre verdadeira; honesta e convincente, quanto ao seu modo”. Entretanto, estas exigências nem sempre são respeitadas, encontrando-se formas de atentar contra elas, mediante:

- (i) Apresentação parcial de uma verdade: ocultar deliberadamente aqueles

aspectos da realidade que podem permitir ao cidadão apreender a totalidade dos factos de forma a poder emitir um juízo livre;

(ii) Sensacionalismo: distorcer os factos mediante a acentuação dos aspectos que provocam reacções emocionais, não racionais, na linha de uma exacerbação desproporcional do interesse;

(iii) A mistura de factos e juízos de valor: intercalar, dentro da descrição dos factos, juízos de valor, seja dando-lhes um carácter de realidade, seja orientando o pensamento do usuário, sem que esse possa dar-se conta disso (...), mesclar notícias com sua interpretação ideológica;

- Rumores sem base: fazer eco de rumores que, pelas características do seu conteúdo, não são passíveis de comprovação;

- Engano: apresentar como reportagens autênticas aquilo que não é outra coisa se não imaginação do autor;

- Generalização de factos parciais: generalizar abusivamente factos que, por sua natureza e características, são individuais.

## **2. Merchandising social no Balanço geral**

Miguel (2010: 217), ao analisar porquê se tornou comum as pessoas ameaçarem às autoridades e dizerem que “vão chamar a STV”, constata “tratar-se de uma forma encontrada pelas pessoas para obrigar os agentes públicos ou privados a encaminharem as suas preocupações ou a resolverem os seus problemas”. Estes, temerosos das consequências de uma visibilidade que não abona a seu favor, na maioria das vezes, acabam encontrando soluções, o que poderia ser agourado recorrendo aos procedimentos habituais. Os trechos apresentados em seguida, extraídos das redes sociais, mostram como a estratégia preconizada no Balanço geral funciona.

Em 30/03/2012 às 6:50 Mussa Namberra

Halo! Martinho, eu sou teu fã, mas até agora não percebi o principal conceito do seu programa.

porque se fosse Balanço geral, também estarias a procurar balançar acontecimentos de outras províncias ex: Zambézia. a não ser que seja balanço sul (Maputo). Melhore esse cenário e bom trabalho. abraço

Em 26/03/2012 às 15:03 nechsitoe

veja so martinho apolicia so chegou 1hora depois de ser bem espancado cm blocos, PAUS e muinto mais.sena triste.precisavam ver,em,por favor mi leia estes emeil amanha.

Em 28/03/2012 às 7:45 carmen

Oi martinho boa tarde tudo bem contigo comigo tudo, gosto do seu programa acho vc bem divertido fika bem, bom seguimento de uma boa tarde

Em 26/03/2012 às 14:46 nechsitoe

Oi martinho aqui no bairro das fplm foi morto um suposto violador de menores pelo povo

Em 20/03/2012 às 7:48 lucas sebastiao machava

oi martinho peço ajuda purfavor. So lucas d catembe casa numero 30 quarterao 6 bairro guaxene. Nao so casado mas o pai d 4 filho e nao trabalho preciso de imprego martinho

Em 17/03/2012 às 6:25 ELIDIO NOVELA

É só para vos saudar e dizer força tv miramar.

Em 16/03/2012 às 8:09 lucas sebastiao machava

oi martinho sou lucas d catembe eu queria saber k catembe nao pertence mocambique? Eu sofri acidente d vendaval funso toda minha casa foi totalmente destruido pesso ajuda martinho

amo o teu programa,please continue axim,ajud o povo moçambicano...bjx bix bix

Em 13/03/2012 às 21:10 DJIHABE ABDUL

Oi Martinho, olha aki no bairro 25 de junho-choupal, na rua sao paulo antes do banco pro crédito na entrada do mercado, tem uma barraquinha pequena, tem la 1moço k toca musica no volume bem alto de segunda a segunda, ja informamos varias vezes as autoridades, mas nao conseguem resolver algo, nós os moradores daqui estamos muito mal, nao conseguimos dormir, isto è frequente, é uma barraca de venda de alcool, que so fica cheio de drogados, pediamos k fizesses alguma coisa com esta situacao deste bairro de 25 de junho. agente nao consegue fazer as nossas oracoes com este barrulho frequente de musica, e como se nao bastasse existe pessoas doentes k acabam passando mal, mais uma vez pesso k faça algo muito urgente em nome da comunidade deste bairro. muito obrigado pela compreensão.

e tanta vergonha por ai? força Martinho tenha progresso.

Em 22/02/2012 às 13:50 Joao Paulo

Martinho, eu e os meus companheiros desmobilizados estamos agastados pela forma de apuramento final do concurso da Autoridade Tributaria; com maior realce na area Aduaneira; visto que, aquando ao anuncio de vagas em 2010 vinha uma clausula que dizia:“De preferencia com o servico militar cumprido”, para alem de que o proprio estatuto que norteia as Alfandegas, no seu Decreto 35/2010 de 1 de Setembro tambem diz“um dos requisitos e ter servico militar

Cumprido”cumprido”.

Martinho, pedimos a sua ajuda no sentido de promover um debate, solicitando um agente aduaneiro para esclarecer o porque o incumprimento dos decretos a cima indicados.

Nos somos mobilizadores de jovens para o cumprimento do S.M.O; com esta frustracao que nos abala, qual e a mensagem que iremos transmitir a novos jovens p se incorporarem nas fileiras das F.A.D.M.

Em 17/02/2012 às 7:48 carmen

ola martinho boa tarde todos os dias estou a frente da TV so pra ver seu programa sabe sou brasileira la tem Balanco Geral com Vagner monte eu gostava muito mais como ja estou aqui pra matar a saudades do Vager monte o apresentador ai vejo o seu programa voce tambem me faz rir fica bem bom final de semana

Em 16/02/2012 às 12:44 Mario zavale

Essa televisao e boa. Mas peço k me envie noticias importantes no meu email, pois, ando ocupado e perco-as

Em 14/02/2012 às 8:49 chico garcia

Desculpa-me queria ver a imagem da mulher que cortou a orelha do seu parceiro queria falar sobre isso

Em 14/02/2012 às 8:57 chico garcia

se aquela mulher deixa-se o parceiro tambem cortar a sua orelha pra sentir se e delicioso

Em 26/01/2012 às 8:04 oliveira bruno

Boa tard martinho, teu programa é muito interesant, maj vces n tem d ver os problemas da zona sul, tinham d vir pra zona nort por exemplo Niassa (LICHINGA), ha varios problemas por aqui... Boa tarde

Em 26/01/2012 às 7:44 faustina gessica azarias

Oi boa tarde tio Martinho, adoro teu programa demais.esses ladroes sao demais merecem um bom castigo.bjx continua assim.

Em 19/01/2012 às 15:50 Fidélio José Ribeiro

Oy miramar .esta é mesmo Para mirar(admirar)ganha a fama guase agora e esta a dar de fazer e esta a informar e sivilizar melhor os moçambicanos.parabens pelos esforço feito pelas todas enquipe e desejar-vos o melhor.afinal o moçambique é nosso.

Em 15/01/2012 às 2:47 ASSANE FAISAR

Conheço um dos 25 candidatos da autoridade tributari que também gostaria de sabre por quem,algumas vagas nao existen. ,dizemque foram vendidas outrosalegao q foram dadas aos filhos dos chefe. para onde vai mocambique assim

Em 15/01/2012 às 2:38 KIZERBO MARCILO

Bom dia MARTINHO tenho uma constatacao a fazer no concurso da Autoridade Tributaria de mocambique nas vagas para a Provincia de GAZA na aria de Assistente Aduaneiro queriao 26 pessoas com vem no anucio de do concurso de 2010. Nas listas finais so apuraram 19 pessoas eos outaros candidates ficam a onde pois 26 -19 ≈7 agora pergunto onde esta as 7 vagas que faltam .pedimos que de direito para esclarecir o q esta passando ajuda o povo baixa as entredas clandestinas. AFONSO MAREGULA

E VERDADE EU TAMBEM GSTARIA DE SABER

Em 15/01/2012 às 2:31 AFONSO MAREGULA

Bom dia Martinho tenho uma constatacao a fazer no concurso da Autoridade Tributaria de mocambique nas vagas para a Provincia de GAZA na aria de Assistente cumprido”.

Martinho, pedimos a sua ajuda no sentido de promover um debate, solicitando um agente aduaneiro para esclarecer o porque o incumprimento dos decretos a cima indicados.

Nos somos mobilizadores de jovens para o cumprimento do S.M.O; com esta frustracao que nos abala, qual e a mensagem que iremos transmitir a novos jovens p se incorporarem nas fileiras das F.A.D.M.

Em 26/01/2012 às 8:04 oliveira bruno

boa tard martinho, teu programa é muito interesant, maj vces n tem d ver os problemas da zona sul, tinham d vir pra zona nort por exemplo Niassa(LICHINGA), ha varios problemas por aqui... Boa tarde

Em 26/01/2012 às 7:44 faustina gessica azarias

Oi boa tarde tio martinho, adoro teu programa demais. esses ladroes sao demais merecem um bom castigo. b.jx continua assim.

Em 15/01/2012 às 2:47 ASSANE FAISAR

Conheço um das 25 candidato da autoridade tributari que também gostaria de sabre por quem, algumas vagas nao existem ,dizem que foram vendidas outrosalegao q foram dadas aos filhos dos chefe. para onde vai mocambique assim

Em 15/01/2012 às 2:38 KIZERBO MARCILO

Bom dia Martinho tenho uma constatacao a fazer no concurso da Autoridade Tributaria de mocambique nas vagas para a Provincia de GAZA na aria de Assistente Aduaneiro queriao 26 pessoas com vem no anucio de do concurso de 2010. Nas listas finais so apuraram 19 pessoas eos outaros candidates ficam a onde pois 26 -19 ≈7 agora pergunto onde esta as 7 vagas que faltam. Pedimos que de direito para esclarecir o q esta passando ajuda o povo baixa as entredas clandestinas. AfonsoMaregula

Em 12/01/2012 às 8:47 lucreciaburty@yahoo.com.br

Oi Martinho, sou Lucrecia, tenho uma preocupacao acerca de telejornal da semana passado acerca dos pos-graduados ao professorado da provincia de Nampula. la no telejornal disseram que os que passaram com 10 valores nao tinham colocacao em Nampula mas sim podiam ir a Molocue. a minha questao e: porque que eles vao a Molocue? os Molocuenses e que merecem professores calexados? Bom trabalho de lucrecia

Aduaneiro queriao 26 pessoas com vem no anucio de do concurso de 2010. Nas listas finais so apuraram 19 pessoas eos outaros candidates ficam a onde pois 26 -19 ≈7 agora pergunto onde esta as 7 vagas que faltam. Pedimos que de direito para esclarecir o q esta passando ajuda o povo baixa as entredas clandestinas. Afonso Maregula

Em 12/01/2012 às 8:47 lucreciaburty@yahoo.com.br

oi Martinho, sou Lucrecia, tenho uma preocupacao acerca de telejornal da semana passado acerca dos pos-graduados ao professorado da provincia de Nampula. la no telejornal disseram que os que passaram com 10 valores nao tinham colocacao em Nampula mas sim podiam ir a Molocue. a minha questao e: porque que eles vao a Molocue? os Molocuenses e que merecem professores calexados?

Bom trabalho de Lucrécia.

Em relação à discussão sobre os produtos disponibilizados pela mídia, concretamente a televisão, Miguel (2010:218) constata uma tendência que vem se desenhando no país, na actual fase da multiplicidade de oferta. Assim, na sua óptica, “o mercado televisivo está a passar por mudanças resultantes da entrada de novas operadoras e, conseqüentemente, da disputa de audiência”. Neste cenário, a TV Miramar, de modo particular o programa Balanço geral, colocar-se como instância mediadora de demandas públicas e, na maioria das vezes, colocando-se como solucionadora dos conflitos sociais. A partir desta lógica, segundo o autor supracitado, a emissora está apostada no merchandising social, desenvolvido essencialmente através de um projecto de manipulação e controle social, que, por vezes, não é compreendido, inclusive por pessoas que poderiam ostentar um posicionamento mais crítico. Através desse recurso, fica garantido, por parte da empresa, o privilégio no jogo político e ganho económico, já que, nos tempos que correm, a audiência é moeda de troca das empresas midiáticas com os políticos e os anunciantes.

### **3. As fontes de informação no Balanço geral**

Para o apuramento e reconstrução da realidade, no caso do programa Balanço geral, o uso de entrevistas parece ser a via preferencial para a reconstrução dos

factos a partir do registo de imagens dos seus profissionais. No entanto, a ausência de fontes, a falta de equilíbrio entre as diferentes perspectivas são frequentes. Porém, isso não se converte em um aprofundamento do material apresentado, além do facto de que as entrevistas editadas, muitas vezes, não oferecem dados novos, mas sim passam a ser consideradas como mais um recurso utilizado em busca da identificação e/ou envolvimento emocional do telespectador.

Provavelmente por esta razão os jornalistas preferem esta forma de fazer jornalismo, e, considerando que o Balanço geral é diário, é, portanto, largamente condicionado pelo factor tempo. O factor tempo, segundo Sousa (1999:33), “é algo que conforma a notícia e que transcende a acção pessoal do jornalista, encontrando expressão nos constrangimentos sócio-organizacionais e socioeconómicos que condicionam o sistema jornalístico e na própria cultura profissional”.

Nas edições dos dias 7 e 14 de Abril de 2012, com os temas de destaque “Em pleno dia sete de Abril, cidadão burla mulheres no mercado” e “Jovem rouba televisores e escapa do linchamento no bairro das FPLM”, respectivamente, observa-se a tentativa de simulação da objectividade com o discurso directo das fontes mais presentes nas narrativas. Sendo casos de indivíduos acusados de praticar crimes e perseguidos pela polícia, o jornalista desempenhou o papel de juiz ao concluir que tratava-se de criminosos, não obstante o princípio de presunção da inocência, preconizado pela lei.

O jornalista limita-se a fazer uma descrição fiel dos factos e não os transforma em problemática a ser discutida. O enunciado faz menção ao facto de um jovem ter escapado da morte, mercê do diálogo familiar, contudo, não traz intervenções da polícia e da Liga dos Direitos Humanos ou de outros atores sociais que possam estar interessados em dirimir conflitos deste género.

No caso das matérias veiculadas no programa, mais do que oferecer uma informação nova ou adicional para a reconstrução da realidade na tela esse tipo de fonte oferece as suas vivências ou opiniões sobre o tema coberto, contribuindo para a edição de um relato mais emocional.

Segundo Lima e Barbeiro (2003:23), “A intenção de buscar o chocante pode invadir a privacidade dos outros. Na ânsia de conseguir reportagens de impacto, o jornalista às vezes divulga factos que são irrelevantes para a notícia, mas que têm apelos emocionais”. Tem sido comum indivíduos acusados de praticar determinado crime, ao serem capturados pela polícia, serem obrigados a fazer declarações e/ou o seu rosto ser exibido na TV.

Na edição do 8 de Maio de 2012, o assunto principal do Balanço geral girava em torno dos reclusos de Mabalane e os maus tratos por estes sofridos. Diante desses factos, o apresentador teceu os seguintes comentários:

Através de alguns telefonemas, todos os dias as pessoas denunciam casos de maus tratos que ocorrem nas cadeias, onde são “chamboqueadas”. Aqui, senhor Martinho, é possível os reclusos passarem fome. Eu disse que não acredito que ninguém da Direcção Nacional das Prisões tenha reagido perante a situação de Mabalane

É hábito as pessoas passarem fome na cadeia de Mabalane, eu disse não acredito. Disse, não acredito que ninguém tenha revisto a situação de Mabalane. Há muitos fenómenos que passam lá, mas que as pessoas não conseguem trazer a televisão. Inclusive, os reclusos fogem da cadeia, “agente” ouviu isso, esses que fogem da cadeia é por causa do cansaço. Se eu fosse um procurador, se eu pudesse fazer alguma coisa o faria, mas sou um pé descalço e essa situação é muito triste. E desde já quero mandar saudações a todos que estão nas cadeias.

A Liga dos Direitos Humanos já trabalhou nisso. há sensivelmente um ano, alguém ligou a falar de Mabalane, a falar de violação dos direitos humanos. E hoje ainda há pessoas que reclamam do mesmo assunto. Pois, não acredito que a Direcção Nacional das Prisões não tenha agido a respeito desse assunto.

O enunciador anuncia que há instrumentos a favor dos prisioneiros da cadeia de Mabalane. Utilizando uma estratégia argumentativa para dar ênfase ao assunto, a situação permite aferir que já existiam instituições que davam assistência aos detidos. A este respeito, Lima e Barbeiro (2003:20) salientam que a qualidade do trabalho jornalístico se completa quando reportagens que têm como base uma denúncia sólida apresentam provas confirmadas, fontes independentes e levadas ao ar sem conclusões apressadas ou com aspectos tendenciosos.

Proceder desta forma, significa, na visão de Lima e Barreiro (2003: 20), “contrapor-se às matérias apresentadas como matérias investigativas, que na realidade são baseadas em única fonte, rumores ou repetições de acusações não confirmadas feitas por pessoas anónimas interessadas na divulgação desses factos”. No programa Balanço geral da TV Miramar, o contraponto não é um dado importante, na medida em que o caminho mais curto encontrado foi transformar a redacção em um tribunal de resolução de problemas.

Na Edição de 8 de Maio de 2012, o programa estava centrado na problemática da condução sob efeito de álcool. Após a exibição das imagens das reportagens, o

apresentador comentou:

Estivemos a olhar para uma situação de um acidente que aconteceu na cidade de Maputo. Um outro acidente que foi dado a conhecer pela polícia no bairro de Infulene. Eu pessoalmente não gosto de conduzir sob efeito de álcool ou com sono, pois pode-se acordar em frente de um muro ou carro. Há vários factores que concorrem para a ocorrência de acidentes: sono, fadiga mental, consumo de álcool e excesso de velocidade. O INAV e a Polícia são chamados a intervir neste assunto.

A cada reportagem, que tem em média um minuto e meio, o apresentador pára o programa e anuncia uma manchete, geralmente, relacionada com a violação dos direitos humanos, o que o leva a tecer vários comentários, tornando o programa cansativo e repetitivo. Os comentários ocupam tanto tempo, às vezes, mais do que as próprias notícias. As notícias “especiais” têm o mesmo tempo de duração das matérias normais.

O exercício da profissão de jornalista requer a capacidade de resistir a misturar factos com opiniões e, de alguma forma, manipular os telespectadores induzindo-os a retirarem determinado tipo de conclusões. As opiniões do jornalista, segundo Gardini (2000: 30), são, certamente, muito importantes para a namorada, o cão, os vizinhos e o seu círculo de amigos, serão até importantes em termos absolutos, mas ele não tem o direito de se servir do médium onde trabalha para tentar influenciar o público, que espera dele seriedade, rigor, isenção. Misturar factos com opiniões e aparência de rigor com manipulação devem ser consideradas faltas profissionais muito graves. Informar é dar a conhecer, noticiar, avisar, esclarecer, colher informações ou notícias, inteirar-se de algo. Como a tarefa é das mais exigentes, requer-se atenção, perspicácia, vivacidade de espírito e inteligência para a recolha de informação e, ainda, um domínio da língua para que se possa transmitir, de forma adequada, essa mesma informação.

As matérias abordadas no programa Balanço geral não são imparciais, pois, no decorrer do programa, emitem-se juízos de valor. Tais valores que podem ser constatados a partir de títulos como este: o que parecia ser uma forma de pressão da população à polícia para resolver problemas de roubos, em Kumbenza, acabou se transformando num espectáculo de violência fazendo justiça pelas próprias mãos.

Ao recorrer ao uso de adjectivações como espectáculo e ao assumir que as detenções foram arbitrárias, o articulista participa na história. Pela forma como a reportagem se desenrola, fica evidente de que lado está o jornalista dentro da história.

Em vários casos, o recurso ao sensacionalismo é evidente: homem morde dedo do outro homem numa briga no bairro 25 de Junho. Nesta matéria, a vítima aparece em primeira mão a explicar o móbil da situação. Contudo, a notícia desta matéria não traz a outra parte envolvida no assunto para, como recomendam as regras jornalísticas, sustentar a outra versão.

A força ideológica sobre as notícias exerce-se a vários níveis. Segundo Sousa (2006: 238), “embora não se possa excluir que as ideologias políticas possam interferir na orientação dos órgãos de comunicação social e na actuação dos jornalistas, nos estados de direito democráticos, as principais ideologias que moldam as notícias são as ideologias profissionais dos jornalistas”.

#### **4. O protagonismo discursivo do apresentador**

Tal como se fez referência, no Balanço geral, a opinião do apresentador é a marca do programa. Os trechos seguintes traduzem o lugar que o apresentador ocupa:

Não gosto de pessoas que não gostam de ir ao hospital. Segundo aspecto é porque ignoramos as doenças, até ficarem crónicas. Porque a pessoa gosta de automedicar-se, você é uma ambulância ambulante? O que são as doenças negligenciadas? São aquelas doenças que nós achamos que não são doenças, como por exemplo, a calvície que dizemos que não é doença, de repente perdemos o cabelo, sentimos uma pontada. Meu amigo, pode ser uma infecção pulmonar ou outra doença.

Meus amigos, vão ao hospital, é preciso irmos ao hospital, é preciso explicarmos o que temos. Temos que marcar a consulta, você negligenciou a doença até ficar crónica. Mas, nem todos sabemos o que vamos fazer no hospital. Meu amigo, isso está errado: qualquer coisa, vai ao Serviço de Urgências do Hospital Central de Maputo, ao contrário de ir Centro de Saúde. Por isso, estes estão sempre “full”. Os hospitais deste país estão disponíveis para todos, eu não preciso de ir ao Serviço de Urgências por causa de uma dor de cabeça. Por isso temos os níveis de atendimento.

Porém, misturar factos e juízos de valor, intercalando, dentro da descrição das matérias, um carácter de uma realidade distorcida, é uma interpretação ideológica do apresentador, que se apresenta como parte integrante dos factos expostos. Neste caso, demonstra uma forma imoral de dar carácter objectivo ao que somente possui valor subjectivo e relativo ao interesse público.

## 5. Considerações finais

Perante esta estratégia de desinformação, vale a pena citar Gomes (2001:79), na sua abordagem sobre ética e informação. Segundo este autor, “a sociedade tem o direito à informação, ninguém, nem mesmo o Governo nem meios de comunicação, possuem o direito de sonegar informações”. Mais, ainda, tal informação deve ser correcta, em todos os ângulos, para que os cidadãos possam formar uma opinião a respeito e, assim, melhor agirem e decidirem. Na relação com a ética, o autor acrescenta que impõe-se que se fale do direito à informação, entendido como um direito humano fundamental. Como tal, o direito à informação possui uma vertente dupla, que envolve a liberdade de expressão, o direito de informar e o direito de ser informado.

O estudo concluiu que o grau de apuramento ou selecção das fontes de informação é centrado nas preocupações levantadas pela comunidade. O programa Balanço geral usa, estrategicamente, a internet, o telefone celular ou o contacto pessoal para produzir matérias jornalísticas, cujo critério de noticiabilidade é polémico. O carácter deste critério tem por objectivo captar a audiência. Os episódios apresentados ilustram uma pequena parte do universo de incontáveis ocasiões em que o Balanço Geral emprega o seu arsenal manipulatório da opinião pública. Enfim, a ética e a informação não estão de mãos dadas.

## Referências

Brittos, Valério Cruz; MIGUEL, João. Comunicação e mercado: a lógica televisiva moçambicana. Disponível em: <<http://www.boc.ubi.pt>>. Acesso em: 9 Maio 2010.

Gardim, Anabela (2000). Manual de Jornalismo: Estudos em Comunicação. Disponível em: <<http://www.boc.ubi.pt>>. Acesso em: 9 Maio 2010

Gomes, Pedro Gilberto (2001). Comunicação Social: filosofia, ética e política. São Leopoldo, Unisinos.

Lima, Paulo R.; Barreiro, H (2003). Manual de Radiojornalismo. Produção, ética e internet, Rio de Janeiro. Campus.

Marôpo, Lídia (2009). A mediação na construção de uma identidade de direitos da infância. Representações jornalísticas de crianças e adolescentes em Portugal e no Brasil. Disponível em: <<http://www.boc.ubi.pt>>. Acesso em: 9 Maio 2010.

Miguel, João. Vou chamar a STV: o Estado ausente, sociedade civil (des) organizada e o merchandising social na televisão. In: BRITTOS, Valério Cruz (2010).TV digital, economia política e democracia. São Leopoldo, Unisinos.

Sousa, Jorge Pedro (2006). Elementos de Teoria e Pesquisa de Comunicação e os Media. 2ª Ed.revista ampliada, Porto. Disponível em:<<http://www.boc.ubi.pt>>. Acesso em:21 Abr. 2008.

Sousa, Jorge Pedro. Construindo Teoria de Notícia. Disponível em:<<http://www.boc.ubi.pt>>. Acesso em: 15 Maio 2010.

Wane, Murílio (2011). Televisão brasileira em Moçambique. Disponível em:<<http://correionago.ning.com/profiles/blogs/televisao-brasileira-em>>. Acesso em: 18 Abr. 2012.

# A “cor política” da imprensa moçambicana em campanhas eleitorais: O caso dos semanários Domingo e Savana nas eleições de 1994, 1999 e 2004

Crescêncio B. G. Pereira \*

## Resumo

Esta comunicação parte do princípio de que a cobertura jornalística das campanhas eleitorais em Moçambique apresenta diferenças. A diferenciação varia dos órgãos de comunicação social em que há uma participação visível do Estado (os de domínio “público”) para os de domínio propriamente privado, os chamados “independentes”. No primeiro caso, a posição assumida pelos media tende a manifestar uma predisposição pró-partido no Poder e contra a oposição enquanto, no segundo caso, a posição manifestada tem sido inversa. O objectivo desta comunicação de apresentar, com base numa análise de conteúdo temática do género editorial de dois jornais específicos – Domingo, considerado “público” e Savana, privado – evidências que confirmam essa tendência de preferências partidárias durante três campanhas eleitorais em Moçambique (1994, 1999 e 2004) relativamente às duas principais forças políticas, nomeadamente Frelimo e Renamo.

Palavras-chave: campanha eleitoral, cobertura da imprensa, género editorial, preferências partidárias.

## 1. Introdução

O papel exercido pelos meios de comunicação social é marcante no processo de formação da opinião pública e de ligação entre as instituições políticas e os cidadãos. Em democracias estabilizadas, na aquisição de informação política, os cidadãos dependem mais dos media do que dos “canais informais” de informação, nomeadamente os mercados informais, a família, grupos de amigos e colegas de

---

\* Mestrado em Ciências de Comunicação e Acessor de Comunicação.

trabalho, entre outros (Mughan e Gunter citados por Davis 2004). Em contraste, em democracias emergentes, devido à fraca cobertura jornalística, na aquisição deste tipo de informação, os cidadãos dependem mais dos “canais informais”. Sendo Moçambique um país em vias de desenvolvimento e em processo de consolidação democrática, o papel da comunicação social é relativamente insignificante na disseminação de informação política, particularmente no que diz respeito aos jornais e às televisões (De Brito et al., 2005). Embora tenham um papel até certo ponto limitado, em termos de cobertura, os media constituem um campo de batalha devido ao seu controlo por forças políticas, sobretudo em períodos de campanhas eleitorais, em que a disputa pela ocupação de espaços nos jornais, nas rádios e nas televisões acentua-se. Como uma forma de aumentar a sua capacidade de mobilização e de influência dos eleitores, cada força política procura ocupar e controlar a agenda da comunicação social. Por sua vez, em consonância com “regras” próprias que orientam o seu funcionamento, os media dão visibilidade às forças políticas, apresentando preferências partidárias, ou seja, divulgando positivamente a mensagem e a imagem da força política com a qual têm maior simpatia e, ao mesmo tempo, fazendo o inverso para com a força política com a qual têm menor simpatia.

Esta comunicação pretende apresentar os resultados de uma análise de conteúdo temática<sup>1</sup> sobre a cobertura jornalística dada pela imprensa aos dois maiores partidos políticos moçambicanos e aos respectivos candidatos. Trata-se dos partidos Frelimo e Renamo, considerados os partidos políticos mais fortes na luta pela governação de Moçambique. Os resultados a serem apresentados são referentes à imprensa “pública”<sup>2</sup> – semanário Domingo – e privada – semanário Savana – durante as campanhas eleitorais de 1994, 1999 e 2004. O propósito é saber, através da análise dos editoriais<sup>3</sup>, qual é a tendência destes dois jornais do ponto de vista de posicionamento favorável ou desfavorável aos partidos Frelimo e Renamo. Com efeito, o texto mostra as principais diferenças no tratamento da informação nos dois jornais, bem como revela o que sobressai da análise comparativa dos mesmos em termos de conteúdos temáticos, além de evidenciar os conteúdos temáticos em termos de direcção positiva (quando os temas favorecem os candidatos e os seus partidos), negativa (quando os temas apresentam um posicionamento contra os candidatos e os seus partidos) e “neutral” (quando os temas não indicam juízos de valor a favor ou a desfavor dos concorrentes).

Este trabalho consiste: (i) numa breve análise contextual do funcionamento dos media em Moçambique, com enfoque nas características e natureza dos

semanários Domingo e Savana – dois jornais com histórias e experiências de trabalho jornalístico diferentes, cuja compreensão pode sustentar uma hipótese sobre preferências partidárias dos media em Moçambique; (ii) numa breve discussão da literatura sobre a relação entre media e campanhas eleitorais, em que se apresentam as principais tendências da cobertura mediática das campanhas eleitorais, o que suporta a ideia de existirem simpatias partidárias nos media; (iii) e finalmente, num exemplo de análise de conteúdo de temas dos editoriais dos jornais Domingo e Savana sobre as campanhas eleitorais em Moçambique (1994, 1999 e 2004), os quais manifestam evidências sobre o posicionamento político dos media moçambicanos.

## **2. Os media no Moçambique pós-independência**

A natureza dos media em Moçambique e a forma como as notícias sobre os assuntos da vida política são tratadas nas suas agendas têm, até certo ponto, uma ligação com os factores político e histórico. De acordo com Namburete (2002: 82), “a caracterização temporal do sector dos media moçambicanos coincide, quase que inevitavelmente, com as mudanças profundas que se operam no país tornando a sua própria trajectória indissociável da trajectória política do próprio país como nação”. Os semanários Domingo e Savana são exemplos que espelham essa realidade, cujas implicações são visíveis na maneira como reportam os acontecimentos da vida política nacional.

O semanário Domingo e outros media em operação no país, nomeadamente Agência de Informação de Moçambique, Rádio Moçambique, Revista Tempo, Notícias, Diário de Moçambique, surgiram num período em que o funcionamento dos media esteve condicionado ao sistema centralizado da política editorial definida pelo partido no Poder – Frelimo – onde se fomentava a auto-censura no seio dos jornalistas moçambicanos (Magaia, 1994; Lima, 1996; Massingue, 2000; Namburete, 2002). Trata-se do período logo depois da independência de Moçambique, em 1975. Nessa época, de regime monopartidário, em que o partido no Poder apresentava uma visão marxista-leninista, a informação era excessivamente controlada e os jornalistas, ao invés de optarem pelo profissionalismo, transformaram-se em funcionários da causa política e difusores da propaganda política. O discurso do então presidente Samora Machel, na abertura do 1º Seminário Nacional de Informação (SNI), realizado em Setembro de 1977, apresenta, de forma clara, o sentido da informação no Moçambique independente:

A tarefa fundamental que se coloca hoje à Informação na República Popular de

Moçambique é completar a ruptura com a informação do tipo burguês capitalista. Completar a ruptura. A informação deve servir o povo, deve estar ao serviço das classes trabalhadoras. Deve ser um instrumento da aliança operário-camponesa e do seu partido da vanguarda. Deve ser um instrumento do Estado de operários e camponeses. Deve ser uma arma contra o capitalismo e o Imperialismo pela construção de bases da sociedade socialista. (Samora Machel, 1977: 59).

O jornalista moçambicano passou, deste modo, a entender o significado da informação imposta pelo partido Frelimo, que era uma informação da/para e pela revolução, onde o jornalista tinha que lutar “numa das frentes essenciais da revolução, a frente ideológica, na trincheira da informação e propaganda. Fazer da Informação um destacamento avançado da luta de classes e da Revolução” (Samora Machel, 1977: 64).

Pese embora o 1º SNI tenha incentivado os jornalistas a efectuar denúncias e críticas contra tudo o que pusesse em causa os objectivos do Estado, na prática, o jornalista sentia-se equivocado, pois “você fazia uma denúncia ou mesmo uma simples crítica e era acusado (pelo partido no Poder) de estar a servir o “inimigo” e de destruir as “conquistas populares; você se calava e as pessoas passavam a desacreditar de si” (Magaia, 1994: 45). Nessas condições de trabalho de excessiva censura, os jornalistas acabam por confundir até certo ponto a sua “profissão” com a do “militante” do partido (Magaia citado por Namburete, 1995: 235), o que torna:

[...] difícil pensar que estes jornalistas trabalharam ontem sob órbita ou sob direcção ou ainda sob o controlo do Ministério de Informação, que era dirigido pela Frelimo, é difícil pensar hoje que estes mesmos jornalistas, trabalhando nos órgãos de informação onde trabalham, não sejam suspeitos de estar a trabalhar para a Frelimo. (Matine citado por Namburere, 1995: 247).

Portanto, é evidente que no sector público dos media prevaleça a herança do período monopartidário, onde os órgãos de informação e os seus responsáveis (ainda nomeados pelo Estado) eram (e continuam a ser) uma máquina ao serviço do poder estatal e não do público (Da Graça, 2005). Razão pela qual, os órgãos de comunicação social que surgiram nessa época são considerados pela literatura como órgãos “públicos”, pelo facto de terem como maiores accionistas as instituições do Estado (Lima, 2000; Tudesq, 1999; Tudesq e Nédelec, 1998). Por sua vez, nos media independentes, pode considerar-se que existe uma melhor profissionalização jornalística (Namburete, 1995; Da Graça, 2005).

Nos anos que sucederam o período do “jornalismo monopartidário”, ocorrem em Moçambique, sucessivas mudanças sociopolíticas e económicas. O país enfrentava um momento de guerra civil, entre o partido no Poder e o movimento oposicionista denominado Renamo, que se estendeu até a assinatura, em Roma, do Acordo Geral de Paz, em Outubro de 1992. Era um período de transição, entendido como sendo de introdução de uma economia de mercado em detrimento da centralizada, do fim da guerra civil, da substituição de um sistema monopartidário pelo multipartidário, da inclusão das liberdades de expressão e de informação na Lei Constitucional de 1990 e, posteriormente, na Lei nº 18/91 de 10 de Agosto (Lei de Imprensa). Com estas modificações conjunturais, o cenário dos media melhorou significativamente. As primeiras eleições multipartidárias de 1994 introduziram Moçambique no processo de democratização. Um dos primeiros passos tomados neste processo, foi a democratização dos media através da sua pluralidade. Foram constituídos media independentes relativamente à decisão da sua política editorial e independentes do financiamento estatal mas dependentes de outros poderes, como, por exemplo, o económico. É neste período que aparece o semanário Savana (criado em 1994, o primeiro semanário independente em Moçambique) e muitas outras publicações, nomeadamente o MediaFax (a primeira publicação criada depois da liberalização do sector dos media, no ano de 1992), o Demos (em 1994), o Imparcial (no ano de 1994), entre outros; as rádios Terra Verde (em 1993), Miramar (em 1993), RTK (no ano de 1994), Encontro (no ano de 1995), entre outras; a Estação Televisiva Comercial - RTK (em 1994) (Lima, 2000). Este é um período diferente e próspero no sector, marcado pelo surgimento de publicações privadas, pluralidade de opiniões e interesses e estruturas organizativas desligadas da visão frelimista.

### **3. Media e campanhas eleitorais**

As actividades das campanhas eleitorais podem tomar muitas formas, dependendo do contexto eleitoral de cada país. Em democracias altamente desenvolvidas, como nos Estados Unidos de América, “as campanhas são basicamente eventos mediáticos” (Dalton, 1996: 48). Neste tipo de democracias, devido à grande expansão dos mass media, o eleitorado possui um alto grau de informação e sofisticação política. A tomada de decisão por parte do público é feita “depois da avaliação da informação respeitante ao candidato concorrente às eleições” (Dalton, 1996: 25). Em democracias não consolidadas, como é o caso

de Moçambique, onde o acesso aos media é fraco e pouco frequente, o grau de sofisticação política é, evidentemente, baixo (Araújo et al., 1998). Do conjunto dos media, de acordo com os dados obtidos pelo inquérito pós-eleitoral em Moçambique relativamente às eleições de 2004, levado a cabo pelo Electoral Institute for Southern Africa (EISA), a maioria da população (aproximadamente 80%) nunca tem acesso aos jornais e à televisão. A rádio é o meio de comunicação mais abrangente. Ainda no que concerne às informações sobre as eleições de 2004, a rádio é escutada por cerca de 69% dos cidadãos (De Brito et al., 2005)<sup>4</sup>. Em sociedades como estas, as pessoas dificilmente podem sofrer mutações nas suas crenças, atitudes e valores, pois não acedem à informação (Sitoe, 2006).

Entretanto, a teoria da comunicação mostra que, directa ou indirectamente, a comunicação social tem o poder de influenciar o público sobre qualquer que seja o acontecimento. Esse poder reconhecido faz com que, durante as campanhas eleitorais, as forças políticas busquem a simpatia dos media para conquistar o eleitorado, através da ocupação das agendas dos últimos. Os media, ao cobrirem as campanhas eleitorais, assumem preferências partidárias, credibilizando uns candidatos e os seus partidos e descredibilizando outros (Nicholas, 1952; Charlot, 1967; Semetko, 2000; Cook, 2000; Maarek, 2001; Flowers, Haynes e Crespin, 2003; Rieffel, 2005). Ao tomarem este comportamento, os media podem influenciar o eleitorado no processo de tomada de decisão sobre o voto. Tal decorre das regras de tratamento e divulgação de informação que os media usam, fundamentadas, em parte, pelos conceitos de agenda-setting, cadrage (framing) e amorçage (priming), modelos frequentemente usados para explicar a maneira como os media cobrem os eventos noticiosos com vista a provocar no público as mudanças desejadas. Considerando estes modelos de comunicação, os meios de comunicação procuram definir a agenda do público quando seleccionam os assuntos que o público vai considerar no processo de tomada de decisão, ou seja, os media têm uma função de definir a agenda do público (agenda-setting). Da mesma forma, os media tendem a orientar as percepções do público influenciando, por via do enquadramento, (ao substituírem certos assuntos por outros) as suas decisões relativamente a um dado acontecimento noticioso (framing). Finalmente, os media influenciam na mudança das preferências do público em relação a um dado fenómeno, atribuindo maior visibilidade a um em detrimento de outro (priming) (Wolf, 1995; Breton e Proulx, 2000; Derville, 2005; Rieffel, 2005).

Aprende-se destes modelos teóricos que os media têm o poder de, por

um lado, determinar o que vai ser o debate público e, por outro, seleccionar e tornar visível os acontecimentos e temáticas que o público vai abordar. Porém, este poder dos media de seleccionar e difundir a informação de acordo com as suas próprias regras tende a influenciar negativa ou positivamente as atitudes e os comportamentos das pessoas, especialmente no que concerne ao processo de decisão sobre o voto. Conforme aponta Flowers, Haynes e Crespín (2003), qualquer cobertura noticiosa da campanha tende a ser justificada pela enfatização e dramatização da notícia e pelo conflito orientado. Consequentemente, o foco dos media passa a ser caracterizado por disputas, ataques e escândalos. Duas categorias de mensagens dominantes nas campanhas eleitorais são apontadas por estes autores: a competitiva e a substantiva. Se os media adoptarem a primeira categoria e se a mensagem for competitiva positiva, o candidato em questão ganha credibilidade mas se, pelo contrário, a mensagem for negativa, o candidato pode ver a sua imagem denegrida, pois a posição competitiva tem uma filosofia de guerra e desafio frontal entre os candidatos. Já a segunda categoria faz o uso da teoria de marketing comercial e observa a campanha em termos absolutos e não em termos de ganhos relativos. Segundo Holbrook (1996), citado por Flowers, Haynes e Crespín (2003), esta categoria identifica-se pela definição dos alvos e mobilização da população como a chave para a vitória eleitoral.

Portanto, a cobertura favorável ou não favorável dos media às forças políticas envolvidas em campanhas eleitorais mobiliza a opinião pública através do enfoque dado aos acontecimentos (Cook, 2000). Deste modo, percebe-se que, nestes períodos, a definição das agendas dos media se torne um “resultado da influência dos partidos políticos e seus candidatos” (Semetko, 2000: 206). Para o mesmo autor, a estruturação da agenda dos media em períodos de campanha depende, maioritariamente:

[...] da força do sistema político, do tipo de propriedade dos media (em serviços públicos o jornalista tem maior decisão na escolha dos acontecimentos do que em media comerciais<sup>5</sup>), da diferenciação do nível de competitividade política entre as forças envolvidas no processo, do grau de profissionalização da campanha e das diferenças culturais; sem no entanto, retirar determinados factores específicos que, de igual modo, influem nessa estruturação, tais como, a ideologia dos media, o estatuto dos candidatos, as normas jornalísticas de equilíbrio e objectividade, o tamanho do jornal e as crenças pessoais do jornalista em definir o que é noticiável. (Semetko, 2000: 207).

#### 4. A “cor política” dos jornais Domingo e Savana

“[...] os documentos que fossem lesivos à oposição só podiam sair no semanário Domingo ou no “Notícias, jornais que tinham terreno fértil para isso, e documentos lesivos ao partido no poder caíam nos faxes do Savana [...]”. (Moyana citado por Namburete, 1995: 267).

Durante os processos de campanha eleitoral de 1994, 1999 e 2004, os semanários Domingo e Savana desempenharam um papel fundamental na divulgação dos principais acontecimentos do jogo político em Moçambique, com enfoque nos partidos políticos e os seus candidatos em disputa. Para o eleitor que teve acesso aos dois semanários Domingo e Savana e, sobretudo, leu os editoriais<sup>6</sup> sobre as campanhas eleitorais daqueles momentos, seguramente, apercebeu-se de que os concorrentes à governação de Moçambique mereceram um tratamento diferenciado naqueles jornais; ou seja, o leitor notou que os jornais assumiram alguma “cor política”. A tese defendida por Namburete (1995: 2002), segundo a qual os meios de comunicação social de domínio privado em Moçambique dão mais voz aos partidos da oposição enquanto os de propriedade pública favorecem o partido no poder foi, até certo ponto, testada neste trabalho. Tal foi feito com base numa análise de conteúdo temática dos editoriais dos períodos das campanhas eleitorais em análise neste trabalho, acima mencionados.

Da análise de conteúdo temática realizada aos editoriais do Domingo e do Savana, afere-se que os temas, nomeadamente, “democracia eleitoral”, “comportamento político”, “disputa CNE/UE”<sup>7</sup>, “informação democrática”, “estatuto da oposição”, “financiamento as eleições”, “hino nacional”, “mulher na campanha” e “posição partidária”, ora têm uma direcção positiva ora negativa vis-à-vis dos partidos Frelimo e Renamo, consideradas as duas principais forças políticas em Moçambique. Refira-se, neste trabalho, que estas unidades temáticas foram seleccionadas a priori, obedecendo às regras da análise de conteúdo. À luz dessa técnica, foram definidas as unidades de registo, para precisar o que é que se vai contar no documento de análise; as unidades de contexto, para determinar onde é que se vai contar o que atribui significado às unidades de registo; finalmente, as regras de numeração/contagem, para especificar a forma como se vai contar ou quantificar a informação (Bardin, 1977; Mucchielli, 2006, Esteves, 2006). Na unidade de registo, optou-se pelo tema (unidade temática), considerada pela literatura a mais adequada para registar as motivações das opiniões, das atitudes, dos valores, das crenças e das tendências. Como unidade de contexto, identificou-

se o conteúdo temático encontrado em cada artigo analisado como um todo. A regra de contagem é baseada na presença ou ausência das unidades temáticas e suas frequências. Assim, o tema “democracia eleitoral” é definido como o conjunto de informações através das quais os dois jornais incentivam um processo de eleições livres, justas e transparentes, além de nas suas notícias incluírem elementos sobre educação cívica e programas políticos dos candidatos; “comportamento político” agrupa as questões sobre atitudes e comportamentos dos candidatos em disputa eleitoral. Informações sobre violência, vandalismo e aspectos ligados à ética e à moral nas campanhas são cobertos neste tema; “disputa CNE/UE” reúne todas as informações sobre o debate entre a Comissão Nacional de Eleições de Moçambique e a União Europeia vis-à-vis da garantia de transparência e justiça do processo eleitoral; “informação democrática” inclui os elementos relativos à liberdade jornalística, o equilíbrio e a justiça das notícias sobre os concorrentes, incluindo a relação entre o poder político e a imprensa; “estatuto da oposição” contém elementos sobre o estatuto que os novos partidos políticos com assento no parlamento moçambicano devem ter na nova era democrática em Moçambique, caracterizada pelo multipartidário; “financiamento das eleições” diz respeito às informações sobre a disponibilização de fundos aos partidos políticos por parte da CNE para suportar o processo da campanha eleitoral; “hino nacional” agrupa comentários sobre a letra e a canção do hino de Moçambique no novo contexto político de multipartidarismo; “mulher na campanha” inclui todas as informações sobre a participação das mulheres na campanha política; finalmente, “posição partidária” refere-se às evidências que demonstrem, visivelmente, preferências partidárias dos jornais pelos candidatos em campanha eleitoral.

Com efeito, relativamente aos três processos de campanha eleitoral, os temas não emergem simultaneamente nos jornais Domingo e Savana. “Democracia eleitoral” foi a única temática reportada pelos dois semanários nas três campanhas eleitorais. A temática “comportamento político” é evidenciada no Domingo em todos os processos de campanha eleitoral, sendo que no Savana esta temática só vem à tona em 1999 e 2004. Houve temas que foram abordados num só período de campanha eleitoral. Trata-se dos temas “estatuto da oposição”, em 1994; “financiamento das eleições”, em 1999; e “disputa CNE/UE”, em 2004. Os temas “mulher na campanha” e “posição partidária” somente aparecem na campanha eleitoral de 2004 e foram comentados, exclusivamente, pelo jornal Domingo, enquanto “hino nacional” apenas surge no Savana na campanha de 1994. Finalmente, o tema “informação democrática” foi discutido no Domingo

em todos os três processos de campanha eleitoral, enquanto no Savana o mesmo tema aparece somente em 1999.

Um dos aspectos interessantes nesta análise de conteúdo temática tem a ver com a orientação diferenciada da informação nos dois semanários. Os dados analisados mostram que a maior parte dos parágrafos têm uma informação aceitável, ou seja dão a informação sem fazer juízos de valor sobre os candidatos em disputa eleitoral; esse tipo de informação é considerado “neutral”. O semanário Domingo escreveu 85 parágrafos (correspondendo a 77% de um total de 110 parágrafos escritos em todas as campanhas eleitorais) contra 110 (equivalendo a 61% do um total de 190 parágrafos em todas as campanhas eleitorais) do Savana com esse tipo de orientação. No que diz respeito aos temas tratados de forma negativa, o semanário Domingo apresenta 14 parágrafos (13% do total). Por sua vez, o Savana manifesta uma orientação negativa em 63 parágrafos (35% do total). Relativamente aos temas abordados de maneira positiva, no Domingo há essa direcção em 11 parágrafos (10% do total), enquanto no Savana há sete parágrafos (4% do total).

As evidências das direcções positivas e negativas foram observadas em quase todos os temas. No semanário Domingo, por exemplo, a tendência de favorecimento político ao partido Frelimo verificou-se nos temas “democracia eleitoral”, “disputa CNE/UE”, “mulher na campanha” e “posição partidária”. Nestes temas, a preferência pelo partido no poder é notória quando o jornal, indirectamente, incita o leitor a votar na Frelimo pelo facto de este partido ser o “melhor” partido comparativamente aos demais concorrentes, além de este mesmo partido ser o garante da “paz, desenvolvimento e vida melhor em Moçambique” e o único capaz de eliminar a “pobreza” no país, inclusive a única força política que tem defendido a inclusão das mulheres nos processos políticos. De forma recorrente, ao optar pelo termo “melhor”, afere-se que o jornal procura incutir nos eleitores o slogan do partido Felimo, que caracterizou a campanha deste partido naquela campanha eleitoral: “Frelimo, o futuro melhor”. Com efeito, o candidato da Frelimo é apontado como sendo um líder com “experiência acumulada e visível”. Enfim, o jornal manifesta, abertamente, um apoio total no “projecto” de governação da Frelimo, prevendo, até, que o “vencedor” é “Frelimo e Guebuza, como tudo leva a crer”. Tal se constata, por exemplo, num dos parágrafos do editorial “CNE/UE: uma questão de ética política”, de 17/10/2004, integrado no tema “disputa CNE/UE”. Para consolidar a sua preferência pelo partido Frelimo, na edição do dia 21/11/2004, intitulada “A nossa posição política”, o trecho que se segue dá provas suficientes do posicionamento partidário pro-partido no Poder:

Assim sendo, decidimos, pela nossa cabeça, que apoiamos o projecto da Frelimo [...] Sentimos que temos essa obrigação [...] Que com a Frelimo temos a certeza da paz e desenvolvimento, que votar na Frelimo é votar em Guebuza a coberto de sobressaltos, que o seu passado é garantia dos caminhos do futuro, que o resto é um salto no escuro [...] Porque é que um jornalista desportivo adepto, por exemplo, do Costa do Sol, não pode dizer aos seus leitores que as suas simpatias vão para aquele clube? Será preferível esconder as suas inclinações para que, ao relatar os jogos, os leitores que vivem de aparências, o julguem imparcial?

Se por um lado a simpatia do jornal Domingo foi satisfatória para o partido no Poder, por outro lado, o posicionamento político desse jornal em relação à oposição tinha que ser inverso. Nos temas já referidos, com a excepção de “mulher na campanha”, inclusive em “comportamento político” e “informação democrática”, este semanário procurou, a todo o custo, descredibilizar a Renamo e o seu candidato Afonso Dhlakama. Para o jornal, o perfil da oposição é de pessoas “impotentes” e incapazes de governar Moçambique. O jornal procura alertar aos eleitores para não crerem nos “discursos falaciosos” da oposição. O seu líder político é considerado um “demagogo”, “inconsciente”, “irresponsável”, “mentiroso”, “impreparado”, “ignorante”, “ingénuo”; inclusive os dirigentes desse partido são classificados como tendo um tipo de “mentalidade deformada”. O tema “posição partidária”, do editorial “A nossa posição política”, datado de 21/11/2004, num dos seus parágrafos expressa, claramente, essa tendência de desprezo e ataque antiético ao líder da Renamo: “(...) temos receio, que se Dhlakama fosse eleito, agisse como um macaco num armário de loiça. Porque estamos convencidos disto, temos que explicar aos nossos leitores (...)”.

Refira-se que, no jornal Domingo, os únicos temas totalmente “neutros” em todos os processos de campanha “neutros” foram “estatuto da oposição” e “financiamento das eleições”.

Enquanto o semanário Domingo defende, assumidamente, um posicionamento pró-Frelimo em desfavor da oposição, o Savana apoia a oposição em detrimento do partido no Poder, que é veementemente criticado por este semanário independente. Neste jornal, a posição favorável à oposição aparece nos temas “democracia eleitoral”, “comportamento político”, “estatuto da oposição”. O Savana assinala que no novo contexto histórico de Moçambique, caracterizado pela aparição de uma oposição, é necessário alargar o “direito à diferença”. Por este motivo, implicitamente, o jornal apoia a oposição, conforme se afere do comentário que se segue: “O Savana considera que, para que a paz e a liberdade

sejam preservadas no nosso país, é preciso dar voz institucional aos que ousaram falar em nome da diferença. O Savana é pelo voto nas vozes da diferença” (tema “democracia eleitoral”, editorial de 26/10/1994, intitulado “Direito à diferença”). O jornal considera que o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, fez uma campanha “eloquente, cativando, com o seu discurso, as massas de gente que o escutam com respeito e atenção”. O jornal avalia, num dado momento da campanha eleitoral de 1999, o “comportamento político” de Dhlakama como sendo “civilizado”, “superior em tolerância e civismo”, conforme se pode ler no editorial “Vandalismo eleitoral”, de 29/10/1999. Com efeito, o jornal defende a oposição quando valoriza, de uma maneira geral, a importância de milhares de homens e mulheres moçambicanas que desafiam o statu quo sem medo de “perseguições”, “violações” e “marginalização”. O jornal faz entender aos eleitores que é por influência dessas forças que Moçambique é democrático; subentendendo-se, deste modo, que seja a oposição.

Para suportar essa necessidade de mudança na máquina governativa de Moçambique pro-oposição, é interessante observar neste jornal o posicionamento crítico em desfavor do partido Frelimo. A orientação negativa do Savana contra o partido no Poder verificou-se em seis temas: nos três acima descritos (“democracia eleitoral”, “comportamento político” e “estatuto da oposição”), bem como em “Disputa CNE/UE”, “Financiamento das eleições” e “Hino nacional”. Especificamente sobre este último tema, o jornal aborda, por exemplo, a necessidade de, numa constituição multipartidária, ser imperioso mudar a letra e a canção do “hino nacional”. Na verdade, o jornal questiona como será possível, numa cerimónia de investidura do Chefe de Estado de todos os moçambicanos, cantar um hino que exalte apenas um dos partidos políticos. Para o jornal, isso demonstra o carácter incompleto das mudanças colocadas em prática pelas instituições garantes da soberania nacional, as quais não percebem que as mudanças são irreversíveis e que os problemas de “consciência” invocados (pela Assembleia da República) servem apenas para complexificar e retardar o processo de transição democrática. Outros temas interessantes em desfavor da Frelimo tocam assuntos comportamentais, tais como as atitudes depreciativas de seus dirigentes, membros e simpatizantes, bem como de instituições do Estado (como a Polícia da República de Moçambique); os crimes cometidos por este partido durante a guerra civil por ter enterrado “pessoas vivas” que se opunham ao regime; a mobilização de “marginais” por parte da Frelimo para sabotarem a campanha da Renamo e de “crianças sem idade eleitoral” para fazerem campanha em nome da Frelimo; o

“abuso de poder” e indevida “apropriação de bens”, “dinheiros”, “empresas” e “trabalhadores” do Estado para fazer campanha, inclusive o facto de este mesmo partido considerar a oposição como “oportunista” e “produto de importação”, sem, no entanto, saber que a democracia carece de lutas de forças; bem como o facto de algumas instituições tais como a CNE colaborarem para manter a Frelimo “no poder ilegítimamente”. De uma forma geral, o jornal destaca a difícil situação social, política e económica de cada moçambicano e do país no seu todo, caracterizada, principalmente, pela “pobreza”, conforme pode ser resumido nos questionamentos relativos ao tema “democracia eleitoral”, do editorial “O voto é secreto” de 26/11/1999), no trecho abaixo:

A sua própria vida está a melhorar ou a piorar? A vida dos seus filhos e familiares está a melhorar ou a piorar? Os seus filhos estão a estudar bem? Vão ter emprego quando terminarem os estudos? Estão a ter boa educação moral e cívica? Você mesmo trabalha? O seu emprego oferece perspectivas futuras? E, se não trabalha, como vive? Quem lhe apoia? É o Estado ou é a sua família e amigos? O custo de vida é contornável, isto é, apesar do custo de vida, consegue viver razoavelmente bem? Quando crianças de tenra idade vendem cigarros na rua ou amendoim nas cervejarias até altas horas da noite, estarão elas a construir algum futuro ou estão, pura e simplesmente, perdidas? [...] As autoridades têm respeito com o cidadão? [...] A função pública atende bem ao público? (...) Se você é aposentado, será que a sua pensão é actualizada [...] Ou será que os aposentados são, no nosso país, cidadãos de segunda classe? Quando tem um problema no tribunal, há justiça? [...] Está contente com as obras públicas? [...]”

O único tema “neutro” no Savana diz respeito à “informação democrática”. Neste tema, o jornal faz um apelo à cobertura exemplar dos processos de campanha, inclusive o respeito pelos princípios éticos e deontológicos da prática jornalística.

Nota-se, portanto, dessa análise de conteúdo dos temas dos jornais Domingo e Savana, o que, claramente, a trajectória político-histórica definiu (Da Graça, 2005; Namburete, 2002; Namburete, 1995; Lima, 1996; Lima, 2000; Massingue, 2000; Vasconcelos, 1996) e o que a literatura refere sobre a cobertura noticiosa da campanha (Wolf, 1995; Breton e Proulx, 2000; Derville, 2005; Rieffel, 2005). O jornal Domingo, desde o seu surgimento, é próximo do partido no Poder. O discurso veiculado por este jornal valoriza, inteiramente, os pontos de vista do partido Frelimo, o que faz com que o jornal seja considerado um órgão “oficial” e uma máquina ao serviço do poder político vigente e não ao serviço do público.

Contrariamente, o Savana actua como guardião dos interesses do público, fiscaliza a acção do partido no Poder assim como da oposição, além de incluir espaço para a divulgação de um discurso mais inclusivo relativamente às duas principais forças políticas de Moçambique.

Ficou claro que ambos os jornais atribuíram visibilidade à Frelimo e Renamo em função das suas preferências, enfatizando e dramatizando os acontecimentos, orientando um discurso “competitivo” de ataque aos candidatos, em que se credibilizam ou se descredibilizam os concorrentes. No do semanário Domingo, por exemplo, é o partido o Frelimo e o seu candidato que ganham credibilidade em detrimento da Renamo e o seu líder; por sua vez, no Savana, o posicionamento é inverso.

### **Conclusão**

Da análise de conteúdo feita, observa-se que, através dos meios de comunicação social, a campanha eleitoral em Moçambique assume, até certo ponto, a sua extensão e visibilidade. Porém, este espaço público é, muitas vezes, usado pelos media não para informar e educar o público sobre assuntos chave da campanha eleitoral, tais como os programas políticos e as motivações dos candidatos à governação de Moçambique, mas sim para fazer da campanha um “jogo competitivo”, onde ora se credibiliza ora se denegri a imagem dos adversários políticos, confundindo, deste modo, a opinião pública. No caso deste trabalho, notou-se, da análise dos temas, que a “cor política” do semanário Domingo expressa os pontos de vista do partido Frelimo, excluindo, totalmente, a Renamo e outras forças políticas como possíveis alternativas para governar o país. Por sua vez, do lado do semanário independente Savana, há uma crítica visível à governação da Frelimo e apresenta-se a oposição como o caminho para reverter o cenário de subdesenvolvimento e pobreza que caracteriza Moçambique.

### **Refêrências bibliográficas**

Araújo, M. et al. (1998). Inquérito Nacional de Opinião Pública (Outubro de 1997). Maputo: CEP.

Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Breton, P., e Proulx, S. (2000). *A explosão da comunicação*. Lisboa: Bizantino.

Charlot, M. (1967). Étude de la presse à travers ses gros titres. *Revue Française de Science Politique*, vol. 17, n° 1, p. 115-118.

Cook, T. (2000). The Uses of News: Theory and (Presidential) Practice. Em Graber, D. (Eds.), *Media Power in Politics*. Washington D.C: CQ Press, 4th Ed., p. 213-223.

Da Graça, M. (2005). Alargar a liberdade. Relatório 2004 Sobre o Estado da Liberdade de Imprensa em Moçambique. Maputo: MISA-Moçambique, p. 43-46.

Dalton, R. (1996). *Citizen Politics: Public Opinion and Political Parties in Advanced Industrial Democracies*. New Jersey Chatham: House Publisher.

Davis, G. (2004). Media coverage and the election: Where some parties more equal than others?(Research Report No. 69). Centre for Social Science Research of Cape Town University.

De Brito, L., et al. (2005). Formação do voto e comportamento eleitoral dos moçambicanos em 2004. Maputo: EISA.

Derville, G. (2005). *Le pouvoir des médias : mythes et réalités*. Grenoble: PUG.

Esteves, M. (2006). Análise de conteúdo. Em J. Lima e A. Pacheco (Eds.), *Fazer investigação. Contributos para elaboração de dissertações e teses*. Porto: Porto Editora.

Flowers, J.A., Haynes, A.F., e Crespin, M.H. (2003). The Media, the Campaign and the Message. *American Journal of Political Science*, vol. 47, nº 2, p. 259-273.

Holbrook, T.M. (1996). *Do Campaigns Matter?* Thousand Oaks, CA: Sage.

Lima, F. (1996). A imprensa e a democratização. Em F. Ribeiro e A. Sopa (Eds.), *140 anos de imprensa em Moçambique: Estudos e relatos*. Maputo: AMOLP.

Lima, F. (2000). Os media em Moçambique. Em S. Nick et al.(Eds.), *Pluralismo da informação nos PALOP*. Paris: Principia.

Maarek, P. (2001). *Communication et Marketing de l'Homme Politique*. Paris : LITEC.

Machel, S.M. (1977, Setembro). Discurso na abertura do 1º Seminário Nacional da Informação. *Revista Tempo*, 363, pp. 54-64.

Magaia, A. (1994). A informação em Moçambique: A força da palavra. Maputo: Publicações Notícias.

Massingue, M. (2000). *A imprensa, o estado e a democracia*. Maputo: Promedia.

Mucchielli, R. (2006). *L'analyse de contenu des documents et des communications*. Paris: ESF éditeur.

Namburete, E. (1995). A Imprensa no Processo da Democratização de Moçambique. Em Mazula, B. (Eds.), *Moçambique, Eleições, Democracia e Desenvolvimento*. Maputo: Inter-Africa Group, p. 231-276.

Namburete, E. (2002). Os media, paz e democracia: 10 Anos mais tarde. Em B. Mazula (Ed.), *Moçambique 10 anos de paz*. Maputo: Imprensa Universitária.

Nicholas, H.G. (1952). La grande presse dans la campagne électorale. *Revue Française de Science politique*, vol. 2, n° 2, p. 277-285.

Rieffel, R. (2005). *Que sont les médias : pratiques, identités, influences*. France: Gallimard.

Semetko, H. et al. (2000). The Formation of Campaign Agendas in the United States and Britain. Em Graber, D., *Media Power in Politics*. Washington D.C: CQ Press, p. 204-210.

Sitoe, E. (2006). O Papel dos Media no Combate à Pobreza. Paper apresentado para o seminário sobre o tema “Media e Pobreza”. Maputo. (Paper não publicado).

Tudesq, A.J. (1999). *Les médias en Afrique*. Paris: Ellipses.

Tudesq, A.J e Nédelec, S. (1998). *Journaux et Radios en Afrique aux XIX<sup>e</sup> et XX<sup>e</sup> Siècles*. Saint-Etienne : DUMAS.

Vasconcelos, L. (1996). Algumas reflexões sobre a imprensa pós-independência. Em F. Ribeiro e A. Sopa (Eds.), *140 Anos de imprensa em Moçambique: Estudos e relatos*. Maputo: AMOLP.

Wolf, M. (1995). *Teorias da Comunicação* (5<sup>a</sup> ed.). Lisboa: Editorial Presença.

<sup>1</sup>Berelson e Lazarsfeld, na sua obra *The Analyses of Communication*, publicado em 1948, definiram este método como uma técnica de pesquisa que visa descrever, de forma objectiva, sistemática e quantitativa o conteúdo manifesto da comunicação” (citado por Mucchielli, 2006: 21). De acordo com Bardin (1977), esta técnica não pode ser considerada apenas como um procedimento sistemático e objectivo do conteúdo das mensagens. Ela é mais do que uma simples sistematização objectiva. A sua intenção é, conforme sugere a autora, “a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)” (Bardin, 1977: 38). Na verdade, a mesma autora defende que tal inferência tem muito a ver com as causas ou antecedentes das mensagens contidas num documento e, conseqüentemente, os eventuais efeitos que elas despontam no público. Esta ideia é sublinhada pela maior parte da literatura, em que considera que analisar o conteúdo é descobrir as informações contidas numa comunicação, extrair o significado do que é apresentado, formular e classificar tudo o que ela contém. Para além disso, a

técnica implica analisar o sujeito que produz a comunicação e o grupo de comunicação a que ele pertence, bem como examinar os factos e acontecimentos descritos, os efeitos da informação desejada através da emissão e do contexto em questão (Mucchielli, 2006; Esteves, 2006). De acordo com Mucchielli (2006), há, pelo menos, três tipos de técnicas de análise de conteúdo normalmente utilizadas na análise das comunicações, nomeadamente os (i) métodos lógico-estéticos e formais – que revelam, através da análise do texto, uma característica formal típica do autor ou do género do texto, e compreendem a análise de discurso com vista a aferir o estilo, vocabulário, figuras retóricas, procedimentos habituais, estrutura de um texto ou uma série de interações, efeitos narrativos, entre outros; (ii) métodos de análise semântica – os quais acedem ao conteúdo manifesto explícito e visam atingir um significado latente do conteúdo implícito, e dizem respeito à pesquisa de significados implícitos e conotações de uma palavra ou série de palavras, de temas, análise semântica, descrição e definição de um universo textual particular, individual ou cultural, análise das relações de significado entre os conceitos-chave de um dado conjunto textual, a análise de histórias simbólicas ou míticas; e (iii) métodos lógico-semânticos – que consistem na identificação e classificação de palavras-chave de um texto, no resumo ou na condensação de um artigo ou um livro, na análise de tendências de jornal e comparação de tendências, de uma imagem, um cartaz, um filme, um texto, entre outros. O objectivo no âmbito deste trabalho corresponde a aplicar este último procedimento de análise, que pode ser lógico e também semântico.

<sup>2</sup>Ainda que o seu estatuto jurídico indique ser de propriedade privada, o jornal Domingo tem como maior accionista o Estado, pelo que, neste estudo, se considera órgão estatal, ou seja, “público” (Lima, 2000; Tudesq, 1999; Tudesq e Nédelec, 1998).

<sup>3</sup>Dentre os vários géneros jornalísticos, apenas procurámos analisar o editorial. Tal decorre do facto de este género apresentar um modo discursivo próprio, traduzir a posição tomada pelo jornal, a sua linha de pensamento e opinião oficial em relação a um dado acontecimento.

<sup>4</sup>Esta pesquisa revela que, na realidade, cerca de metade da população não tem um acesso efectivo às informações propagadas pela rádio. O acesso à rádio, televisão e imprensa escrita é mais efectivo para os media de domínio público, quando comparados com os de domínio privado.

<sup>5</sup>Essa tendência não reflecte a realidade de Moçambique, conforme se referiu anteriormente.

<sup>6</sup>No jornal Domingo, os editoriais da campanha eleitoral de 1994 são os que se seguem: “Por uma melhor postura cívica”, de 09/10/1994; “Estatuto da oposição”, de 16/10/1994; e “Os equilíbrios do jornalismo”, de 23/10/1994. Em 1999 os títulos são: “Haja tolerância”, de 31/10/1999; “O significado profundo da liberdade de informação”, de 14/11/1999; e “Vamos votar pelo desenvolvimento” de 21/11/1994. Em 2004, “CNE/EU: uma questão de ética política”, de 17/10/2004; “Mulheres em força na campanha”, de 24/10/2004; “A nossa posição política”, de 21/11/2004; e “Tempo de reflexão”, de 28/11/2004. Por sua vez, no Savana, no que se refere à campanha de 1994, os títulos são: “País sem hino”, de 21/10/1994 e “Direito à diferença” de 26/10/1994. Em 1999, “Fundos para qual campanha?”, de 22/10/1999, “Vandalismo eleitoral”, de 29/10/1999; “Mostrem rosas e não campas!”, de 05/11/1999; “Civismo está de volta”, de 12/11/1999; “Eleições democráticas”, de 19/11/1999; “O voto é secreto!”, de 26/11/1999; e “O cidadão vai decidir”, de 30/11/1999. Finalmente, em 2004, “A campanha eleitoral até aqui tudo bem”, de 22/10/2004; “Se há desconfiança, acabemos com ela”, de 29/10/04; e “Qualquer coisa estranha na CNE”, de 26/11/2004.

<sup>7</sup> Comissão Nacional de Eleições e União Europeia.

# A Centralidade das Redes Sociais no acesso ao Estado pelos Cidadãos em Moçambique - Que desafios para os actuais modelos de comunicação política?

Egídio Guilherme Vaz Raposo\*

## Introdução

O acesso à informação pode ser considerado a “pedra angular” da democracia, sobretudo por representar um dos condimentos mais importantes na garantia da participação política dos cidadãos. A capacidade que os cidadãos têm de participar na vida política através do livre exercício de opinião ou da escolha dos seus dirigentes depende directamente do nível de informação que têm sobre as opções, meios e alternativas disponíveis (Raposo e Nhanale, 2012.).

Por exemplo, em momentos eleitorais, o acesso à informação assume um carácter essencial na medida em que as decisões dos cidadãos são feitas de forma mais consciente quanto mais informações esses cidadãos tiverem. É por isso que se torna necessário que sejam considerados diversos mecanismos institucionais para possibilitar que os eleitores participem e tomem as suas decisões de uma forma bem informada (Canela & Nascimento, 2009). Por outro lado, o dia-a-dia dos cidadãos é feito por decisões políticas sobre as quais se fazem diversos comentários. A ausência de informação provoca ruídos de diversos tipos, com implicações imprevisíveis na gestão de expectativas populares. É o caso, por exemplo, da recente descoberta de recursos energéticos no norte do país, cuja informação relevante é de difícil acesso, levantando todo o tipo de suspeitas, principalmente na vertente da sua governabilidade.

---

\* Historiador e Pesquisador do CEC.

Outrossim, a participação dos cidadãos em assuntos públicos tem vindo a registrar mudanças assinaláveis com a emergência e consolidação das redes sociais, que, de súbito, se transformaram em espaços alternativos de partilha de informação e discussão acesa de assuntos do país, numa áspera tentativa de os cidadãos “acederem ao estado”.

É no resultado da tensão entre a regulação do Estado (restrição do acesso à informação pelo Estado) e a emancipação dos cidadãos (descoberta e maximização de espaços alternativos de comunicação) que se configuram as novas relações entre o Estado moçambicano e os seus cidadãos, marcadas como iremos demonstrar neste artigo, pelo exacerbar de equívocos em relação às perceções de um sobre o outro. Por outro lado, esta tensão é propícia para a estabilidade dos freios e contrapesos, num país em que a oposição se afigura aquém das suas responsabilidades e onde o sistema político actual é incapaz de conferir o necessário equilíbrio entre os três poderes.

É no atrofimento dos canais de comunicação e responsabilização públicas e de informação convencionais que os cidadãos viram nas redes sociais a alternativa privilegiada, e agora cobiçada pela classe política, para a veiculação das suas mensagens.

### **Dos tradicionais aos modernos modelos comunicacionais**

Moçambique tem vindo a testemunhar a emergência de um novo modelo comunicacional facilitado pelas tecnologias de comunicação e informação e pela rápida afirmação das redes sociais da Internet; digamos, um quarto modelo que se pode acrescentar aos três modelos definidos por Ortoleva (2004). Tais modelos são (i) o da comunicação interpessoal, que assume a forma bidirecional entre duas ou mais pessoas dentro de um grupo; (ii) o modelo de comunicação de um-para-muitos, onde um indivíduo envia uma única mensagem para um grupo limitado de pessoas; (iii) o modelo de comunicação em massa, onde, graças à utilização de tecnologias específicas de mediação, uma única mensagem pode ser enviada a uma massa de pessoas, isto é, é encaminhada para uma audiência de dimensão desconhecida que, como tal, é ilimitada ab initio. A estes três modelos junta-se, então, um quarto, caracterizado pela globalização comunicacional, juntamente com a interligação em rede dos meios de comunicação de massas e interpessoal e, conseqüentemente, pela emergência de mediação em rede sob diferentes padrões de interacção.

É neste contexto que o uso das redes sociais se desenvolve, ora como auto-comunicação de massa, como é o caso do Twitter, ora de comunicação mediada de um para muitos, como acontece com o Facebook.

A mediação em rede e a centralidade das redes sociais da internet

Pesquisas mostram que a maioria dos moçambicanos obtém informação variada através da comunicação interpessoal e informal, inclusive das redes sociais (Pereira, 2007; Pereira 2009; de Brito 2010). Moçambique é um país onde a informação veiculada pelos órgãos de comunicação social chega a poucos. Com pouco menos de cem rádios, dez estações de televisão em sinal aberto e uma rádio nacional, muito poucos são os cidadãos que através destes canais têm acesso ao Estado. A circulação dos jornais impressos e eletrónicos não consegue abranger a totalidade do país, fazendo com que muitos cidadãos não tenham acesso ao Estado.

Por “acesso ao Estado” queremos referir - nos à possibilidade que os cidadãos interessados em participar do dia-a-dia da governação do país têm para exercer os seus direitos de cidadania, nas suas mais diversas formas, expressando as suas opiniões sobre o país, fazendo pressão sobre determinados assuntos, influenciando determinadas agendas. Este acesso seria condicionado pela existência de um manancial de informação pertinente, acessível a todos em diversos formatos possíveis. Assumindo que em Moçambique os órgãos de comunicação social constituem uma peça fundamental, senão primordial, para a veiculação de informações úteis aos cidadãos, o acesso por estes aos media não apenas na condição de meros leitores mas também na de activos influenciadores das suas agendas constitui, de facto, um verdadeiro direito fundamental, inalienável para a promoção de uma sociedade de conhecimento.

As estatísticas mostram que a informação continua a ser um bem escasso para a maioria dos cidadãos moçambicanos. Existe actualmente 1,011 185 usuários de internet em Moçambique. Isto equivale a 4.3% do total da população em Moçambique. Destes, 362 560 são usuários do Facebook, o que representa 1.2% da população. Apesar de a Rádio Moçambique cobrir quase a totalidade do território nacional, o acesso a notícias continua a ser condicionado pela alta taxa de analfabetismo, num país onde aproximadamente 60% da sua população não sabe ler e escrever e onde muitos programas radiofónicos e jornais privilegiam a língua portuguesa.

O acesso aos jornais é restrito a zonas urbanas e, mesmo assim, muito longe de

satisfazer as necessidades dos cidadãos<sup>1</sup>. Mesmo assim, as pesquisas mostram que o interesse dos cidadãos pela informação política continua extremamente baixo em todo tipo de mídia moçambicana. As únicas estatísticas de audiência indicam que os programas não noticiosos como os mais importantes para os cidadãos moçambicanos, para além claro, dos principais serviços noticiosos.

Este facto é igualmente confirmado em relação as redes sociais onde por exemplo, as cinco páginas mais bem cotadas de Moçambique não tem nada a ver com a informação, com a excepção do Jornal A verdade que pontifica de entre todos órgãos de informação com sitio da internet.

Ademais, e parafraseando Pereira (2007), “Não devemos automaticamente concluir que ao ouvirem rádio, verem televisão ou lerem jornais, os cidadãos se interessariam ou fariam automaticamente o acompanhamento da atualidade política ou do debate político ou da governação económica, social e política”. Para que o acesso ao Estado pelos cidadãos moçambicanos seja uma realidade factível, é necessário que não só as informações veiculadas pelos meios de informação sejam relevantes, capazes de formar a opinião pública, como também acessíveis a todos e nas mais variadas plataformas. Infelizmente, ainda estamos distantes de tal realidade.

### **O advento das redes sociais, o acesso ao Estado e a emergência da nova cidadania em Moçambique.**

Moçambique situa-se no 124º lugar, de uma lista de 213 países, com 362 560 usuários da mais popular rede social, o Facebook de acordo com o site Socialbakers<sup>2</sup> em 2012. Quanto ao ranking dos países africanos falantes do português, Angola é líder com 385.360 usuários do Facebook (16o lugar em África); seguido de Moçambique (21o lugar); Cabo Verde (31o lugar), com 87.260 usuários; Guiné-Bissau (40o lugar), com 41.100 usuários e, em último lugar, São Tomé e Príncipe (49o lugar) com 5.400 usuários.

A opção por esta rede social pode estar associada às possibilidades que ela oferece para um debate aberto e plural, onde todos, e querendo, podem participar na criação e difusão de informação. Pressionando agentes políticos e determinando a agenda da mídia, os utilizadores desta rede social demonstram estar ante uma plataforma ideal para a criação de verdadeiros movimentos sociais ou de eventos mais ou menos fugazes, como manifestos ou campanhas virtuais (Cardoso e Lamy: 2011)<sup>3</sup>.

Em pouco tempo, desde que elas foram introduzidas em Moçambique e com a emergência da tecnologia de comunicação de terceira geração - 3G, as redes sociais se tornaram autênticas “zonas libertadas da repressão e da censura” da mídia moçambicana, sendo muitas vezes conotadas como estando condicionadas às agendas de grupos de interesses, sejam eles políticos ou económicos, e à chantagem económica, que condiciona que reportem com a isenção e o rigor desejáveis(MISA: 2011).

A tecnologia da terceira geração da telefonia móvel permitiu que o acesso à internet e às respectivas redes sociais deixasse de depender apenas de computadores. Assim, a maioria dos moçambicanos passou a aceder à internet mesmo sem um computador, a partir de um telemóvel. Este facto veio revolucionar a forma como a informação é obtida, partilhada e gerida.

Em virtude do que ficou exposto acima e das oportunidades que as redes sociais oferecem, estão a emergir em Moçambique, principalmente nos grandes centros urbanos como Beira, Maputo, Nampula e Matola, autênticos centros de cidadania virtual, nos quais cidadãos de vários estratos e níveis académicos trocam informação valiosíssima sobre os diferentes problemas do país. Nesse âmbito, às vezes, fazem-se debates candentes. Assim, estes espaços virtuais têm se afirmado como uma referência do debate intelectual, um pouco à margem dos limites impostos aos media tradicionais pelos grupos de interesses e de pressão.<sup>3</sup>

Uns dos exemplos eloquentes do impacto das redes sociais na governação são os discursos dos políticos, por exemplo o proferido pelo Presidente da República, cuja opinião sobre as redes sociais da Internet ficou bem clara aquando da V Assembleia Geral Ordinária do Conselho Nacional da Juventude (15/04/2012).

Para o presidente, as redes sociais da internet “têm o potencial de se transformar em espaços geradores de representações, fábricas de sonhos inalcançáveis e de infinitas miragens e expectativas que podem levar à secundarização da cultura de trabalho, promovendo o espírito de mão estendida”, extracto integrado na citação mais ampla, a seguir transcrita:

“Referimo-nos aos meios de comunicação social, à Internet e, mais recentemente, às redes sociais virtuais. A conectividade, que é uma realidade em cada vez mais espaços geográficos da nossa Pátria Amada, tem, sem dúvidas, muitas vantagens, particularmente no que diz respeito à democratização do acesso ao conhecimento e à criação de cidadãos cosmopolitas virtuais. Ao mesmo tempo, estes desenvolvimentos

tecnológicos têm o potencial de se transformar em espaços geradores de representações, fábricas de sonhos inalcançáveis e de infinitas miragens e expectativas que podem levar à secundarização da cultura de trabalho, promovendo o espírito de mão estendida. O facto de no premir de uma tecla encontrar-se a solução comunicacional pretendida pode ser extrapolado para a tendência de procurar respostas simples e imediatas para problemas complexos. Podemos nos esquecer que os desafios estruturais com que nos debatemos nesta ou naquela área requerem respostas sustentadas e sustentáveis que, portanto, levam mais tempo a aparecer.<sup>49</sup>

Este discurso documenta dois desafios principais das nossas instituições na sua relação com os cidadãos.

O primeiro tem a ver com a necessidade de elas se abrirem cada vez mais, tornando-se mais transparentes e abertas para a contribuição dos cidadãos, alargando, assim, os espaços de participação pública sobre os assuntos do país. Tal se deve ao facto de o acesso à informação constituir um direito fundamentalíssimo sem o qual dificilmente se realizam os demais direitos. Por isso, e para evitar que as redes sociais se tornem em “fábricas de sonhos inalcançáveis”, exige-se das instituições do Estado uma maior abertura e transparência na gestão da informação, contribuindo, assim, para que o acesso dos cidadãos ao Estado não seja por “analogia”, resultado da ausência ou incipiente informação. Inclui-se neste rol, toda a informação capaz de elevar o nível do engajamento público dos cidadãos, começando pelos processos eleitorais, passando pelo orçamento participativo, gestão dos recursos naturais e energéticos até ao acesso à justiça. Este exercício não deve limitar-se na simples disponibilização da informação como também deve incluir a promoção do uso dessa informação e a realização de debates sobre a mesma.

O segundo grande desafio que o Estado enfrenta no seu engajamento com os cidadãos é a falta de um engajamento apropriado, capaz de elevar o interesse pelo debate público sobre aspectos candentes do dia-a-dia dos moçambicanos. O alheamento à política e a conseqüente indiferença são notáveis nos dias de hoje.

Habitado a uma comunicação baseada na informação, o Estado enfrenta agora uma outra realidade, caracterizada por uma apetência cada vez maior pelo debate público em relação às opções disponíveis e alternativas à governação. Tendo o Estado reconhecido isto, assistiu-se nos princípios de 2011 à consolidação da

presença da classe política, principalmente a classe dirigente, nas redes sociais, nomeadamente no Facebook<sup>5</sup>. Mesmo com este despertar, parece que o desafio continua o mesmo, na medida em que, em termos metodológicos, os governantes continuam a primar por uma comunicação vertical, caracterizada pelo “despejar da informação”, em detrimento de uma comunicação horizontal, em que a interação seria mais visível e candente.

Se, por um lado, as redes sociais despertaram a necessidade urgente de “liberalizar” a informação, tornando-a acessível aos cidadãos interessados para que melhor possam participar no debate da nação, por outro, esta liberalização pode estar condicionada pela disponibilidade dos políticos para interagirem com os seus eleitorados sobre todos os aspectos que a profusão da informação fornecer. Não é de admirar que seja por este motivo que há patente relutância dos órgãos competentes de agendar, debater e aprovar a lei sobre o acesso à informação.

À guisa de conclusão, gostaríamos de frisar que a emergência das redes sociais como espaços privilegiados para a realização de uma cidadania activa resulta não apenas do atrofiamento dos modelos de comunicação estabelecidos e controlados pelo Estado como também pelas vantagens intrínsecas que elas próprias oferecem, de tal sorte que um dos requisitos exigidos aos órgãos de comunicação actuais é ter um sítio na internet.

Por outro lado, a tensão entre a regulação e a emancipação que caracteriza as actuais relações entre o Estado e os cidadãos coloca um desafio às entidades estatais, nomeadamente a necessidade de rapidamente democratizar o acesso à informação, aprovando o respectivo projecto de lei. Tal elevaria o nível do debate e a consciência cidadã e os cidadãos teriam um “acesso efectivo ao estado” e, a partir daí, exerceriam, efectivamente, os demais direitos de cidadania.

## Referencias Bibliográficas

Cardoso, Gustavo; Lamy, Cláudia (2011). “Redes sociais: comunicação e mudança”. JANUS.NET e-journal of International Relations, Vol. 2, N.º 1, Primavera 2011

Macua Blog, 2012. No mundo do Facebook moçambicanos são uma gotinha no Oceano. Online. <http://bit.ly/L4100d>

PEREIRA, João (2007). Onde os eleitores moçambicanos adquirem as suas informações políticas? Maputo: IESE, 2007

Raposo, E.; Nhanale, E., 2012. Como os eleitores foram informados sobre as eleições em Inhambane? CODD: Maputo.

MISA, 2011. Relatório do MISA sobre liberdade de imprensa em Moçambique, 2008-2010. Por publicar.

Global Voice Online. Mozambique; The Irrepressible Facebook Blogger. <http://bit.ly/sqCp2m>

Presidencia da Republica, 2012. Discurso do Armando Emílio Guebuza, Presidente da República de Moçambique, na abertura da V Assembleia Geral

Ordinária do Conselho Nacional da Juventude (15/04/2012). Disponível online: <http://www.presidencia.gov.mz/>

James Curran, Rowman and Littlefield. Disponível em: <http://depts.washington.edu/gcp/pdf/bennettmnpower.pdf>. Acedido em 20 de Setembro de 2010.

CARDOSO, G. & Neto, P.(2003) — O Movimento por Timor: mass media e os protestos online. In *Novas Formas de Mobilização Popular*. Porto: Campo das Letras.

CARDOSO, G. (2003) — “Internet”. Lisboa: Quimera.

CASTELLS, M. (2007) — *Communication, Power and Counter-Power in the Network Society*. Disponível em: [http://www.itu.dk/stud/speciale/specialeprojekt/Litteratur/Castells\\_2007%20-%20Communication%20power%20in%20the%20network%20society.pdf](http://www.itu.dk/stud/speciale/specialeprojekt/Litteratur/Castells_2007%20-%20Communication%20power%20in%20the%20network%20society.pdf). Acedido em 20 de Setembro de 2010.

CASTELLS, M. (2009) — *Communication Power*. Oxford: Oxford University Press.

EKMAN, C. (2007) — *Cyber Activism and SMS Propaganda*. Disponível em: [http://kiosk.nada.kth.se/utbildning/grukth/exjobb/rapportlistor/2007/rapporter07/ekman\\_carolin\\_07101.pdf](http://kiosk.nada.kth.se/utbildning/grukth/exjobb/rapportlistor/2007/rapporter07/ekman_carolin_07101.pdf). Acedido em 18 de Setembro de 2010.

RECUERO, R. C., (2004) — *Comunidades virtuais – Uma abordagem teórica*. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/>. Acedido em 20 de Setembro de 2010.

Este texto está publicado, na íntegra, na revista JANUS.NET, e-journal of International Relations, Vol. 2, n.º 1 (Primavera 2011). Disponível em: [http://observare.ual.pt/janus.net/pt\\_vol2\\_n1\\_art6](http://observare.ual.pt/janus.net/pt_vol2_n1_art6)

---

<sup>1</sup>De acordo com o website: <http://www.internetworldstats.com/africa.htm> # mz.

<sup>2</sup>No mundo do Facebook moçambicanos são uma gotinha no Oceano. [http://macua.blogs.com/moambique\\_para\\_todos/2012/05/no-mundo-do-facebook-mo%C3%A7ambicanos-s%C3%A3o-uma-gotinha-no-oceano.html](http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2012/05/no-mundo-do-facebook-mo%C3%A7ambicanos-s%C3%A3o-uma-gotinha-no-oceano.html).

<sup>3</sup>Mozambique: The Irrepressible Facebook Blogger. <http://globalvoicesonline.org/2011/12/19/mozambique-facebook-blogger-apostolo/>

<sup>4</sup>Discurso do Armando Emílio Guebuza, Presidente da República de Moçambique, na abertura da V Assembleia Geral Ordinária do Conselho Nacional da Juventude (15/04/2012). Disponível online: <http://www.presidencia.gov.mz/>

<sup>5</sup>O nosso objectivo neste pequeno esboço não é avaliar a qualidade da informação disponível nas páginas destes políticos. Apenas queremos mencionar o facto de os políticos terem despertado para a necessidade de estarem presentes nestes espaços, apesar de o seu desempenho ainda ser questionável.

# Programação e cobertura geográfica e Linguística das Emissões provinciais da Rádio Moçambique.

António Miguel Ndapassoa \*

Em Julho de 1995 foi publicado um relatório sobre o uso das línguas moçambicanas (LM) nas emissões Rádio Moçambique (RM)<sup>1</sup>.

O relatório recomenda que se acrescentem algumas línguas à lista das que até então a RM utilizava nas suas emissões<sup>2</sup> visando, em última instância, o aumento do tempo de antena das LM (assume-se que o aumento do tempo de antena está ligado à uma melhoria da qualidade dos programas produzidos).

O relatório sugere o uso de várias línguas moçambicanas nas emissões da RM. A descrição é feita por província e, para cada língua, são fornecidos dados estatísticos sobre a percentagem de falantes, os distritos e as localidades onde a mesma é falada.

Com rigor notável, os investigadores distinguem cada língua das suas variantes e referem o grau de inteligibilidade mútua entre as diferentes variantes. É no ponto 5.1, intitulado “sobre o redimensionamento dos Eps”, portanto, já no âmbito das recomendações, que uma proposta mais “consistente” é avançada. Para tal, os investigadores fixam critérios<sup>3</sup> mais depuradores para escolher línguas específicas a utilizar em cada Emissor Provincial (EP).

A manipulação dos referidos critérios resulta numa lista reduzida de línguas a utilizar (ou a introduzir futuramente) em cada um dos EP da RM:

- XiChangana e CiCopi em Gaza (como consequência da recomendação de introduzir-se um emissor próprio para a província de Gaza - o que aconteceu em 2000);
- GíTonga e CiCopi (Inhambane);
- CiSena nos EPs de Manica, Tete e Zambézia.

---

\* Mestrando em Cooperação e Comunicação para o Desenvolvimento UEM

As recomendações têm estado a ser seguidas pela RM. Assim, as línguas previstas para Gaza e Inhambane (incluindo o CiNdau) foram introduzidas. Deve-se acrescentar a esta lista as línguas Emakhuwa, em Niassa e KiMwani, em Cabo Delgado. Por sua vez, o EP de Manica integrou o CiBarwe nas suas emissões. Mais recentemente, a língua CiSena passou a ser utilizada em Tete ( Outubro de 2012) e na Zambézia a partir de Fevereiro de 2013.

Efectivamente, o que está em causa aqui, no final do dia, é disponibilizar programação, sempre que possível, nas línguas faladas e compreendidas pelas diversas comunidades linguísticas existentes na província ou área coberta pelo respectivo EP.

Porém, os consultores estavam conscientes que “pôr” a rádio provincial a “falar” o maior número de línguas usadas pelas comunidades na província não significava, automaticamente, que as respectivas comunidades teriam acesso às emissões na sua língua. Haveria um outro constrangimento muito forte: a cobertura geográfica dos emissores.

Com efeito, o desafio de assegurar uma plena cobertura dos extensos territórios de cada uma das províncias pela respectiva emissão provincial é sério e, de forma cruel e perene, acompanha os desesperados esforços dos técnicos e gestores da RM neste sentido. A propósito, os consultores referem que a reabilitação ou introdução (montagem, entenda-se) de novos emissores não garante que os Eps cheguem às zonas mais recônditas. Como exemplo, citam os casos de Gaza, Inhambane e Niassa em que largas zonas não seriam cobertas pelos novos emissores<sup>4</sup>. Ou seja, este factor pode anular ou fragilizar os objectivos pretendidos com a introdução de novas línguas moçambicanas nos Eps, concluem os consultores.

Aliás, neste momento, a maior parte dos emissores de Onda Média que eram novos nos finais da década de 90, certamente devem estar a operar em níveis de relativa insuficiência, significando isso que as zonas de silêncio - não cobertas por um determinado emissor - previstas pelos pesquisadores terão hoje crescido significativamente<sup>5</sup>. No mesmo período, a disponibilidade de emissores em frequência Modulada ( FM) cresceu de forma exponencial. A Rádio Moçambique montou emissores FM em Chiqualaquala ( Gaza ) , Metoro (Cabo Delgado), Malema (Nampula), Caia ( Sofala), Vilankulos (Inhambane), Matchedje (Niassa), Alto Molócue ( Zambézia), etc. Estes emissores retransmitem a Antena Nacional, serviço nacional em língua portuguesa. Rádios Comunitárias ( RC) surgiram um pouco por todo o país, levando sinal de rádio de boa qualidade para comunidades recônditas.

O crescimento e consolidação das rádios comunitárias (disponibilidade de emissões em FM) nas zonas antes cobertas exclusivamente pela OM da RM pode levar os ouvintes a, naturalmente, preferirem aquelas pelas seguintes razões: a) melhor qualidade sonora; b) uso das línguas e variantes locais. Estas mesmas razões minimizam o impacto do que se pretende com os retransmissores da Antena Nacional em FM. Tanto mais que a maior parte das RC já transmite alguns dos conteúdos mais notáveis que circulam nas Emissões em Onda Média dos EP e nas retransmissoras da Antena Nacional da RM em FM.

Com efeito, as estações locais não só providenciam sinal de mais qualidade como também ganham preferência por terem conteúdos locais e, principalmente, por utilizarem variantes de línguas locais, consolidando as vantagens que os teóricos da comunicação agregam ao média rádio. Neste chinfrim, devemos naturalmente incluir as rádios de países vizinhos cujas emissões em FM no nosso país. Portanto, para a Emissão Provincial da RM mostrar-se relevante, ela deve apresentar-se também em FM, começando por utilizar os emissores que actualmente retransmitem o sinal da Antena Nacional. Por este motivo, ao invés de termos uma emissão provincial que transmite simultaneamente em várias línguas, uma separação das línguas deveria ser considerada, resolvendo de permeio o problema das línguas localizadas, como o caso do CiBarwe, que levavam a um certo “desperdício” do sinal quando transmitido em OM. De facto, cada língua teria uma emissão autónoma que seria transmitida em FM para a região/distritos onde as características etno-sócio-linguísticas o justificassem.

Este modelo, para além da ampliação do tempo de antena de cada uma das línguas, também tem uma vantagem económica. Por exemplo, a RM precisaria apenas de (i) um serviço (estúdios de emissão, de gravação, estrutura logística e administrativa) em emakhuwa, contra os actuais 3 espalhados por Nampula, cabo Delgado e Niassa, (ii) um em Cisená (contra os actuais 3 em Tete, Sofala, Zambézia). Podemos ainda mencionar os casos do XiChangana (Maputo e Gaza), CiCopi (Gaza e Inhambane), etc.

O modelo de emissões provinciais monolíngues deve ser, obviamente, objecto de maior ponderação, principalmente, para se ter uma compreensão mais clara e consistente dos riscos que apresenta. Por exemplo, o que fazer com os emissores de OM? Como maximizar as suas capacidades?

Podemos resumir a discussão até aqui ensaiada do seguinte modo:

- A relevância dos emissores em OM é questionável visto que, por várias razões, não cobrem as províncias da sua “jurisdição” ;

- Pela razão acima, o modelo de programação multilingue das emissões provinciais deve ser revisto.

- A relevância da retransmissão da AN em FM nas zonas rurais é fortemente questionável;

Daqui emergem as seguintes propostas para atacar as questões centrais mencionadas nesta reflexão:

- Considerar a possibilidade de as emissões provinciais passarem para uma programação monolíngue.

- Considerar que a retransmissão da emissão provincial em FM aumentaria, de forma mais eficiente, os níveis de cobertura geográfica e linguística das comunidades das províncias diminuindo, deste modo, o “desperdício” de sinal.

---

<sup>1</sup>Sitoi, Bento; Langa, Julieta M.; Simango, Aurélio Z.; As línguas Moçambicanas na Rádio Moçambique - Relatório Final do grupo de Consultoria Técnica no âmbito das Línguas Moçambicanas, Maputo, Julho de 1995

<sup>2</sup>Neste momento, a RM utiliza nas suas emissões as seguintes LM: CiMakonde, em Cabo Delgado; Emakhuwa em Nampula, Cabo Delgado, Niassa; Kimwani, em Cabo Delgado; Kiswahili, em Cabo Delgado; CiYao, em Niassa; CiNyanja, em Tete, Niassa; Elomwe, na Zambézia; EChuabo, na Zambézia (as emissões iniciaram em Fevereiro de 2013); CiSena, em Tete, Sofala, Zambézia; CiNdau, em Inhambane, Sofala; CiManyika, em Manica; Ciutee, em Manica; CiBarwe, em Manica; XiTswa, em Inhambane; GiTonga, em Inhambane; XiChangana, em Maputo, Gaza; XiRhonga, em Maputo; CiCopi, em Gaza e Inhambane.

<sup>3</sup>Os consultores manuseiam os seguintes factores na selecção das Línguas que a RM deve utilizar nas suas emissões: número de falantes, importância sócio-política, tradição de uso, veicularidade, zonas de fronteira com outros países, raio de acção dos emissores. Cf igualmente “Diversidade Linguística nos países de língua oficial portuguesa - o caso da Rádio Moçambique”, comunicação apresentada pelo autor no colóquio homónimo realizado em Maputo em Setembro de 2011.

<sup>4</sup>Ver mapa da cobertura em Onda Média (fornecido pelos serviços técnicos da RM em Dezembro de 2012). Na figura 1, página 119.

<sup>5</sup>Por exemplo, nos primeiros dez dias de Dezembro de 2012, o Emissor de OM de Gaza esteve fora do ar, avariado. No dia 13 de Novembro, o emissor de OM da Zambézia estava no ar numa potência abaixo dos 40 % (portanto, menos de 20 KW) da sua potência máxima. Também devido a uma avaria.



Figura 1. Mapa da cobertura em Onda Média (fornecido pelos serviços técnicos da RM em Dezembro de 2012).



Figura 2. Mapa da cobertura em FM (fornecido pelos serviços técnicos da RM em Dezembro de 2012).

## **Normas para os autores**

### **Princípios gerais**

1. Os artigos devem ser originais e não podem estar, à data da sua proposta para publicação, publicados ou em apreciação noutra publicação. Qualquer excepção deverá ser explicitamente indicada pelo autor aquando da submissão do artigo, por forma que seja referenciada a primeira edição do texto.

2. Todos os artigos serão submetidos a uma revisão linguística. Os artigos serão devolvidos aos autores para apreciação logo após revisão linguística. Caso haja da parte do revisor pareceres que sugiram mudanças e/ou correcções substanciais, a decisão final de publicação é da responsabilidade do autor do artigo.

3. Compete aos autores a obtenção do copyright sobre todos os materiais que não lhes pertençam: ilustrações, quadros, fotografias, etc.

### **Submissão dos artigos**

4. Proposta via e-mail [recomendada] enviada para [info@cec.org.mz](mailto:info@cec.org.mz), com informação do nome e contactos na mensagem de e-mail, e os seguintes anexos:

- Texto integral do artigo em formato Word;
- Em separado, no formato Excel, todos os gráficos inseridos no texto principal e respectiva enumeração e legenda;
- Em separado, em formato JPEG ou TIF, todas as fotografias inseridas no texto principal e respectiva enumeração e legenda.

5. Os artigos deverão ser apresentados, através do e-mail indicado, até a data limite de 10 de Junho de 2011. A notificação das decisões de aceitação dos trabalhos será comunicada via e-mail até ao dia 20/25 de Maio de 2011. Este primeiro número da Revista Media e Sociedade será publicado em Junho de 2011.

### **Normas de apresentação dos artigos**

6. Todos os artigos deverão incluir uma folha de rosto autónoma de que constem os seguintes elementos: título do artigo (e subtítulo, caso se aplique), nome do autor, área de formação e/ou pesquisa/trabalho; instituição a que pertence (caso se aplique);

7. Os textos devem ser formatados em Times New Roman, a corpo 12, espaço 1,5. Não devem ser utilizados estilos nem formatações automáticas tais como numeração (numbering) e bolas/asteriscos (bullets).

8. Os artigos não poderão exceder 6000 palavras, incluindo, notas e bibliografia.

9. Para além do texto, os autores devem enviar - em português - um resumo do artigo (800 caracteres, cerca de 10 linhas) e até seis palavras-chave.

10. As notas deverão ser coligidas no fim do artigo (endnotes) (e não em rodapé - footnotes).

11. As palavras estrangeiras devem estar grafadas em itálico.

### **Normas de citação e referência bibliográfica**

12. Relativamente às citações: — qualquer interrupção de citação deve vir assinalada com reticências dentro de parêntesis rectos [...].

- As citações curtas devem ser integradas no texto entre aspas (“”).
- As citações longas (mais de 3 linhas), não devem ter aspas e serão destacadas do texto principal, alinhadas à esquerda pelo parágrafo, fechadas pela pontuação do próprio trecho citado.

13. A bibliografia referenciada no texto deve seguir o estilo autor data (autor, data: página). Por exemplo (Ngoenha, 2004: 63) ou (Gordon e Brown, 2001: 39). No caso de mais de dois autores, utiliza-se et al. (Adams et al., 1995). Citações de diferentes obras do mesmo autor, se publicadas no mesmo ano, devem ser distinguidas com letras (Brown 1990a, 1990b);

14. As referências bibliográficas devem seguir as seguintes normas:

— Livros: apelido, inicial do próprio (data). Título. Local: editora.

**Exemplo:**

NEGRÃO, J. (2005). Cem Anos de Economia da Família Rural Africana. Maputo: Texto Editores.

— Capítulo de livro: apelido, inicial do nome próprio (data). Título do Capítulo. In apelido, nome próprio (Org.[s]), Nome do Livro (páginas). (Edição se aplicável). Local: editora.

**Exemplo:**

NGOENHA, S. E. (1998). Identidade Moçambicana: Já e Ainda Não. In Serra, Carlos (Org.), Identidade, Moçambicanidade, Mocambicanização (pp. 17-34). Maputo: Imprensa Universitaria.

— Artigo em Revista: apelido, iniciais do nome próprio (data). Título do artigo. Revista, número (volume – se aplicável), páginas.

**Exemplo:**

FOOK, J. (2003). Critical Social Wok: the current issues. Qualitative Social Work, 2(2), 123-130.

— Dissertação ou Tese: apelido, iniciais do nome próprio (data). Título da Dissertação / Tese (Área da Dissertação / Tese, Instituição conferente do grau).

**Exemplo:**

FRANCO, A. C. A. M. (2003). A Investigação em Serviço Social e a formação ao nível da licenciatura. Análise dos Planos de Estudo nos anos 90, em Portugal (Dissertação de Mestrado em Serviço Social, Instituto Superior Miguel Torga).

— Artigo em Revista Electrónica: apelido, iniciais do nome próprio (data). Título do artigo. Revista, número (volume – se aplicável) (data do número e/ou data da recuperação do artigo, conforme aplicável), de endereço da internet.

**Exemplo:**

JULIUSDO'TTIR, S. e J. PETERSSON (2003). Common Social Work Education Standards in the Nordic Countries – Opening an Issue. Social Work and Society, 1(1) (01.12.2003), de <http://www.socwork.net>.

— Documento electrónico: apelido, nome próprio do autor ou organismo (data). Título do documento, data da recuperação do artigo, de endereço da internet.

**Exemplo:**

National Institutes of Health. (2003). NIH Plan for Social Work Research, retrieved March 2008 from [http://obssr.od.nih.gov/Documents/Publications/SWR\\_Report.pdf](http://obssr.od.nih.gov/Documents/Publications/SWR_Report.pdf).

— Comunicação: apelido, iniciais dos nomes próprios (data). Título da comunicação. Comunicação apresentada – Nome do seminário/congresso. Local. Promotor do evento. Data precisa.

**Exemplo:**

MARTINS, A. e TOMÉ, M. R. (2008). O Estado Actual da Formação em Serviço Social em Portugal - uma proposta de reforço da organização profissional. Comunicação apresentada ao Seminário Euro-Brasileiro de Serviço Social - Formação, Investigação, Qualidade e Desenvolvimento. Coimbra, Instituto Superior Miguel Torga, 20 de Fevereiro.

15. Os quadros e gráficos devem ter uma cópia em formato Excel (quadros e gráficos) e as imagens uma cópia em formato JPEG ou TIFF (imagens). A sua localização no texto deve estar claramente indicada.

